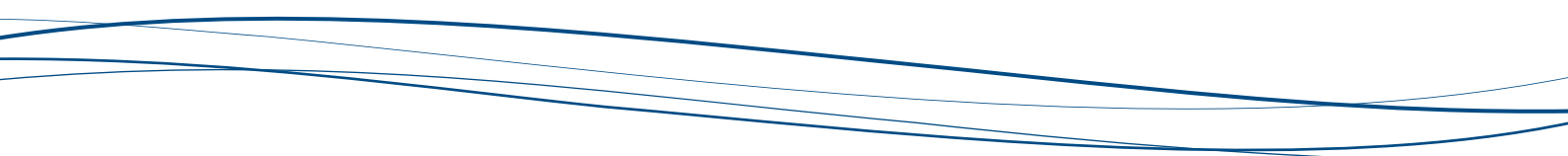




Relatório e Contas 2012



Águas do Oeste, S.A.
Relatório e Contas 2012





Índice

Mensagem do Presidente.....	5
A Empresa.....	9
Principais Acontecimentos.....	12

A - Governo da Sociedade

1. Missão, Objetivos e Políticas.....	17
2. Regulamentos Internos e Externos.....	22
3. Informação sobre Transações Relevantes.....	22
4. Modelo de Governo.....	24
5. Remunerações e Outros Encargos.....	36
6. Análise de Sustentabilidade.....	40
7. Gestão do Capital Humano.....	42
8. Investigação & Desenvolvimento e Inovação.....	45
9. Ética e Prevenção da Corrupção.....	45
10. Controlo de Risco.....	46
11. Prevenção de Conflito de Interesses.....	47
12. Divulgação de Informação.....	49
13. Informação Sintética sobre as iniciativas de Publicidade Institucional.....	49
14. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa.....	51
15. Cumprimento dos Princípios de Bom Governo.....	57
16. Relatório dos Administradores não executivos sobre o desempenho do Administrador executivo da Águas do Oeste, S.A.....	64

B - Atividade da Empresa

1. Introdução.....	69
2. Enquadramento Macroeconómico.....	69
3. Enquadramento do Setor.....	71
4. Regulação.....	72
5. Análise Económica e Financeira.....	74
6. Atividade Operacional.....	96
7. Objetivos de Gestão.....	108
8. Perspetivas para o Futuro.....	109
9. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício.....	111
10. Sucursais da Sociedade.....	111
11. Considerações Finais.....	111
12. Proposta de Aplicação de Resultados.....	112
13. Anexo ao Relatório.....	112

C - Contas do Exercício de 2012

Introdução.....	117
Contas Individuais.....	119
Notas às Demonstrações Financeiras.....	122
Certificação Legal das Contas.....	181
Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	185



Mensagem do Presidente

O exercício de 2012 foi marcado pela situação económica e financeira do país, nomeadamente pela aplicação do Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 (PEC) e a consequente fixação dos limites anuais ao crescimento do endividamento, de 2010 a 2013, para as empresas do Setor Empresarial do Estado, com o plano de investimentos orientado a empreitadas com financiamento comunitário e financiamento do BEI e enquadramento de critérios de prioridade decorrentes do PAI (Plano de Atividade e Investimento), aprovado pela tutela.

O corte nos custos com pessoal e fornecimento de serviços externos da Águas do Oeste, decorrente das orientações para o Setor Empresarial do Estado, veio a condicionar a atividade da empresa em matéria de gestão de recursos humanos e de recurso a meios externos.

A empresa desenvolveu toda a sua atividade de uma forma que se pretendeu franca e de cooperação com os acionistas, designadamente com os municípios integrados no sistema multimunicipal, tendo sempre como objetivo a melhoria contínua da atividade desenvolvida e a resolução dos problemas com que a empresa se debate.

O investimento em construção que se cifrou em 3,2 milhões de euros, traduz-se num desfasamento do investimento previsto, fruto das medidas restritivas que foram impostas, e por outro, das restrições decorrentes da situação financeira de adjudicatários de diversas empreitadas e que, nalgumas situações, resultaram na respetiva declaração de insolvência. O investimento acumulado atingiu no final do ano o valor de 287,042 milhões de euros.

Ainda assim, foram concluídas, em 2012, onze empreitadas a que acresce o forte desenvolvimento de outras sete intervenções, com conclusão prevista para o ano de 2013.

É de salientar a intensa atividade desenvolvida no sentido de criar condições para que pudessem ser celebrados acordos de pagamento com os municípios com dívidas à empresa, tendo sido reconvertidos quatro acordos para prazo de pagamento de três para quatro anos e assinados quatro novos acordos.

Dos principais acontecimentos ocorridos em 2012, destacam-se:

- O início do fornecimento de água através dos pontos de entrega (PE) Vivenda (Rio Maior) e Penedo de Santo Antão (Óbidos), subsidiários do Sistema Norte/ Centro e o início da contabilização do volume fornecido, para efeitos de faturação, nos medidores de caudal definitivos, instalados nos PE dos Municípios de Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço e no PE do Humberto (Azambuja);
- A taxa de qualidade da água fornecida, correspondendo a 99,88% de cumprimento dos parâmetros previstos na legislação nacional em vigor; assim como o cumprimento integral do estabelecido no Plano de Controlo da Qualidade da Água, assim como o desenvolvimento dos diversos planos de monitorização da qualidade da água, conseguindo-se ainda assim reduzir os custos com a realização de análises externas;
- A redução do volume de água fornecido aos municípios, em cerca de 2%, para os cerca de 26,5 milhões de metros cúbicos, comparativamente aos 27,1 milhões de metros cúbicos fornecidos no ano de 2011;
- A continuação da execução do plano de investimentos da empresa, no atual contexto de fortes restrições financeiras, sendo de salientar, a entrada em funcionamento das ETAR de Gosundeira (Sobral de Monte Agraço), Runa e Dois Portos (Torres Vedras) e dos respetivos subsistemas, que contribuem de forma significativa para a despoluição da bacia hidrográfica do rio Sizandro, assim como das ETAR de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja) e Paço (Lourinhã e Peniche), o que representou o aumento do número de infraestruturas de saneamento de águas residuais em exploração, com mais quatro ETAR, 22 estações elevatórias e

109 km de emissários, correspondendo, no final de 2012, a 74 ETAR, 149 estações elevatórias e cerca de 557 km de emissários em exploração, permitindo aumentar em cerca de 20 mil os habitantes da região com águas residuais tratadas;

- A manutenção do resultado da avaliação de conformidade, tendo-se obtido em 2012 o valor de 99,12%;
- O volume anual faturado em 2012 situou-se em 20,5 milhões de metros cúbicos de efluente tratado e transportado apesar de inferior ao esperado;
- A manutenção da certificação por entidade externa no âmbito dos referenciais normativos que regulam o sistema de gestão de responsabilidade empresarial, no que se refere à qualidade do serviço prestado, ao desempenho ambiental e ao desempenho ao nível da segurança e saúde no trabalho, com o respetivo alargamento do âmbito da certificação;
- A manutenção de uma estratégia de comunicação junto da comunidade envolvente, com destaque para a implementação do seu Plano de Educação Ambiental, um projeto que tem tido ao longo dos anos uma grande receptividade e procura por parte dos diversos públicos-alvo intervenientes, tendo no decorrer de 2012 contado com o envolvimento de aproximadamente 4.500 participantes. Apesar de se ter verificado uma diminuição significativa dos custos inerentes à realização das atividades de comunicação e de sensibilização ambiental, a Águas do Oeste deu continuidade aos projetos que desenvolve nesse âmbito;
- A revisão do estudo com vista à avaliação das necessidades de água em “alta” dos municípios da região Oeste;
- A realização do Capital Social em falta, encontrando-se, no final de 2012, totalmente realizado.

Merece particular destaque a colaboração e o apoio institucional que nos foram dados pelos Concedente, ERSAR e Acionista, agradecimentos que são extensíveis à Mesa da Assembleia-Geral e ao Auditor Ernst & Young, pois revelaram-se centrais para o normal desenvolvimento da atividade da Águas do Oeste e para os resultados finais obtidos.

Também os colaboradores da Águas do Oeste pela sua dedicação e empenho são credores da nossa confiança e merecedores do nosso agradecimento.



Carlos Martins

O Presidente do Conselho de Administração



A Empresa

A Águas do Oeste, S.A. (adiante designada também por AdO ou Águas do Oeste ou Empresa ou Sociedade), criada a 24 de novembro 2000, por Decreto-Lei n.º 305-A/2000, tem como objeto a concessão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste por um período de 35 anos.

Responsável pela captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e pela recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios da região, a empresa tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida das populações do Oeste e a recuperação da qualidade ambiental, garantindo sempre a qualidade do abastecimento público de água, bem como a despoluição de todas as bacias hidrográficas da região e permitindo a valorização ambiental da região e o desenvolvimento do potencial económico e turístico do Oeste.

Acionistas

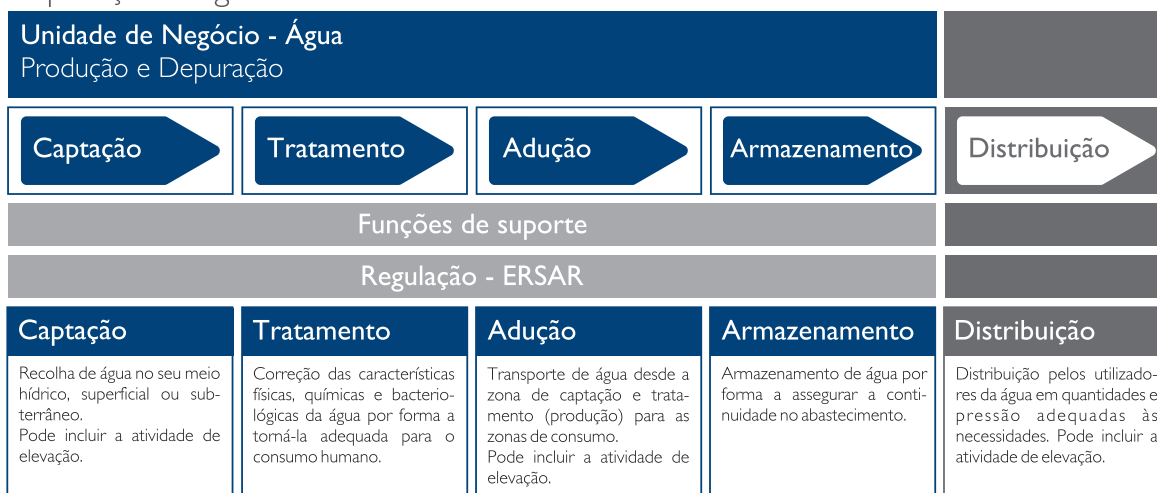
Os seus acionistas são a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., a Comunidade Intermunicipal do Oeste e os Municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Cadeia de Valor

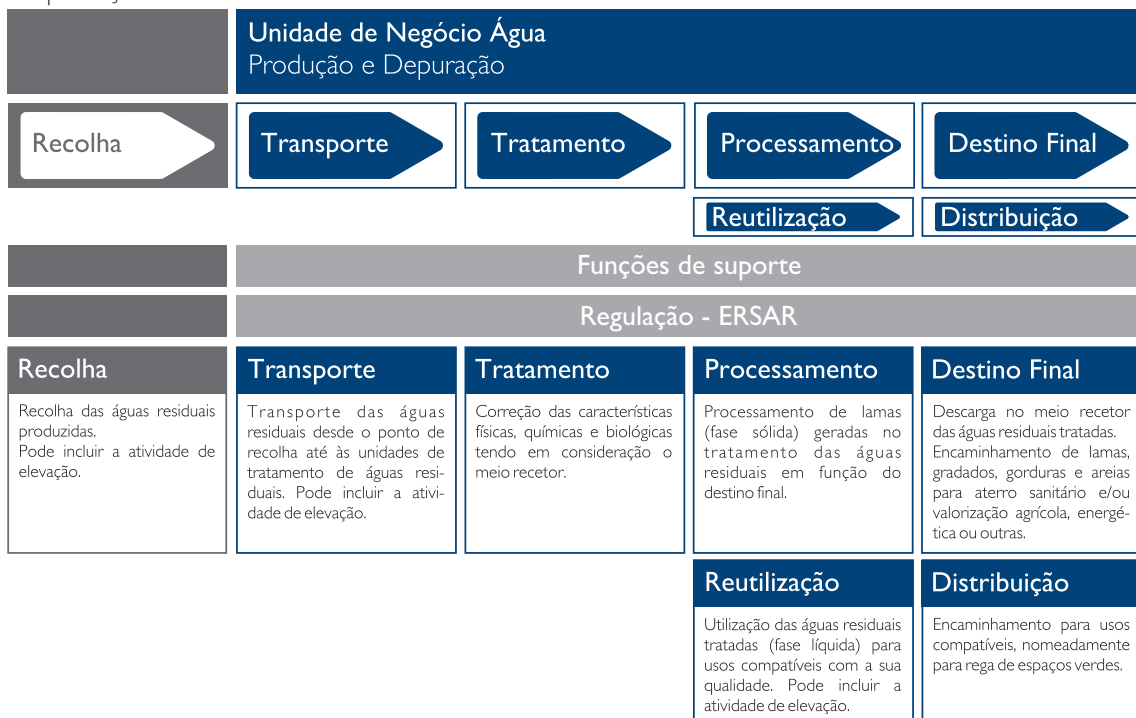
Ainda que a operação seja a atividade mais visível da Águas do Oeste, a empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Nas representações gráficas abaixo apresentadas é exposta a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.

Operação - Água



Operação - Saneamento



Indicadores

Unidade: euros

Indicadores Financeiros	2010	2011	2012
Volume de Negócios	26.226.749,95	33.734.658,48	30.003.885,89
EBITDA	10.107.996,86	15.266.428,33	11.455.593,39
Volume de investimento	14.359.436,65	6.192.585,89	4.964.119,72
Ativos	308.580.840,15	304.036.686,27	297.088.507,62
Resultado Líquido do Exercício	(780.623,94)	395.800,67	(3.168.668,35)

Unidade: dias

	2010	2011	2012
Prazo Médio de Pagamentos	58	62	84

Unidade: dias

	2010	2011	2012
Prazo Médio de Recebimentos	131	193	192

Rácios	2010	2011	2012
Liquidez Geral	1,90	1,56	1,52
Solvabilidade	0,08	0,08	0,07
Cobertura do Imobilizado	9,30%	10,08%	9,08%
Autonomia Financeira	7,51%	7,75%	6,95%

Indicadores de Atividade

	Unid.	2010	2011	2012
Volume de Água				
Volume de Água Produzida	m ³	24.931.978,38	27.613.693,00	27.200.538,39
Volume de Água Distribuída	m ³	24.336.271,10	27.097.222,11	26.485.239,64
Volume de Efluentes				
Volume de Efluente Recolhido	m ³	23.600.474,38	22.466.458,91	19.583.206,00
Volume de Efluente Tratado	m ³	20.878.613,38	20.010.870,91	16.900.703,00
Municípios Abrangidos				
Abastecimento	-	15	15	15
Saneamento	-	14	14	14
Municípios Servidos				
Abastecimento	-	14	15	15
Saneamento	-	14	14	14
População Abrangida				
Abastecimento	Habitantes	355.738	358.636	358.636
Saneamento	Habitantes	357.300	361.215	361.215
População Servida				
Abastecimento	Habitantes	307.607	326.271	327.558
Saneamento	Habitantes	311.775	321.345	341.350

Principais Acontecimentos

A atividade da empresa em 2012 foi desenvolvida num quadro de grandes restrições, com um agravamento significativo dos encargos financeiros associados às linhas de financiamento de que a empresa dispõe, agravado pelo atraso na disponibilização das verbas do Fundo de Coesão e do empréstimo do Banco Europeu de Investimentos (BEI), acentuado, também, pelo atraso no pagamento por parte dos municípios. A estes fatores acresce o elevado esforço realizado para a redução de custos de pessoal e de fornecimentos e serviços externos, sem afetar a qualidade do serviço prestado.

Assumi também relevância a redução dos volumes de água fornecidos pela empresa, também com reflexos ao nível das águas residuais, associado à alteração nos hábitos das pessoas e à redução da atividade económica, consequência da crise que o País atravessa.

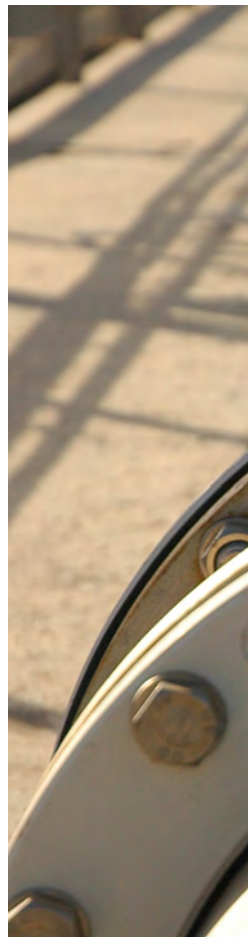
Dos principais acontecimentos ocorridos em 2012, destacam-se:

- O início do fornecimento de água através dos pontos de entrega (PE) de Vivenda (Rio Maior) e de Penedo de Santo Antão (Óbidos), subsidiários do Sistema Norte/ Centro;
- O início da contabilização do volume fornecido, para efeitos de faturação, nos medidores de caudal definitivos, instalados nos PE dos Municípios de Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço e no PE do Humberto (Azambuja);
- A manutenção da posição dos Municípios de Alcobaça (cliente), Óbidos e Rio Maior de não autorizar a Águas do Oeste a iniciar o fornecimento de água a alguns dos pontos de entrega previstos no Contrato de Concessão;
- A manutenção da situação dos Municípios de Óbidos e de Rio Maior de continuarem a utilizar captações próprias em áreas onde a Águas do Oeste detém o exclusivo do fornecimento de água;
- A taxa de qualidade da água fornecida, correspondendo a 99,88% de cumprimento dos parâmetros previstos na legislação nacional em vigor; assim como o cumprimento integral do estabelecido no Plano de Controlo da Qualidade da Água;
- O desenvolvimento dos diversos planos de monitorização da qualidade da água, conseguindo-se ainda assim reduzir os custos com a realização de análises externas;
- A introdução de alterações na exploração de alguns sistemas de abastecimento que permitiram reduzir a percentagem de água fornecida com origem nas captações próprias e aumentar a percentagem proveniente da Epal;
- A reorganização e otimização de recursos afetos à operação dos sistemas de abastecimento que permitiram a redução de custos, nomeadamente com horas extraordinárias, análises externas, combustível de viaturas e jardinagem;
- A redução do volume de água fornecido aos municípios, em cerca de 2%, para os cerca de 26,5 milhões de metros cúbicos, comparativamente aos 27,1 milhões de metros cúbicos fornecidos no ano de 2011;
- O aumento do número furtos em infraestruturas da Águas do Oeste, nomeadamente, de Postos de Transformação e tampas de caixas;
- A celebração de acordo com o Município de Azambuja relativo à transferência das infraestruturas que já se encontram em exploração pela Águas do Oeste;
- A continuação da execução do plano de investimentos da empresa, no atual contexto de fortes restrições financeiras, sendo de salientar a entrada em funcionamento das ETAR de Gosundeira (Sobral de Monte Agraço), Runa e Dois Portos (Torres Vedras) e dos respetivos subsistemas, que contribuem de forma significativa para a despoluição da bacia hidrográfica do rio Sizandro, assim como das ETAR de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja) e do Paço (Lourinhã e Peniche);
- O aumento do número de infraestruturas de saneamento de águas residuais em exploração, com mais cinco ETAR (tendo sido desativada uma), 22 estações elevatórias e 109 km de emissários, correspondendo, no final de 2012, a 74 ETAR, 149 estações elevatórias e cerca de 557 km de emissários em exploração, permitindo aumentar em cerca de 20 mil os habitantes da região com águas residuais tratadas;

- A conclusão da externalização da exploração das ETAR de Atouguia da Baleia e da Zambujeira, em junho e julho de 2012, respetivamente;
- O aumento significativo do número de Licenças de Utilização de Recursos Hídricos em vigor; existindo no presente cerca de 60 ETAR com licença emitida. Deu-se continuidade à elaboração dos processos para a obtenção/ renovação das licenças necessárias à exploração das infraestruturas;
- A otimização de recursos afetos à operação dos sistemas de transporte e tratamento de águas residuais que permitiram a redução de custos, nomeadamente com horas extraordinárias, combustível de viaturas e consumo de água potável;
- A manutenção do resultado da avaliação de conformidade obtido em 2011, tendo-se obtido, em 2012, o valor de 99,12%;
- O volume anual faturado, em 2012, situou-se em 20,5 milhões de metros cúbicos, valor que inclui o caudal tratado e transportado nas infraestruturas em “alta” da Águas do Oeste, inferior ao esperado face às novas ligações efetuadas durante o ano;
- A manutenção da certificação por entidade externa no âmbito dos referenciais normativos que regulam o sistema de gestão de responsabilidade empresarial, no que se refere à qualidade do serviço prestado (NP EN ISO 9001:2008), ao desempenho ambiental (NP EN ISO 14001:2004) e ao desempenho ao nível da segurança e saúde no trabalho (OHSAS 18001:2007/ NP 4397:2008), com o respetivo alargamento do âmbito da certificação;
- O cumprimento integral do programa de auditoria previsto no âmbito do sistema de gestão de responsabilidade empresarial, com a realização de auditorias a fornecedores;
- A manutenção de uma estratégia de comunicação junto da comunidade envolvente, através da implementação do seu Plano de Educação Ambiental, um projeto que tem uma grande receptividade e procura por parte dos diversos públicos-alvo intervenientes, tendo no decorrer de 2012 contado com o envolvimento de aproximadamente 4.500 participantes, num total de 75 ações de sensibilização realizadas.
- A continuação do recurso a uma prestação de serviços de trabalhos de manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento;
- A revisão do estudo com vista à avaliação das necessidades de água em “alta” dos Municípios da região Oeste;
- A realização do Capital Social em falta, encontrando-se, no final de 2012, totalmente realizado.

É de salientar a intensa atividade desenvolvida no sentido de criar condições para que pudessem ser celebrados acordos de pagamento com os municípios com dívidas à empresa, tendo sido reconvertidos quatro acordos e assinados quatro novos acordos.

A empresa desenvolveu toda a sua atividade de uma forma que se pretendeu franca e de cooperação com os acionistas, designadamente com os municípios integrados no sistema multimunicipal, tendo sempre como objetivo a melhoria contínua da atividade desenvolvida e a resolução dos problemas com que a empresa se debate.



Governo da Sociedade





A - Governo da Sociedade

I. Missão, Objetivos e Políticas

Missão

A Missão, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 12 de março de 2010, é abastecer de água os Municípios, recolher e tratar as águas residuais deles provenientes, investindo no Oeste e promovendo o desenvolvimento sustentável da região.

Objetivos Estratégicos

- Assegurar progressivamente o abastecimento de água a todos os Municípios do Oeste;
- Completar o investimento necessário para prosseguir a Missão da Águas do Oeste;
- Explorar as infraestruturas necessárias para o tratamento das águas residuais provenientes dos Municípios do Oeste;
- Fornecer um serviço que cumpra as expectativas e necessidades dos Clientes e da Comunidade;
- Cumprir as normas legais e o Contrato de Concessão, nos termos decorrentes da regulação aplicável;
- Prosseguir o equilíbrio económico e financeiro da concessão, assegurando aos Acionistas as condições para a remuneração dos capitais investidos;
- Assegurar a melhoria contínua da eficácia do Sistema Integrado da Qualidade e Ambiente, envolvendo todos os colaboradores;
- Assegurar a proteção e salvaguarda da segurança e saúde dos colaboradores, prevenindo potenciais danos decorrentes das atividades desenvolvidas;
- Contribuir para o Desenvolvimento Sustentável da região que a Empresa serve, garantindo a proteção do Ambiente e monitorizando a eficiência ambiental da sua atividade.

A 17 de março de 2010, em sede de Assembleia-Geral, foram definidas as orientações Estratégicas e definidos e aprovados os objetivos de gestão para o exercício de 2012.

Objetivos e Políticas

Orientações Estratégicas Gerais

Na gestão da Águas do Oeste, S.A. serão observadas as orientações fixadas nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de abril, que define o enquadramento geral da atuação do Setor Empresarial do Estado, e que determina:

- Que a Empresa deve, sem prejuízo da sua independência em matéria de gestão, prosseguir a sua missão e exercer a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas sectoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Que a Empresa deve ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;

- Que a Empresa, sendo prestadora de serviços de interesse económico geral, deve promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes, e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental.

Com base na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, que aprova os princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado, a administração da Águas do Oeste, S.A., na qualidade de empresa pública, obriga-se a:

- Adotar metodologias que lhes permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes, analisando o perfil e a variação das reclamações e realizando inquéritos que possibilitem avaliar os resultados obtidos nessa matéria (qualidade de serviço);
- Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira da empresa (política de recursos humanos);
- Conceber e implementar planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- Implementar políticas de inovação científica e tecnológica consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental (política de inovação e sustentabilidade);
- Adotar sistemas de informação e de controlo interno, adequados à dimensão e complexidade da empresa, que cubram todos os riscos relevantes assumidos, suscetíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito, designadamente a Inspeção - Geral de Finanças e o Tribunal de Contas (sistemas de informação e controlo de riscos).

A administração da Águas do Oeste, S.A. está, ainda, obrigada ao envio da informação, e em prazos fixados, à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, constante do Despacho n.º 14277/2008, 23 de maio, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, para efeitos de acompanhamento.

Orientações Estratégicas Específicas

Com base no Despacho conjunto n.º 6008/2009, 23 de fevereiro, do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que estabelece e aprova a recomendação ao conselho de administração da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A S.A., a Administração da Águas do Oeste, S.A., no quadro da missão definida deverá prosseguir, para cada uma das linhas de orientação estratégica, os seguintes objetivos específicos:

- Prosseguir com a execução das políticas públicas e contribuir para alcançar os objetivos nacionais para o setor, através da implementação das medidas definidas e previstas nos PEAASAR e ENEAPAI, de modo a atingir os resultados aí estabelecidos,
 - ✓ Prosseguir e intensificar os planos de investimento em curso, de modo a atingir os níveis de serviço previstos nos diferentes planos estratégicos (taxas de cobertura, padrões de qualidade, etc.),
 - ✓ Desenvolver os procedimentos necessários ao alargamento dos sistemas multimunicipais existentes aos municípios que nisso manifestem interesse, dando maior dimensão às empresas e diminuindo os custos de operação,
 - ✓ Apoiar a criação e o desenvolvimento de novos sistemas multimunicipais, nomeadamente aqueles em que a atividade é complementar, e que se insiram na mesma região, no quadro do PEAASAR.
 - ✓ Apoiar a criação de parcerias Estado - Autarquias para a prestação de serviços de água e saneamento em baixa, com especial ênfase para aquelas que são servidas por sistemas multimunicipais, no quadro do PEAASAR, e
 - ✓ Apoiar a instalação de unidades para tratamento de efluentes da agropecuária e da agroindústria no quadro do ENEAPAI.
- Zelar pelo cumprimento dos contratos que a obrigam e prestar os serviços nas melhores condições de qualidade e preço, para o que deve promover a melhoria da eficiência económica, ambiental e energética da empresa,

- ✓ Dotar a empresa com os títulos autorizativos requeridos na lei,
 - ✓ Concluir o processo de certificação da empresa, nos referenciais de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, até ao final do ano de 2010, bem como assegurar a continuidade da empresa como entidade certificada,
 - ✓ Publicar e Divulgar o Relatório de Sustentabilidade da empresa relativo ao ano de 2010, devendo o dos anos subsequentes ser devidamente certificado e auditado,
 - ✓ Promover, sempre que economicamente sustentada, outras atividades complementares prestadas pelas concessionárias de sistemas multimunicipais, em volume significativo,
 - ✓ Adotar medidas, de racionalização e economia de meios, tendentes a aumentar a eficiência na prestação dos serviços concessionados, designadamente, promovendo ganhos de escala,
 - ✓ Prosseguir com a política de externalização de atividades de operação e manutenção de infraestruturas integradas no sistema multimunicipal, e
 - ✓ Promover políticas tendentes à redução dos prazos médios de recebimento e de pagamento.
- Assegurar a sustentabilidade económico-financeira das operações em que está envolvida, promovendo a correção de situações contratuais desajustadas,
 - ✓ Rever o estudo de viabilidade económica e financeira do sistema multimunicipal e identificar, em conjunto com os acionistas, as soluções que assegurem a sua sustentabilidade económica e financeira,
 - ✓ Aproveitar todas as formas de energias alternativas passíveis de instalação nas suas infraestruturas de tratamento, em particular a eólica e a solar (fotovoltaica ou térmica/elétrica),
 - ✓ Aproveitar o potencial hidroelétrico existente nas infraestruturas da empresa e na região onde se insere, e
 - ✓ Apoiar a criação e instalação de unidades de valorização energética de lamas de ETAR e CDR, em condições sustentáveis.

Relativamente ao aproveitamento de todas as formas de energias alternativas passíveis de instalação nas suas infraestruturas, a Administração da Águas do Oeste, S.A., está, ainda, obrigada:

- À promoção sistemática da melhoria da eficiência energética nas suas operações, e à procura ativa de novas oportunidades que permitam extrair potencialidades ao nível do trinómio Resíduos – Ambiente – Energia;
- À consulta prévia obrigatória dos seus acionistas relativamente à tomada de decisão relativamente a parceria ou investimento a efetuar, assim que identificada a possibilidade de desenvolvimento de nova área de negócio no domínio das energias renováveis ou na promoção da reciclagem e do escoamento dos subprodutos resultantes dos processos de tratamento.

Sem prejuízo dos desafios identificados, a administração da Águas do Oeste, S.A., está igualmente obrigada a dar continuidade aos esforços com vista à implementação das medidas de carácter geral e intemporal, estabelecidas no Despacho conjunto n.º 169/2006, de 10 de fevereiro, dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que mantém plena atualidade.

A Administração da Águas do Oeste, S.A., está igualmente obrigada a cumprir as medidas e ações que venham a ser emanadas pelo conselho de administração da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., em particular aquelas que resultem de orientação da tutela.

O Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. deve, no âmbito dos assuntos de gestão geral, assumir a responsabilidade por:

- Assegurar a gestão operacional da empresa em todas as suas vertentes, garantindo uma articulação eficaz entre as áreas técnica, financeira e administrativa;
- Garantir o bom funcionamento das infraestruturas cumprindo os objetivos de qualidade do serviço e assegurando o cumprimento da legislação;

- Garantir junto das entidades financiadoras, com o suporte do acionista maioritário, acrescido dos apoios do Fundo de Coesão e de outros programas comunitários, quando existam, os meios financeiros e os recursos necessários à prossecução dos objetivos definidos no Orçamento e nos Planos de Atividade e de Investimento;
- Assegurar que os seus membros e os colaboradores da empresa se comportem com isenção, neutralidade, rigor e equidade no relacionamento e colaboração com os Municípios - acionistas e utilizadores -, as entidades públicas e as empresas privadas;
- Adotar as medidas e as ações que possibilitem cumprir as orientações com vista à implementação de procedimentos uniformizados, em todas as empresas concessionárias de sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento.

No âmbito das relações com os Acionistas, o Conselho de Administração deve:

- Colaborar ativamente com os Acionistas, ou os seus representantes no desempenho das suas funções, garantindo a permanente manutenção de rotinas de fornecimento de informação interna, inerente ao controlo acionista;
- Informar os acionistas sobre todos os assuntos em análise com o concedente e com o regulador, designadamente:
 - ✓ Orçamentos, Planos de Atividade e projetos tarifários,
 - ✓ Alteração da configuração técnica do Sistema Multimunicipal,
 - ✓ Avaliação de infraestruturas, e
 - ✓ Abertura a novas áreas de negócio complementares;
- Reportar, com a devida oportunidade, todos os aspetos críticos relacionados com o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão e dos respetivos contratos de fornecimento de água e recolha de efluentes.

No âmbito das relações com o grupo Águas de Portugal, o conselho de administração da Águas do Oeste, S.A. obriga-se a:

- Garantir a qualidade de toda a informação remetida, nomeadamente informação mensal de controlo de execução do Plano de Atividades, Plano de Investimentos, controlo de gestão e informação financeira;
- Celebrar e garantir a execução de contratos de gestão corporativa;
- Propiciar o desenvolvimento na empresa de uma cultura de grupo, que se traduza pela permanente articulação e colaboração com outras empresas concessionárias de Sistemas Multimunicipais e as empresas gestoras de parcerias Estado - Autarquias e as estruturas centrais do grupo Águas de Portugal e das suas empresas instrumentais.

A Águas do Oeste, e a sua Administração, pautou a sua atividade no sentido do cumprimento das orientações estabelecidas pelo Concedente e pelos Acionistas, e das recomendações emitidas pela Entidade Reguladora do setor.

O quadro de forte restrição, particularmente financeira, bem como as orientações emanadas para o setor empresarial do Estado, levou a que algumas das orientações, caso da certificação em responsabilidade social e das associadas ao plano de investimentos não fossem totalmente atingidas.

Apesar de a Empresa ter tido condições de apresentar a revisão do contrato de concessão, a indefinição relativamente a alguns pressupostos dos volumes de abastecimento de água a considerar para alguns dos utilizadores/clientes e, mais recentemente, as orientações no âmbito do processo de reestruturação do setor e dos sistemas multimunicipais, não permitiu que o processo de revisão tivesse o desenvolvimento desejado.

Objetivos de Gestão

Indicadores		2010	2011	2012
Indicadores Financeiros - Rentabilidade e Crescimento				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
1. ROCE (*)	(%)	100%	100%	100%
2. EBITDA / Receitas (*)	(%)	100%	100%	100%
Indicadores Financeiros - Eficiência				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
3. Custos com Pessoal / EBITDA (*)	(%)	100%	100%	100%
4.1 <i>Cash-Cost</i> Abastecimento (*)	(%)	100%	100%	100%
4.2 <i>Cash-Cost</i> Saneamento (*)	(%)	100%	100%	100%
Indicadores Financeiros - Investimento e Endividamento				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
5. Investimento (*)	(%)	100%	100%	100%
Indicadores Financeiros - PMR e PMP				
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
6. Prazo Médio de Recebimentos	(dias)	63	60	60
7. Prazo Médio de Pagamentos	(dias)	67	57	48
Indicadores de Serviço - Qualidade do Serviço				
(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objetivos nacionais no domínio do ambiente)				
8. Volume de Atividade (*)	(%)	100%	100%	100%
9.1 Taxa de Cobertura de AA Potencial	(%)	98%	99%	99%
9.2 Taxa de Cobertura de AR Potencial	(%)	85%	89%	92%
10.1 Qualidade da Água Fornecida	(%)	100%	100%	100%
10.2 Cumprimento dos Parâmetros de Descarga	(%)	100%	100%	100%
11. Reforço da Eficiência Contratual	(%)	93%	95%	100%
Indicadores de Reporte - Cumprimento de Reporte				
(Desenvolvimento da cultura de Grupo na empresa concessionária do Sistema Multimunicipal)				
12.1 Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias)	3	3	1
12.2 Cumprimento de Orientações Corporativas	(%)	100%	100%	100%

Notas:

Valores fixados pela Assembleia-Geral de 17 de março de 2010.

- (*) O objectivo indicado corresponde a atingir a percentagem fixada com base nos valores constantes do Orçamento e Projeto Tarifário aprovado pelo Concedente em cada ano ou para períodos até três anos, ou, no caso de não obtenção de aprovação, com base nos valores constantes no Orçamento e Projeto Tarifário Apresentado pela empresa em cada ano ou para períodos até três anos, ajustado às tarifas praticadas e aprovadas pelo Concedente.

2. Regulamentos Internos e Externos

Em 2012, a Águas do Oeste manteve a certificação do seu sistema de gestão de responsabilidade empresarial, tendo por base a qualidade do serviço prestado à comunidade onde se insere, garantindo a proteção do ambiente e a salvaguarda da segurança e saúde dos colaboradores, monitorizando a sua eficiência em vários níveis.

O Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde (SIQAS) desenvolvido na Águas do Oeste, incluiu o mapeamento, integração e a iteração entre processos estruturais da empresa, que são monitorizados numa lógica de melhoria contínua, sustentada em indicadores mensuráveis, com resultados analisados e metas revistas anualmente pela gestão de topo.

Estrategicamente, a Águas do Oeste tem também implementado um conjunto de regulamentos e manuais internos que ajudam a definir regras mediante determinadas vertentes de atuação, a saber: Manual de Recursos Humanos Corporativos, Manual de Acolhimento, Manual de Estrutura Orgânica, Manual de Avaliação de Desempenho, Regulamento de Carreiras para as empresas participadas UNA-PD, Regulamento interno para a atribuição, distribuição, manutenção e conservação de Equipamentos de Proteção Individual, Política de atribuição de donativos e patrocínios, Código de Conduta e Ética, Código de Conduta Empresas e VIH, Regulamento interno de atribuição e utilização de viaturas de serviço, Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, Manual do Sistema Integrado de Qualidade e Ambiente, Manual de Apresentação do SIQAS: Principais linhas orientadoras para uma adequada prestação do serviço, Planos de segurança internos para diversas instalações, Regulamento de visitas às infraestruturas operacionais da Águas do Oeste, Plano de contingência – gripe pandémica e Manual de normas de viaturas – grupo AdP.

Após a audiência aos municípios utilizadores, a Águas do Oeste tinha em curso o processo para a apresentação ao Concedente do Regulamento de Exploração do Serviço Público de Saneamento do Sistema Multimunicipal do Oeste. No entanto, a AdP estava a proceder, em estrita colaboração com a ERSAR, à elaboração de propostas de Regulamentos de Exploração “tipo” para as atividades de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, pelo que se optou por elaborar uma nova versão do Regulamento de Exploração do Saneamento, já com base na “versão tipo”, e submeter, novamente, o documento à apreciação dos municípios utilizadores, o que ocorreu no final de 2012. Prevê-se o envio ao Concedente, para aprovação, até ao final do primeiro trimestre de 2013.

No que se refere ao Regulamento de Exploração do Serviço Público de Abastecimento de Água do Sistema Multimunicipal do Oeste, encontra-se em fase de elaboração pela empresa, tendo por base a “proposta tipo” a que se fez referência, prevendo-se que seja submetido a parecer dos municípios utilizadores/clientes até ao final do primeiro trimestre de 2013 e, posteriormente, enviado para aprovação do Concedente.

3. Informação sobre Transações Relevantes

A empresa, durante o ano de 2012, aplicou os procedimentos decorrentes da legislação em vigor em matéria de empreitadas e de aquisição de bens e serviços. Após o início da vigência do novo Código dos Contratos Públicos, a Águas do Oeste promoveu a adaptação dos seus procedimentos em função das orientações recebidas do grupo Águas de Portugal.

A nível dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), apresenta-se de seguida a lista dos fornecedores que representam mais de um milhão de euros (sem IVA) durante o ano de 2012 ou mais de 5% do universo dos FSE da empresa:

Fornecedor	Montante	% Relativa aos FSE
Iberdrola Generación, SAU.	2.996.973,62	33,6%
MANVIA-EFACEC-Man. Tec. AdO, ACE	1.480.579,69	16,6%
EDP - Serviço Universal, S.A.	695.160,29	7,8%
Adp - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	518.456,36	5,8%
Terrafértil, II, Lda.	517.182,10	5,8%

Estas cinco empresas, que representam cerca de 70% do total dos custos com FSE, fornecem a energia (Iberdrola e EDP), realizam a maioria da manutenção das infraestruturas (Manvia), prestam serviços técnicos de administração e gestão, faturados de acordo com o volume de negócios (AdP) e recolhem, transportam e dão destino final adequado às lamas produzidas decorrentes da atividade normal da empresa (Terrafértil).

Em termos entidades relacionadas, apresenta-se quadro resumo com os montantes de transações durante o ano 2012:

Unidade: euros

	Rendimentos	Gastos
AdP SGPS	-	(2.209.198,82)
AdP Serviços	-	(279.835,59)
Aquasis	-	(53.089,00)
Simria	-	-
Sanest	-	-
Simtejo	-	-
Epal	-	(10.914.148,82)
Águas da Região de Aveiro	-	-
Valorsul	108.861,81	-
Municípios	10.833.679,43	(155.339,41)
Paulo José Salvador Ferreira	-	(3.893,22)

O valor transacionado com a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. corresponde à imputação à Águas do Oeste de Fees de Gestão e Administração, tendo em vista a promoção de um aproveitamento de esforços, assegurar condições de segurança relativamente às atividades desenvolvidas que envolvam riscos estratégicos, nomeadamente riscos de financiamento, obtendo vantagem por via da definição de uma estratégia de partilha de encargos associados.

O relacionamento da Águas do Oeste com a unidade de serviços partilhados do Grupo, a AdP Serviços Ambientais, S.A., funciona no quadro de uma relação *in house* estabelecida com base num modelo relacional aprovado pela AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.

A AdO no exercício da sua atividade tem necessidade de recorrer com alguma frequência aos serviços de suporte partilhados pela AdP Serviços, já que, em termos de estrutura organizacional se encontra impossibilitada de os realizar internamente, não possuindo os recursos humanos e técnicos indispensáveis para o efeito. São exemplo, serviços prestados no âmbito de compras e apoio geral, engenharia (designadamente apoio à elaboração de processos de concurso e à apreciação de propostas e acompanhamento de empreitadas), assessoria jurídica aos negócios da empresa, comunicação institucional, de sistemas de informação, recursos humanos, serviços financeiros e de contabilidade.

Com a Aquasis, a AdO adquire serviços de natureza técnica e consultoria, relativos a acompanhamento, fiscalização de fornecimento, montagem e colocação em serviço do sistema de telegestão do sistema de abastecimento e saneamento de águas residuais. Com a Epal, a relação corresponde à aquisição de água para fornecimento aos municípios utilizadores/clientes da Águas do Oeste.

Com os municípios, os montantes registados como rendimento, dizem respeito a atividade regulada - Serviços em "alta" – abastecimento de água e recolha e tratamento de efluentes.

O valor transacionado com o Eng. Paulo Ferreira diz respeito a prestação de serviços de responsabilidade de exploração das instalações elétricas nos termos da legislação em vigor.

Com a Valorsul, a AdO prestou serviços de tratamento de efluentes, decorrente de descarga de águas residuais lixivantes provenientes do aterro sanitário do Oeste, em instalações de tratamento a cargo da Águas do Oeste.

3.1 Informação sobre Contratos de Prestação de Serviços

Em matéria de contratação pública, cumpre assinalar que na atividade desenvolvida pela Águas do Oeste, S.A. foi implementada a orientação vertida no Despacho n.º 438/10 - SETF, de 10 de maio de 2010, transmitida pela Comissão Executiva da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., em cumprimento do estabelecido no Ofício Circular n.º 6132, da Direção - Geral do Tesouro e Finanças, de 6 de agosto de 2010, que determina que nos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000 euros (cento e vinte e cinco mil euros) devem ser cumpridas as seguintes formalidades:

- A adjudicação deve ser precedida de justificação da necessidade de contratar, tanto do ponto de vista económico, como da ausência de soluções internas, bem como da explicitação dos objetivos que se pretende alcançar;
- Os resultados obtidos sejam objeto de avaliação;
- Os desvios quanto à realização temporal e financeira sejam justificados.

Para além do exposto, nos procedimentos desenvolvidos no ano de 2012 para a formação de contratos abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos pela Águas do Oeste, S.A. foram observadas as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril e pelo Decreto-lei n.º 149/2012, de 12 de julho.

Em cumprimento do disposto no artigo 472.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, até 31 de março de 2013 será submetido à Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E., o reporte estatístico relativo aos contratos de aquisição e locação de bens e de aquisição de serviços abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos celebrados pela Águas do Oeste no ano de 2012.

4. Modelo de Governo

4.1. Órgãos Sociais

Nos termos do n.º 1 do artigo 18º dos Estatutos da Águas do Oeste, o Conselho de Administração é composto por três ou cinco Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

4.1.1 Mesa da Assembleia-Geral

A Assembleia-Geral é convocada e reúne nas condições previstas no Estatuto da Águas do Oeste e é dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia-Geral.

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia-Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário:

Presidente: José Manuel Dias Custódio, Presidente da Câmara Municipal de Lourinhã;

Vice-Presidente: Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes;

Secretário: Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira.

4.1.2 Conselho de Administração

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia-Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 11º do Contrato da Sociedade, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

A 29 de março de 2012, o Conselho de Administração da Águas do Oeste, face à renúncia ao cargo apresentada pelo então Presidente do Conselho de Administração, Eng. Arnaldo Lobo Moreira Pêgo, em 1 de março de 2012, votou e deliberou, por unanimidade, a sua substituição por cooptação, nos termos do artigo 393º-3-b) do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 14º do Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, pelo Eng. Carlos Manuel Martins, pelo período do mandato em curso.

A 1 de março de 2012, o Administrador não executivo, Eng.º José Sardinha, apresentou a sua renúncia. Conforme anunciado pelo Presidente da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., na Assembleia-Geral da empresa, realizada em 9 de março de 2012, não se procedeu à sua substituição.

Nos termos do artigo 19.º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem os poderes de gestão e representação da Sociedade que lhe foram concedidos pela lei e pelos estatutos da sociedade e pelas deliberações dos Acionistas.

Para além do acompanhamento do Presidente do Conselho de Administração da atividade da empresa, verificou-se a contribuição dos administradores para a atividade corrente da Águas do Oeste.

Administrador-Delegado

Atualmente, o Conselho de Administração é constituído por quatro membros e, em função da determinação dos Acionistas para a organização do conselho de administração no mandato 2010-2012, a gestão corrente está delegada num único administrador executivo, Eng. Arménio de Figueiredo, a quem reportam todos os serviços da Águas do Oeste.

Conselho de Administração

Presidente: Eng. Carlos Martins

Administrador-Delegado: Eng. Arménio de Figueiredo

Vogais:

Dr. Fernando José da Costa, Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha

Dr. Carlos Manuel Soares Miguel, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras

Curriculum Vitae dos Administradores

Eng.º Carlos Martins

Nasceu em Lisboa, em 19 de janeiro de 1956

Habilitações Académicas

Mestre em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade Técnica de Lisboa (pré-Bolonha) e Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa e doutorando em Administração Pública, na Universidade de Lisboa.

Pós-graduado em Administração e Políticas Públicas no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Diplomado de Estudos Superiores Especializados em Direção, Gestão e Execução de Obras pelo Instituto Politécnico de Lisboa, Diplomado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa no "Programa Avançado de Economia e Gestão de Empresas

de Serviços de Águas”, em 2008 e Pós-graduado em “Direito da Água”, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade de Lisboa.

Membro efetivo da Ordem dos Engenheiros, com nível de qualificação de sénior e outorga do grau de especialista em engenharia sanitária.

Carreira Profissional

Iniciou atividade profissional em 1979 nos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Câmara Municipal de Loures, tendo sido nomeado Chefe de Divisão de Estudos e Cadastros em 1982, funções que veio a exercer até abril de 1998.

Foi representante do município de Loures na EXPO’98 para supervisão de estudos e obras de infraestruturas e para apreciação de projetos de redes de água e esgotos dos promotores particulares na zona do PP4 do Parque EXPO.

Foi nomeado por Despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e Ministra do Ambiente para as funções de Vice-presidente do Instituto dos Resíduos do Ministério do Ambiente, que desempenhou entre abril de 1998 e fevereiro de 2002. Integrou a Comissão de Monitorização e avaliação do Protocolo para uma melhoria contínua de desempenho ambiental da Petrogal. Representou o Ministério do Ambiente na Unidade de Gestão do Programa Operacional Saúde XXI.

Entre fevereiro de 2002 e setembro de 2007 exerceu funções de administrador nos Serviços Municipalizados de Loures, onde teve delegadas competências de coordenação de diversas Divisões.

Em 2002 e 2003 prestou assessoria técnica à Direção Regional do Ambiente da Secretaria do Ambiente do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores.

No período de 2004 a 2007 exerceu também funções de administrador não executivo no Conselho de Administração da Simtejo, em representação da Câmara Municipal de Loures.

Exerceu funções de assessor da AMEGA (Associação de Municípios para Estudos de Gestão da Água) no período de 2004 a setembro de 2007 e de Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração da Simtejo, S.A. de 2007 a outubro de 2009.

Membro do Conselho de Administração da EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A., de abril de 2009 a fevereiro de 2012, Administrador da Valorsul, S.A., Presidente dos Conselhos de Administração da Amarsul, S.A. e do ACE EGF & DouroGás. Exerceu também funções de Administrador da empresa Aquasis, S.A. e de Administrador da AdP – Serviços Ambientais, S.A.

Outras atividades

Presidente da APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas desde 2003 a 2009, exerceu as funções de Presidente da *European Union of National Associations of Water Suppliers and Waste Water Services*, com sede em Bruxelas, em 2005, tendo sido vice-presidente em 2004 e membro da Comissão Executiva de 2004 a 2006, integrou a Assembleia-Geral daquela organização, foi também membro da CNAIA – Comissão Nacional da Associação Internacional da Água.

Coordenador do Grupo de resíduos da APESB de 2002 a 2006 e membro do Conselho Editorial da revista Água e Resíduos.

Integrou as Comissões da Seca, criada por despacho interministerial em 2005, e de Acompanhamento de elaboração do PEAASAR II. Tem proferido dezenas de intervenções técnicas como participante convidado em seminários, colóquios, *workshops* e sessões em estabelecimentos de ensino superior, autor de mais de três dezenas de artigos técnicos apresentados em eventos técnicos e publicados em revistas nacionais e internacionais, nomeadamente a convite do Banco Interamericano para o Desenvolvimento.

Funções Atuais

Gestor da Unidade de Negócio de Água – Produção e Depuração (UNA-PD), com responsabilidade de coordenação das empresas: Sanest, S.A., Simtejo, S.A., Águas do Oeste, S.A., Águas do Centro, S.A. e Águas do Zêzere e Coa, S.A.

Presidente dos Conselhos de Administração da Sanest, S.A., da Simtejo, S.A., da Águas do Oeste, S.A. e da Águas do Zêzere e Coa, S.A.

Exerce funções de equiparado a Professor Adjunto no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa desde 1991, lecionando disciplinas no domínio da Organização de Obras, Ordenamento do Território e do Saneamento Básico, sendo desde 2007 coordenador da disciplina de Construção Território e Ambiente da Secção de Transportes e Ordenamento do Território e integrou, de 2004 a 2010, o Conselho Científico do Departamento de Engenharia Civil e, desde 2009, o Centro de Estudos de Engenharia Civil do ISEL.

Eng.º Arménio de Figueiredo

Nasceu em Aveiro, em 19 de dezembro de 1958.

Habilitações Académicas

Licenciado em Engenharia do Ambiente pela Universidade de Aveiro.

Carreira Profissional

Na área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, foi membro do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Loures, de fevereiro de 1991 a abril de 1998, data em que ingressou no grupo Águas de Portugal, onde atualmente se encontra, tendo desempenhado diversas funções, designadamente associadas à constituição de novos Sistemas Multimunicipais.

Desempenhou funções de Administrador executivo da Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A., de janeiro de 2000 a março de 2002, e, até março de 2006, foi Presidente do seu Conselho de Administração.

De julho de 2000 a março de 2003, foi vogal não executivo do Conselho de Administração da Águas do Zêzere e Coa, S.A. e de março de 2003 a março de 2006 foi Presidente do seu Conselho de Administração.

De julho de 2001 a março de 2007 foi presidente do Conselho de Administração da Águas do Centro, S.A.

De março de 2007 a abril de 2009 desempenhou funções associadas aos estudos técnicos desenvolvidos para a Parceria para a organização dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais em baixa, abrangendo os Municípios integrados nos Sistemas Multimunicipais da Ria de Aveiro, do Lis, do Oeste, do Baixo Mondego, de Raia, Zêzere e Nabão e do Alto Zêzere e Côa;

De abril de 2008 a maio de 2009 desempenhou funções de vogal do Conselho de Administração da Trevo Oeste - Tratamento e Valorização de Efluentes Pecuários, S.A.

Funções Atuais

Desde 6 de maio de 2009 desempenha as funções de Administrador-Executivo da Águas do Oeste, S.A..

É membro do Conselho de Admissão e Qualificação da Ordem dos Engenheiros.

Dr. Carlos Manuel Soares Miguel

Nasceu em 17 de janeiro de 1957.

Habilitações Académicas

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa.

Carreira Profissional

Exerceu advocacia de 1985 a 2002.

Funções Atuais

Exerce as funções de Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras.

Dr. Fernando José da Costa

Nasceu em 20 de abril de 1950.

Habilitações Académicas

Licenciado em Direito

Funções Atuais

Exerce as funções de Presidente da Câmara Municipal de Caldas da Rainha.

4.1.3 Fiscal Único

Nos termos do artigo 24º do Contrato da Sociedade, a fiscalização da atividade da sociedade compete a um oficial revisor de contas ou sociedade revisora de contas.

Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada por Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC n.º.1119) ou Dr. João Carlos Miguel Alves (ROC n.º.896).

Suplente: Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira.

4.2. Estrutura Organizacional

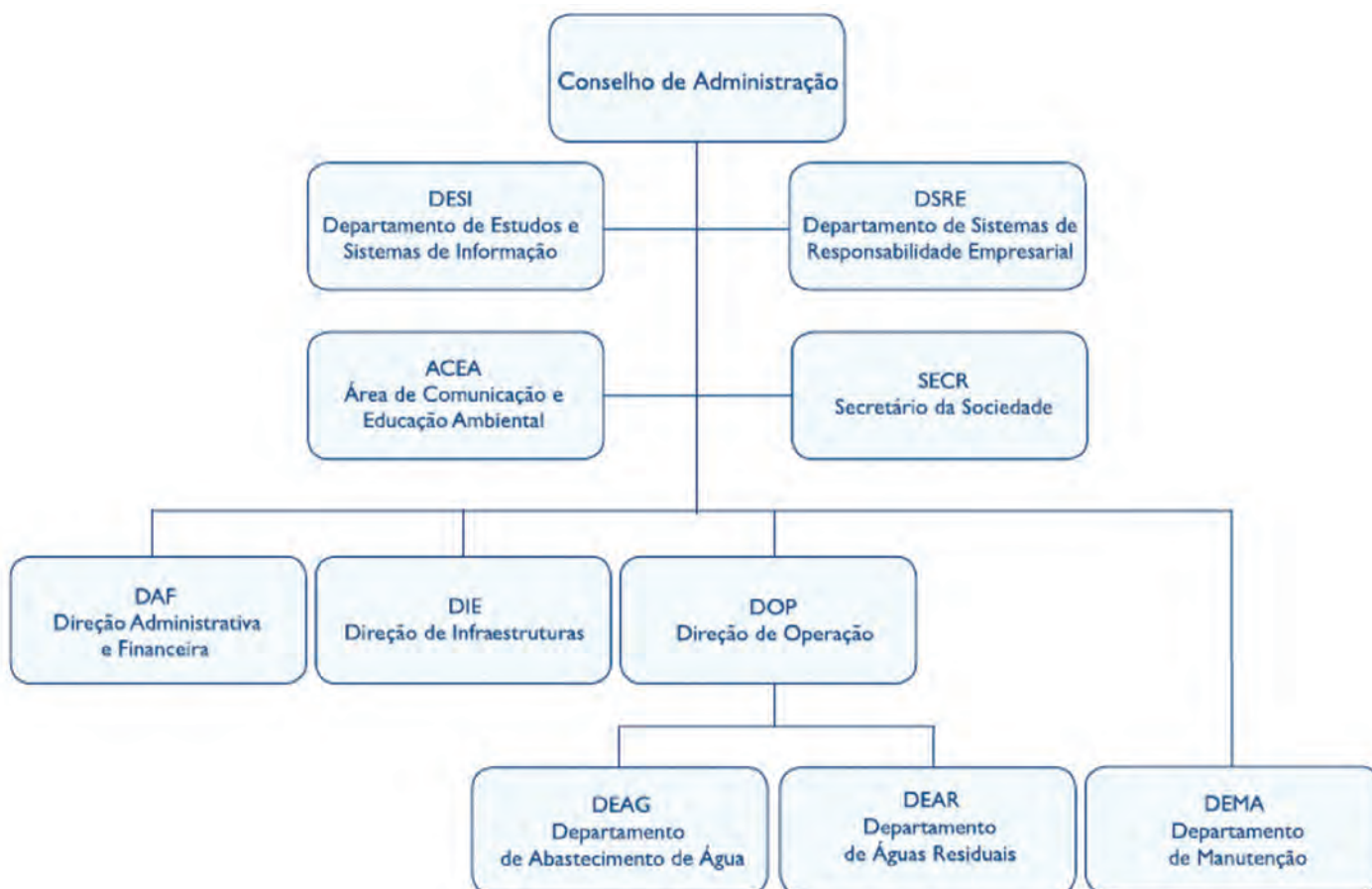
O reporte de todas as Áreas, Departamentos e Direções é feito ao administrador executivo, com base nas atribuições de cada Serviço, aprovadas pelo Conselho de Administração.

Para cada função existente na empresa está feita a determinação clara dos objetivos, supervisão e “rede operacional” de relações internas e externas, bem como a definição das respetivas áreas de responsabilidade.

O Conselho de Administração, para além da delegação geral da gestão corrente no administrador executivo, procedeu também a algumas delegações pontuais associadas à natureza de algumas funções.

Organograma

Para o exercício da sua atividade, a Águas do Oeste dispõe de um conjunto estruturado de órgãos e serviços de apoio à gestão e de suporte à atividade da Empresa, cujo organograma funcional se resume no seguinte:



Departamento de Estudos e Sistemas de Informação (DESI)

Atribuições

- Promover e realizar estudos adequados ao desenvolvimento da Empresa e à plena utilização das potencialidades da sua atividade, bem como estudos adequados à prossecução dos requisitos de funcionamento da Empresa;
- Assegurar o acompanhamento no plano técnico do EVEF da Empresa e dos estudos e análises necessários para a sua aplicação e evolução;
- Coordenar as atividades necessárias para candidatar a Empresa aos vários programas de financiamento, em parceria com os restantes Serviços da Empresa, e proceder à coordenação da realização das candidaturas aprovadas;
- Estruturar as respostas de natureza técnica relativas à atividade global da Empresa que não decorram de atribuições específicas de outros Serviços;
- Proceder à preparação e resposta de elementos técnicos de suporte à articulação de financiamentos junto do BEI;
- Articular com os Municípios da área de atividade da Empresa as questões relativas ao relacionamento entre os sistemas da Empresa e os sistemas municipais, em especial no que respeita ao redimensionamento das necessidades dos Municípios emergentes de licenciamentos urbanísticos e ao tratamento das consultas recebidas para o efeito;

- Assegurar a gestão global dos sistemas informáticos da Empresa e proceder à sua coordenação e compatibilização;
- Gerir e atualizar os equipamentos informáticos e o sistema de informação geográfica da Empresa;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Departamento de Sistemas de Responsabilidade Empresarial (DSRE)

Atribuições

- Apoiar o CA na definição, acompanhamento e revisão dos objetivos estratégicos da Empresa;
- Assegurar o acompanhamento do processo de certificação da Empresa e a gestão e manutenção do Sistema Integrado da Qualidade e Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho (SIQAS) prestando todo o apoio às restantes unidades orgânicas;
- Definir e assegurar a implementação de normas e procedimentos de qualidade na Empresa;
- Colaborar com outras unidades orgânicas na formação dos Recursos Humanos relativamente às normas e procedimentos do Sistema de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho (SIQAS);
- Criar condições para a certificação da Empresa em matéria de segurança, assumindo as colaborações adequadas para a sustentação prévia dessas condições e tutelando o respetivo desenvolvimento;
- Assegurar a preparação do PCQA, a realização atempada do seu reporte para a Entidade Reguladora, as demais entidades envolvidas nos termos da lei e os Clientes da Empresa, bem como do suporte dos resultados do PCQA e dos seus eventuais incumprimentos;
- Garantir o tratamento e reporte dos Indicadores de Desempenho à Entidade Reguladora e dos Indicadores de Sustentabilidade à Águas de Portugal, S.A., em colaboração com os serviços;
- Garantir a coordenação dos projetos de Investigação e Desenvolvimento da Empresa, em articulação com os diferentes serviços;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Área de Comunicação e Educação Ambiental (ACEA)

Atribuições

- Assegurar as publicações e outros meios adequados à comunicação institucional da Empresa;
- Planear e propor ações de comunicação em concertação com a Comunicação e Imagem do Grupo, de forma a assegurar uma boa imagem institucional da Águas do Oeste e uma perceção correta da sua atividade;
- Gerir as atividades e momentos de comunicação, de forma a cumprir os objetivos propostos;
- Coordenar os instrumentos de comunicação periódica com os Clientes da Empresa e organizar os níveis de avaliação do grau de sua satisfação;
- Preparar, propor e assegurar a realização de ações de educação ambiental relacionados com a atividade da Empresa e dirigidos à população em geral ou, em particular, ao universo escolar;
- Colaborar no desenvolvimento e garantir a implementação na Águas do Oeste do plano de contingência do Grupo, em articulação com a *holding* visando antecipar situações de crise e contribuir para a solução dos problemas detetados, de forma a manter a boa imagem institucional da Empresa e do Grupo;

- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Secretário da Sociedade

Atribuições

- Autenticar os Despachos e decisões do Conselho de Administração;
- Assegurar a divulgação interna dos normativos relevantes para a Empresa;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Direção Administrativa e Financeira (DAF)

Atribuições

- Assegurar o acompanhamento, no plano económico-financeiro, do EVEF da Empresa e dos estudos e análises necessários para as suas aplicação e evolução;
- Assegurar a elaboração do orçamento da Empresa, propor a sua aprovação e acompanhar a sua execução, com elaboração dos necessários relatórios, de forma a identificar e analisar desvios e contribuir para as decisões de gestão e o cumprimento dos objetivos;
- Controlar a preparação e disponibilização atempada de informação de gestão sobre a Empresa e o seu reporte atempado para os Acionistas e diversas Entidades externas;
- Assegurar a realização das operações e procedimentos relativos à contabilidade, garantindo a correta aplicação dos princípios contabilísticos e o cumprimento das correspondentes normas legais;
- Assegurar a gestão da tesouraria, gerindo linhas de crédito e aplicações financeiras;
- Garantir a correta aplicação e a atualização das tarifas para o fornecimento de água e recolha/transporte de efluentes, no âmbito dos contratos de concessão;
- Colaborar com a Administração e os outros Serviços na contratação e gestão dos Recursos Humanos da Empresa;
- Assegurar a gestão administrativa da Empresa, nas suas diversas vertentes, designadamente, instalações, frota automóvel e seguros;
- Assegurar a faturação a Clientes e acompanhamento da dívida de clientes;
- Assegurar o cumprimento das obrigações fiscais da Empresa;
- Controlar a despesa e instruções de pedidos de pagamento ao Fundo de Coesão;
- Garantir a implementação e atualização do cadastro de infraestruturas e equipamentos;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Sistema de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Direção de Infraestruturas (DIE)

Atribuições

- Colaborar na elaboração e propor o Plano dos Investimentos, de forma a responder às necessidades de criação/otimização das infraestruturas do Sistema e garantir o cumprimento dos objetivos definidos pela Administração;

- Assegurar a realização de todos os investimentos da Empresa, com exceção dos que não alterem significativamente a configuração pré-existente das infraestruturas e não estejam organizados em empreitadas gerais específicas para o efeito;
- Assegurar o acompanhamento da execução de projetos para as obras a realizar pela Empresa;
- Proceder às diligências adequadas para obtenção de licenciamentos necessários para a realização dos investimentos;
- Assegurar a gestão das obras de construção executadas por empreiteiros, em termos de prazos, custos e qualidade, garantindo o cumprimento dos objetivos e assegurar a realização das inspeções/vistorias para o efeito das receções provisórias;
- Assegurar o reporte, atempado, de dados estatísticos e de gestão relativos à atividade da Direção, visando aferir o desempenho das atividades e avaliar os resultados alcançados e suportar a tomada de decisão;
- Assegurar progressivamente a implementação de um sistema de gestão de ativos, com a colaboração dos restantes Serviços;
- Proceder à avaliação funcional das infraestruturas da Empresa e apresentar propostas para melhorar as suas eficácia e eficiência, garantindo a implementação da codificação de localização funcional de todas as infraestruturas, bem como as suas etiquetagem e valoração;
- Assegurar a realização de processos de expropriação e constituição de servidões de prédios necessários para a concretização dos objetivos da Empresa e proceder às diligências necessárias para a sua aquisição ou oneração, bem como ao correspondente registo predial;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, nomeadamente na execução dos investimentos, e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Direção de Operação (DOP)

Atribuições

Coordenar e dirigir a atividade do DEAG e do DEAR;

Prosseguir as atribuições do DEAG e do DEAR;

Assegurar a articulação com os sistemas municipais relativa a todas as questões operacionais da Empresa, incluindo o reporte de todas as situações inerentes ao funcionamento dos sistemas da Empresa, com exceção das que se referem à preparação e aprovação do PCQA;

Coordenar a gestão de laboratório internos e/ou externos no que se refere à realização das análises necessárias ao cumprimento dos Planos de Monitorização Operacional necessários ao acompanhamento da qualidade da água fornecida;

Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Departamento de Abastecimento de Água (DEAG)

Atribuições

- Assegurar a operação dos sistemas de abastecimento de água, em função da procura existente e dos parâmetros de qualidade exigidos, visando a rentabilidade da Empresa e a prestação do melhor serviço à população;
- Identificar e propor projetos/ obras de beneficiação e, ou ampliação das infraestruturas do sistema de abastecimento visando melhorar a sua capacidade e eficiência e assegurar a consecução dos objetivos de médio/ longo prazo da Empresa;
- Assegurar a vigilância e monitorização das infraestruturas do sistema de abastecimento e o reporte regulado das ocorrências ao Departamento de Manutenção;
- Assegurar o cumprimento de ações de manutenção preventiva especificamente atribuídas ao DEAG, em estreita articulação com o DEMA;

- Assegurar o reporte, atempado, de dados estatísticos e de gestão relativos à atividade do Departamento, visando aferir o desempenho das atividades e avaliar os resultados alcançados e suportar a tomada de decisão;
- Assegurar uma boa articulação e cooperação entre o sistema de abastecimento de água da Águas do Oeste e os sistemas que lhe estão associados;
- Garantir a verificação e registo dos consumos, nos pontos de entrega, e o seu reporte à DAF para faturação;
- Colaborar com o DSRE na preparação do PCQA;
- Identificar novas soluções a nível tecnológico e do processo, analisar a sua aplicabilidade, de forma contribuir para a melhoria da eficiência, diminuindo custos e promovendo a qualidade do serviço;
- Assegurar a gestão corrente das instalações da empresa exclusivamente afetas a abastecimento de água;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Departamento de Águas Residuais (DEAR)

Atribuições

- Assegurar a recolha, transporte e tratamento e rejeição de águas residuais a cargo da Empresa;
- Colaborar na erradicação de descargas poluentes nos meios recetores, em cooperação com entidades externas;
- Identificar e propor projetos/obras de beneficiação e, ou ampliação das infraestruturas do sistema de saneamento de forma a garantir a sua funcionalidade e o cumprimento dos objetivos de médio/longo prazo da Empresa;
- Assegurar a vigilância e monitorização das infraestruturas do sistema de saneamento e o reporte regulado das ocorrências ao Departamento de Manutenção;
- Assegurar o cumprimento de ações de manutenção preventiva especificamente atribuídas ao DEAR, em estreita articulação com o DEMA;
- Assegurar o reporte, atempado, de dados estatísticos e de gestão relativos à atividade do Departamento, visando aferir o desempenho das atividades e avaliar os resultados alcançados e suportar a tomada de decisão;
- Assegurar uma boa articulação e cooperação entre o sistema de águas residuais da Águas do Oeste e os sistemas que lhe estão associados;
- Garantir a verificação e o registo dos caudais nos pontos de recolha e o seu reporte à DAF para faturação;
- Garantir o controlo analítico do processo e da monitorização da qualidade das águas residuais afluentes, dos efluentes tratados e meios recetores, visando a sua melhoria contínua e o cumprimento da legislação em vigor;
- Garantir a remoção dos resíduos e subprodutos provenientes do funcionamento do sistema e assegurar o seu encaminhamento para destino final;
- Identificar novas soluções a nível tecnológico e do processo, analisar a sua aplicabilidade de forma a otimizar o processo, diminuir custos e promover a qualidade do serviço;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS;
- Assegurar a gestão corrente das instalações da empresa exclusivamente afetas a tratamento de águas residuais (água, luz).

Departamento de Manutenção (DEMA)

Atribuições

- Assegurar o planeamento, orçamentação e execução da manutenção dos equipamentos e infraestruturas da Empresa, de forma a garantir a funcionalidade e a fiabilidade do sistema da Empresa e o cumprimento dos objetivos, incluindo os correspondentes investimentos que não alterem significativamente a configuração pré-existente das infraestruturas e não estejam organizados em empreitadas gerais específicas para o efeito;
- Assegurar a realização atempada de ações de manutenção preventiva, corretiva e condicionada de equipamentos e as limpeza e desobstrução de infraestruturas, de forma a garantir a otimização da sua exploração e a melhor relação entre custos e benefícios;
- Colaborar com a DIE na preparação de projetos tendo em vista a otimização das condições de manutenção, na perspetiva da eficiência associada à implantação progressiva da gestão de ativos;
- Assegurar a monitorização dos consumos energéticos e propor medidas visando a sua racionalização e redução de custo;
- Garantir a gestão eficaz dos materiais e peças sobressalentes e sua correta armazenagem;
- Colaborar na receção de novos equipamentos e instalações;
- Gerir o sistema de telegestão da Empresa, em articulação com as funções de coordenação global do DESI, e proceder à implementação dos novos subsistemas;
- Preparar e assegurar o cumprimento do plano de calibração de dispositivos de monitorização e medição, bem como a sua manutenção;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Relações com Stakeholders

É a seguinte a estrutura acionista da empresa (participação do capital em euros):

Entidade	Valor total do Capital
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	15.300.000
Comunidade Intermunicipal do Oeste	5.000
Município de Alcobaça	1.540.190
Município de Alenquer	1.702.670
Município de Arruda dos Vinhos	439.665
Município de Azambuja	1.784.885
Município do Bombarral	462.200
Município do Cadaval	465.230
Município da Caldas da Rainha	1.051.340
Município da Lourinhã	1.206.915
Município da Nazaré	468.505
Município de Óbidos	501.430
Município de Peniche	660.685
Município de Rio Maior	789.820
Município de Sobral de Monte Agraço	324.910
Município de Torres Vedras	3.296.555
Total	30.000.000

A Águas do Oeste cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*, nomeadamente, Concedente, Entidade Reguladora, Acionistas, parceiros, utilizadores e instituições financeiras.

A Águas do Oeste tem procedido ao cumprimento das suas obrigações de reporte e tem solicitado as autorizações e aprovações necessárias previstas no seu Contrato de Concessão, quer em relação ao Concedente, quer em relação à ERSAR, tendo recebido uma profícua colaboração.

Os Acionistas têm procedido a um cuidado acompanhamento da gestão da empresa, tendo as relações de reporte assentado na própria relação dos administradores com os seus Acionistas e, no que respeita à AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., também no apoio em dossiês mais complexos e no acompanhamento técnico e de reporte com base em vários instrumentos específicos.

A colaboração dos Municípios Acionistas permitiu também, como já foi referido, dar passos essenciais em algumas questões institucionais de relacionamento, que não foram possíveis resolver em anos anteriores.

A Águas do Oeste tem conseguido manter um ambiente de trabalho muito positivo, apesar do enorme esforço que tem sido pedido a todos os serviços.

É da mais elementar justiça reconhecer o desempenho dos colaboradores da Empresa, que têm sabido dar o melhor de si para o exigente desempenho e esforço a que a atual situação da empresa obriga.

A complexidade própria da fase de desenvolvimento em que a Águas do Oeste se encontra, com permanentes desafios, novos e maiores, precisa desta colaboração empenhada, que tem recebido.

A Águas do Oeste tem um número limitado de clientes, como decorre da própria natureza da empresa, com uma complexidade resultante da multiplicidade de planos em que se desenvolve o relacionamento municípios/ Empresa: acionistas, clientes, autarquias em cujo território se efetua o investimento, cedentes de infraestruturas para exploração pela Águas do Oeste.

Apesar dessa complexidade e da especial dificuldade de algumas dessas vertentes, tem sido possível manter um clima de franca colaboração e análise conjunta de todos os dossiês.

No que respeita aos prestadores de serviços à Águas do Oeste, a pendência de diversas empreitadas, correspondentes fiscalizações, acompanhamento de projetos e, por outro lado, a prestação de todos os serviços inerentes às múltiplas infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento em exploração, são também qualitativa e quantitativamente complexas.

Apesar disso e de um nível de exigência que se tem mantido elevado, não tem havido situações de rotura no relacionamento.

A Águas do Oeste consciente da importância do diálogo com as partes interessadas, tem estruturado ao longo da sua atividade vários processos na área da comunicação, para além dos já previstos na legislação, com o objetivo de estabelecer uma relação de transparência e confiança com o universo de *stakeholders*, nomeadamente, acionistas, clientes, colaboradores, comunidade, Concedente (Estado Português), empresas do grupo Águas de Portugal, entidades reguladoras e fiscalizadoras, financiadores e fornecedores.

Não obstante, a Águas do Oeste cumprir todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*, é seu objetivo criar com eles um nível de envolvimento que se torne num pilar fundamental da sua atividade, valorizando a partilha de informação e indo ao encontro das expectativas, dos mesmos. Por essa razão a comunicação com os Clientes tem nos últimos anos sido encarada na Águas do Oeste como um fator decisivo, quer ao nível da gestão do sistema integrado, quer ao nível da promoção de um clima de transparência e confiança com os municípios servidos. Para tal, a Águas do Oeste avalia anualmente, através de um questionário de satisfação ou de reuniões presenciais, a satisfação dos seus clientes no que se refere ao serviço prestado, para além do acompanhamento contínuo em reuniões periódicas com os diversos serviços da empresa e do acompanhamento e resposta às reclamações e pedidos de informação provenientes dos seus clientes, sempre com o fim de identificar eventuais ações corretivas e preventivas. Também a disponibilização de informação diversa na área reservada a clientes, disponível no site da empresa, facilita o processo de comunicação entre as partes, antecipando e correspondendo às necessidades e expectativas, com vista à melhoria do serviço prestado junto dos seus clientes e, indiretamente, do consumidor final. Tudo isto com o objetivo de uma melhoria dos processos de comunicação existentes, no sentido de uma, cada vez maior e melhor, integração dos seus *stakeholders* com a atividade da Águas do Oeste.

5. Remunerações e Outros Encargos

Nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 17º dos Estatutos da Águas do Oeste, é à Assembleia-Geral que compete, especialmente, deliberar sobre as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, podendo, para o efeito, designar uma Comissão de Vencimentos.

Na Assembleia-Geral de 17 de março de 2010 foram eleitos os atuais Órgãos Sociais.

A fixação da remuneração dos Órgãos Sociais é a decorrente da deliberação da Comissão de Vencimentos de 7 de setembro de 2010.

Com efeitos a 1 de abril de 2012, as remunerações dos gestores foram fixadas nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro e do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, sem prejuízo de alterações e ajustamentos que venham a ser deliberadas pelos acionistas ou Comissão de Vencimentos, no âmbito das suas competências e no estrito cumprimento da legislação em vigor.

Os montantes totais de remunerações em 2012 auferidos pelos membros dos órgãos sociais foram os seguintes:

5.1 Mesa da Assembleia-Geral

Unidade: euros

2012			
Mesa da Assembleia-Geral Mandato I	Presidente	Vice-Presidente (I)	Secretário (I)
Remuneração anual fixa		415,00	276,50
Redução remuneratória*			
Remuneração anual efetiva		1.659,70	552,50

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

(I) A remuneração definida para o cargo, acrescida dos encargos sociais, é faturada diretamente pelo acionista à empresa

No ano de 2012, foram faturados remunerações referentes a Assembleia-Gerais de anos anteriores.

5.2 Conselho de Administração

Unidade: euros

	Presidente Executivo (I)	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo (I)	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo
Mandato	I	I	I	I	I
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	NA	NA	NA
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	16.724,35	60.535,50	5.574,60		
OPRLO	NA	Não	NA	NA	NA
Entidade de Origem (identificar)					
Entidade pagadora (Origem/Destino)					
1.1. Remuneração Anual	21.992,80	57.726,43	6.520,00		
1.2. Despesas de Representação (Anual)		23.971,42			
1.3. Senha de Presença (Valor Anual)					
1.4. Redução decorrente da Lei 12-A/2010	978,03	3.540,09	326,00		
1.5. Redução decorrente da Lei 64-B/2011	1.858,26	6.726,17	619,40		
1.6. Suspensão do Programa dos Subsídios de Férias e Natal	2.432,16	10.896,10	0,00		
1.7. Redução de Anos Anteriores					
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	16.724,35	60.535,50	5.574,60		
2. Remuneração Variável					
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)					
4. Outras (identificar)					
Subsídio de Deslocação					
Subsídio de Refeição		1.205,08			
Encargos com Benefícios Fiscais					
Regime de Proteção Social ADSE / Seg. Social / Outros		8.916,49			
Seguros de Saúde					
Seguros de Vida					
Seguro de Acidentes Pessoais					
Outros (indicar)					
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Sim	Não	Sim	Não	Não
Entidade (Identificar)	AdP				
Remuneração Anual					

(*) diferencial entre (1) e (2) relativo a deslocações profissionais

(1) A remuneração definida para o cargo, acrescida dos encargos sociais, é faturada diretamente pelo acionista à empresa

Unidade: euros

Parque Automóvel	Presidente Executivo (I)	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo (I)	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo
Mandato		I			
Modalidade de utilização		AOV			
Valor de referência da viatura nova		39.470			
Ano início		2.007			
Ano termo		2.013			
N.º prestações (se aplicável)		62			
Valor residual		-			
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço		7.005			
Combustível gasto com a viatura (*)		6.110			
Plafond anual Combustível atribuído		4.656			
Outros (Portagens / Reparações / Seguros)		1.234			
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)		Sim			

(*) O valor do *plafond* foi ultrapassado por despesas profissionais

Unidade: euros

Outras regalias e compensações	Presidente Executivo (I)	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo (I)	Vogal Não Executivo	Vogal Não Executivo
Mandato		I			
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis		80			
Gastos anuais com comunicações móveis(*)		658			
Outras (indicar)		331			
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)		Sim			

(*) decorrente da Lei 55-A/2010 ou da Lei 64-B/2011, conforme aplicável

5.3 Órgão de Fiscalização

Unidade: euros

Fiscal Único	2011	2012
Remuneração anual auferida	12.000,00	10.200,00
Redução remuneratória*		
Remuneração anual efetiva	12.000,00	10.200,00

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

6. Análise de Sustentabilidade

Falar de sustentabilidade é falar, sobretudo, da preocupação diária da Águas do Oeste: fornecer água potável a toda a população do Oeste e tratar a água residual antes de a devolver ao mar e aos rios. Sustentabilidade é, na prática, o *core-business* da empresa, uma tarefa diária, desempenhada em cada segundo que passa, de dia e de noite, nos 365 dias do ano.

A atividade da Águas do Oeste está alicerçada num compromisso muito sério com a comunidade, com o ambiente, com os acionistas e com os próprios colaboradores.

Numa conexão muito sólida com outras empresas do grupo AdP e com as entidades gestoras dos sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais que operam “em baixa”, a atuação da Águas do Oeste mantém como principais vetores de cariz sustentável, o respeito pela informação das partes interessadas, a monitorização ambiental da sua atividade e a gestão eficaz dos recursos que utiliza.

A adoção desta postura levou à definição de políticas, estratégias e objetivos que consagram uma prática de gestão que tem em conta, simultaneamente, três vertentes: a recuperação dos capitais investidos (sustentabilidade económica), o respeito e a valorização dos recursos naturais (sustentabilidade ambiental), a proteção da saúde da comunidade e a valorização dos seus colaboradores (sustentabilidade social).

A recuperação dos capitais investidos como condição indispensável para a sustentabilidade de uma empresa e como forma de criação de riqueza.

A valorização dos recursos naturais porque a Águas do Oeste procura implementar, sempre que possível, práticas de gestão que assegurem a correta utilização dos recursos naturais, a melhoria contínua do desempenho ambiental das suas atividades, produtos e serviços e a prevenção da poluição.

A proteção da saúde da comunidade e a valorização dos seus colaboradores, por duas razões. A primeira, porque, concretizando profissionalmente o trabalho da empresa, é garantida, em qualquer momento, a devida disponibilidade de água na torneira dos municípios e as necessárias condições sanitárias na região, com o inquestionável benefício associado à inexistência de doenças veiculadas, direta ou indiretamente, pela água. A segunda, porque todas as tarefas desenvolvidas assentam num árduo e ininterrupto trabalho, assegurado pelos colaboradores da empresa num sentido de responsabilidade muito vincado com iniciativa e pró-atividade. Valores que fazem a diferença e que permitem executar um serviço cada vez melhor e mais eficiente.

A focalização em todas as sinergias (económicas, ambientais e sociais) e o assumir que operar em regime de monopólio apenas significa ter que ser uma parte ainda mais responsável, é a base da inspiração e o que conduz a Águas do Oeste.

Apesar de não ter sido possível, devido aos constrangimentos provocados pela falta de recursos humanos e financeiros, avançar com o processo de certificação, por entidade externa, no referencial normativo referente à responsabilidade social, no decorrer de 2012 a Águas do Oeste manteve os objetivos estruturantes em matéria de sustentabilidade ambiental, económica e social, no sentido de criar mais-valias para a comunidade, acionistas e para os próprios colaboradores.

Integrado num projeto de Educação Ambiental, com vista ao cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA), no último trimestre de 2012 foram instalados, no Centro Operacional da Charneca, redutores de caudal em todos os dispositivos de água existentes no edifício, com vista à diminuição dos consumos de água nessas instalações. Pretende-se no futuro alargar este procedimento a outras instalações da empresa.

Apesar de nos últimos dois anos se ter verificado uma diminuição significativa dos custos associados às atividades de educação e sensibilização ambiental, a Águas do Oeste deu continuidade a diversos projetos que tem desenvolvido nos últimos anos, considerando-os como um dos vetores fundamentais para a adequada gestão do ciclo urbano da água, contribuindo desse modo para o desenvolvimento

sustentável da região onde se insere. Um projeto estruturado, implementado desde 2003, que envolveu até ao momento largas dezenas de milhares de crianças e jovens da região, para além da população em geral.

Das ações desenvolvidas neste âmbito, destacam-se as visitas de estudo e técnicas e os dias abertos realizados às infraestruturas da Águas do Oeste, onde é destacada a importância do tratamento das águas residuais e o seu contributo na preservação dos rios e ribeiras da região, para além de outras ações de sensibilização realizadas, algumas em parceria com os municípios, sempre com o objetivo de apelar à preservação e à utilização racional do recurso água, enquanto bem cada vez mais escasso e essencial à vida, independentemente dos públicos-alvo a que se destinam.

Também ao nível da política ambiental e social da empresa, destaca-se o envolvimento que esta tem com o Projeto Rios, projeto nacional coordenado pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), enquanto responsável que é pela sua implementação na área geográfica onde a AdO se insere, acompanhando não só as diversas equipas no terreno, como promovendo encontros com vista à participação pública e à sensibilização da população para a necessidade de preservação dos recursos hídricos.

Desde 2009 que a Águas do Oeste integra as iniciativas de solidariedade social do grupo AdP, através da doação de 50 cêntimos por cada postal eletrónico de Natal enviado. Nos últimos anos o apoio foi para um projeto integrado com vista à participação da Seleção Portuguesa de Natação Adaptada nos Jogos Paralímpicos de 2012, em Londres, que contou com uma forte adesão por parte dos colaboradores do grupo AdP- em cinco anos, foram enviados 112 mil cartões de Natal eletrónicos, representando uma poupança de aproximadamente 56 kg de papel (postais e envelopes) e de 112 mil selos, bem como importantes poupanças de recursos associados ao transporte para os destinatários e respetivas emissões de CO₂. A Águas do Oeste foi uma das participadas que contribuiu para o sucesso deste projeto, não só no âmbito da política de utilização racional de recursos, bem como de responsabilidade social, considerando que o apoio a estes projetos reverte para instituições sociais. Em 2012 o apoio para instituições que no terreno, de norte a sul do País, ajudam aqueles que passam por momentos particularmente difíceis, nomeadamente:

- a ACREDITAR, na área do apoio a crianças com cancro e seus familiares;
- as Aldeias de Crianças SOS, na área do apoio a crianças em situação de risco;
- a Associação Novos Rostos... Novos Desafios, na área de apoio à redução de riscos e no combate à pobreza.

Também pela primeira vez o projeto prevê ainda que, como parte da estratégia de responsabilidade social interna do grupo AdP, parte da verba angariada com o envio dos cartões de Natal seja direcionada para a atribuição de bolsas de estudo para o ensino superior aos filhos dos colaboradores do grupo Águas de Portugal que evidenciem dificuldades financeiras e que tenham tido um aproveitamento escolar excelente.

A atividade da Águas do Oeste tem sido, ao longo de mais de uma década, reconhecida por entidades externas, nomeadamente, através da atribuição de prémios e na obtenção da certificação em qualidade do serviço e ambiental e, mais recentemente, alargando-a à segurança e saúde dos seus trabalhadores. Também o seu desempenho é anualmente reconhecido, quer a nível distrital, considerando que anualmente a Águas do Oeste integra a lista das 250 Maiores Empresas do Distrito de Leiria, do Diário e do Jornal de Leiria, tendo em 2012 ficado posicionada no 30º lugar do *ranking* (publicações editadas pelo Jornal e Diário de Leiria), quer a nível nacional, uma vez que a empresa integra também as 1.000 Maiores Empresas, (publicação editada pelo Diário Económico), onde estão incluídas mais quatro empresas do grupo AdP.

7. Gestão do Capital Humano

(nº colaboradores)

Evolução dos Recursos Humanos (nº de trabalhadores em 31 de dezembro)

Ano	2010	2011	2012
Total	130	132	130

(nº colaboradores)

Decomposição dos Recursos Humanos (nº de trabalhadores em 31 de dezembro)

Serviços	2010	2011	2012
Secretariado dos Órgãos Sociais	1	1	1
Departamento de Estudos e Sistemas de Informação (DESI)	3	3	2
Empresarial (DSRE)	4	4	3
Área de Comunicação e Educação Ambiental (ACEA)	2	2	1
Direção Administrativa e Financeiras (DAF)	10	10	11
Direção de Infraestruturas (DIE)	6	6	6
Direção Operacional (DOP)	2	9	9
Departamento de Abastecimento de Água (DEAG)	29	25	23
Departamento de Águas Residuais (DEAR)	63	62	63
Departamento de Manutenção (DEMA)	10	10	11
Total	130	132	130

(anos)

Estrutura Etária - Anos

<19	0
>19<25	3
>26<35	60
>36<45	41
>46<55	20
>56<65	6
>65	0
Média Idades	38 Anos e 1 Mês

(anos)

Níveis Antiguidade - Anos

>0<1	4
>1<2	8
>3<5	41
>6<10	69
>11<15	8
>16	0
Antiguidade Média	6 Anos e 8 Meses

(nº colaboradores)

Vínculo Laboral

Sem Termo	119
Termo Certo	9
Termo Incerto	1
Outro	1

(nº colaboradores)

Habilitações Literárias

Ensino Básico	51
Ensino Escundário	39
Ensino Superior	40

(nº colaboradores)

Sexo

Feminino	35
Masculino	95

(nº horas)

Absentismo

Assistência Familiar	2524
Doença	3.620
Consulta Médica	221
Licença de Casamento	336
Licença Parental	3.944
Acidentes de Trabalho	410
Outras ausências	913

(nº. horas e nº. colaboradores)

Formação

Total de horas de formação	5.100
Nº de colaboradores envolvidos	131

(euros)

Evolução da massa salarial

Ano	2010	2011	2012
Total	3.162.754	2.936.981	2.694.591

(euros)

Decomposição da massa salarial (euros)

Serviços	2010	2011	2012
Secretariado dos Órgãos Sociais	26.225,30	28.314,25	26.851,48
Departamento de Estudos e Sistemas de Informação Empresarial (DSRE)	129.399,33	114.219,80	95.947,60
Departamento de Sistemas de Responsabilidade Empresarial (DSRE)	184.743,41	156.499,42	117.813,99
Área de Comunicação e Educação Ambiental (ACEA)	66.601,80	50.166,56	46.292,90
Direção Administrativa e Financeira (DAF)	323.887,70	329.449,83	321.341,38
Direção de Infraestruturas (DIE)	258.131,14	197.817,50	184.104,86
Direção Operacional (DOP)		112.196,01	170.086,98
Departamento de Abastecimento de Água (DEAG)	628.482,41	525.998,45	501.909,17
Departamento de Águas Residuais (DEAR)	1.250.338,05	1.145.663,91	980.193,32
Departamento de Manutenção (DEMA)	294.944,68	276.654,92	250.049,67
Total	3.162.753,82	2.936.980,65	2.694.591,35

A empresa não aumentou os seus efetivos, seguindo as determinações de redução de custos entretanto estabelecidas. Tendo em consideração o aumento, com algum significado, da atividade da empresa no abastecimento de água e, particularmente, no saneamento de águas residuais, e o trabalho desenvolvido na área da Segurança, esta situação obrigou a um esforço significativo dos trabalhadores e da empresa para o cumprimento das suas atribuições.

Em 31 de dezembro de 2012, o quadro de pessoal contava com 130 colaboradores, incluindo cinco que se encontram com suspensão do contrato de trabalho (três com licença parental e dois com licença sem vencimento).

Formação

Apesar das atuais restrições financeiras, a Águas do Oeste continuou a dar uma especial atenção aos programas de formação interna e externa, tendo em vista fomentar a articulação das necessidades empresariais com a evolução socioprofissional dos trabalhadores.

O Plano de Formação para 2012 contribuiu para um enquadramento da formação, que se materializou em cursos de formação, conferências, jornadas, seminários e horas de trabalhador-estudante, representando um total acumulado de 5.100 horas de formação, abrangendo a totalidade dos colaboradores da Águas do Oeste e correspondendo a uma média/ hora por colaborador de 38,93 horas de formação.

A AdO continuou com a estratégia de utilizar as competências dos recursos humanos da empresa para algumas das ações de formação. A formação interna representou os restantes 16%, (803 horas) e foi composta por ações de sensibilização aos colaboradores e ações no âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde.

De realçar que, no intuito de reduzir o tempo e o custo de deslocações dos colaboradores para fora da área concessão, a formação intraempresa (formação externa efetuada nas instalações da AdO) representou 41% (2.088 horas) do total das ações realizadas.

A formação interempresas (formação externa efetuada nas instalações da empresa formadora) representou 43% (2.209 horas) da formação realizada.

A empresa continua a investir na melhoria dos níveis de escolaridade dos seus colaboradores, tendo sido atribuído o estatuto de trabalhador-estudante a quatro colaboradores.

8. Investigação & Desenvolvimento e Inovação

No atual contexto de restrições que afetaram a empresa, não foi possível desenvolver qualquer projeto estruturado nesta matéria.

Alguns trabalhos desenvolvidos por algumas áreas da empresa, designadamente ao nível da energia, têm associado alguma componente de investigação e de inovação, podendo vir a resultar em projetos, mais estruturados, de investigação e desenvolvimento.

9. Ética e Prevenção da Corrupção

O grupo AdP acredita que a concretização dos seus interesses de longo prazo no desempenho da missão que lhe foi cometida pelo Estado Português está necessariamente alicerçada no estrito cumprimento dos mais elevados padrões de conduta ética.

O Código de Conduta e Ética do grupo AdP vem expressar o compromisso do Grupo com todos aqueles que se relacionam com as empresas do Grupo nas suas atividades comerciais, institucionais e sociais, e que têm, por isso, interesse legítimo na transparência, no diálogo e na atitude ética das empresas do grupo AdP e dos seus colaboradores.

Mas mais do que um compromisso, este Código de Conduta e Ética reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de um grupo empresarial que assume como princípios estruturantes da sua ação o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a responsabilidade da defesa e proteção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável.

O Código de Conduta e Ética do grupo AdP foi adotado e é aplicável à Águas do Oeste, enquanto empresa do grupo Águas de Portugal, podendo ser consultado nos sítios institucionais da Águas de Portugal e da Águas do Oeste.

Valores Éticos da Águas do Oeste e Princípios de Atuação

A Águas do Oeste tem como Valores Centrais:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

E rege-se pelos seguintes Princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável

10. Controlo de Risco

A Águas do Oeste, S.A. e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

Em 2012 foi dada continuidade ao projeto de gestão do risco empresarial, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do processo de gestão do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), a qual apresentamos em baixo:

Classes	Governança	Estratégia & Planeamento	Operacional/ Infraestrutura	Conformidade	Reporte
Categorias	Governança Corporativa	Responsabilidade Social e Sustentabilidade	Ativos	Conformidade	Reporte
	Ética	Fatores Externos	Gestão Financeira		
		Estratégia	Recursos Humanos		
		Planeamento	Tecnologias de Informação		
			Legal		
			Desenvolvimento de Produtos e Serviços		
			Marketing, Vendas e Comunicação		
			Supply Chain		

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído por cada empresa para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável.

Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, pelo que quando se avalia o impacto estão a ser consideradas para cada risco diversas dimensões, nomeadamente:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do grupo AdP a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Considerando que reporta diretamente ao conselho de administração da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. é reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas do Oeste, S.A., sendo periodicamente apreciados pelo acionista maioritário (AdP SGPS, S.A.). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela Águas do Oeste, S.A. e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Os principais riscos a que a empresa se encontra exposta são os seguintes:

- Sustentabilidade financeira;
- Cobranças;
- Envolvente política, económica e financeira
- Alterações de legislação, regulamentação e regulação;
- Relacionamento com os municípios; e
- Crédito e financiamento.

O conselho de administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

II. Prevenção de Conflito de Interesses

Os membros do Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. cumprem com as seguintes obrigações:

- (i) Entrega, junto da Inspeção-Geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente na empresa, bem como cargos, funções e atividades profissionais que exerçam (artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (ii) Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, Decreto - Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de março e ainda Lei 28/82 de 15 de novembro);
- (iii) Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (iv) Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (v) Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

12. Divulgação de Informação

A Águas do Oeste cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com os seus *stakeholders*, nomeadamente clientes, acionistas, concedente, regulador, outros parceiros e população em geral. Privilegiando a divulgação da informação e o acesso à mesma, numa postura aberta e transparente, com base nas diretrizes para o Setor Empresarial do Estado e nas orientações corporativas, é através do seu *site* (www.aguasdooeste.pt), e do Relatório e Contas (R&C), também ele disponibilizado anualmente no *site* da empresa, que assegura a publicitação dos seguintes pontos, conforme evidencia a tabela seguinte:

Informação a constar no site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência	x			A informação que não está disponibilizada diretamente em www.aguasdooeste.pt , pode ser consultada no R&C (accedendo ao submenu Informação Financeira)
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Organograma	x			
Orgãos Sociais e Modelo de Governo				
Identificação dos órgãos sociais	x			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA			x	
Identificação de comissões existentes na sociedade			x	
Identificar sistemas de controlo de riscos	x			
Remuneração dos órgãos sociais	x			
Regulamentos internos e externos	x			
Transações fora das condições de mercado			x	
Transações relevantes com entidades relacionadas	x			
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Código de Ética	x			
Relatório e Contas	x			
Provedor do cliente			x	

Legenda: S - Sim; N - Não; N.A. - Não Aplicável

13. Informação Sintética sobre as iniciativas de Publicidade Institucional

De acordo com o definido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho - que fixa orientações para a colocação de publicidade institucional para o Estado, os Institutos públicos e as Empresas públicas concessionárias de serviços públicos, relativamente às respetivas obrigações de serviço público -, as entidades abrangidas por essa Resolução devem incluir no relatório de atividades uma secção especificamente dedicada à divulgação de informação sintética sobre as iniciativas e ações de publicidade institucional desenvolvidas.

Para efeitos do presente Capítulo, consideram-se como publicidade institucional quaisquer formas de comunicação realizadas pelas entidades referidas no número anterior mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

As campanhas e ações realizadas na prossecução simultânea de fins de publicidade institucional e de outros fins são igualmente abrangidas pelas obrigações de informação relativas à base de dados da publicidade institucional, salvo nos casos em que a componente de publicidade institucional for suscetível de autonomização quanto aos seus custos e colocação em meios de comunicação social.

As campanhas de publicidade institucional desenvolvidas pela Águas do Oeste têm sempre por base a prossecução de competências delegadas, fundadas e justificadas por razões de interesse público, e são pautadas pelos princípios da verdade e da transparência. A aquisição de espaços para publicidade institucional promovida pela Águas do Oeste, durante o ano de 2012, foi praticamente inexistente, resultante da política de contenção de custos, como já tinha acontecido em 2011. Apesar disso, a empresa continua a apostar na divulgação da sua atividade, tendo, no ano em análise, recorrido à realização de campanhas sem recurso à aquisição onerosa de espaços publicitários, sempre com o objetivo de:

- Informar os cidadãos das condições de acesso e de utilização de serviços públicos;
- Divulgar informações relacionadas com a saúde pública, quer ao nível da qualidade da água para consumo humano, quer do tratamento de águas residuais;
- Desenvolver campanhas de sensibilização de boas práticas e de prevenção de comportamentos de risco;
- Divulgar planos, programas, projetos de empreendimentos públicos, de relevante interesse económico, social, cultural ou ambiental e os seus resultados, nomeadamente através da sua divulgação junto dos segmentos da população que deles possam beneficiar direta ou indiretamente;
- Prestar informações ou esclarecimentos públicos relevantes, relativos às matérias referidas na alínea anterior; e
- Assegurar outras obrigações de publicitação previstas na lei.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, e por obrigações de transparência, a tabela seguinte resume a informação sintética requerida.

Montante global investido em publicidade, no decorrer de 2012, discriminado por trimestres:

Unidade: euros

Órgão	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Valor Global
Prosa Perfeita Publicações, Lda (Região de Cister)	-	35	-	-	35
AboutNet - Comunicação Social, Lda (Portal AmbienteOnline: Diretório de Empresas)	-	-	200	-	225
Movicortes - Serviços e Gestão (Jornal de Leiria: Revista 250 Maiores Empresas do Distrito de Leiria)	-	-	-	150	150
Diário de Leiria: Revista 500 Maiores Empresas Distrito de Leiria	-	-	-	50	50
Total	0	35	200	200	435

Nota: Aos valores acima mencionados acrescem o IVA à taxa legal em vigor.

Para 2012 a Águas do Oeste manteve a estratégia adotada em 2011, não tendo tido custos significativos com publicidade institucional, face à política de contenção de custos adotada internamente, enquadrada no quadro de redução de custos a que as empresas do setor empresarial do Estado estão obrigadas.

Como demonstram os dados constantes na tabela acima, no que se refere a Ações de Promoção e/ ou Sensibilização, no decorrer do ano de 2012, não se realizaram quaisquer iniciativas, cujo montante em publicidade tenha sido superior a quinze mil euros (15.000 euros). No desenvolvimento das iniciativas de publicidade institucional, a Águas do Oeste, cumpriu integralmente as determinações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho.

A informação constante do presente Capítulo, relativo à publicidade institucional, será remetida ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), conforme determinação da RCM n.º47/2010.

A informação sintética relativa ao aluguer de espaços para publicidade institucional da Águas do Oeste divulgada neste Capítulo não invalida o exercício de outras formas de patrocínio ou parceria, devidamente identificadas, de programas ou de atividades cujo conteúdo ou objetivo estão relacionados com o cumprimento das missões e de valorização da correspondente atividade de serviço público desta empresa.

Para além destas orientações, a Águas do Oeste, no desempenho da sua atividade ao longo do exercício de 2012, deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, e ainda às orientações corporativas emanadas pelo grupo Águas de Portugal.

14. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa

14.1 Cumprimento do Estatuto do Gestor Público

Com efeito a 1 de abril de 2012, as remunerações salariais dos Órgãos Sociais da Águas do Oeste, S.A., em particular aos gestores públicos com funções executivas, foi aplicado o disposto no Estatuto do Gestor Público, republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, tendo em conta os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro), e tendo por base as classificações e as remunerações associadas fixadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março.

14.2 Cumprimento de Instruções, Despachos e Legislação Diversa

Cumprimento da Determinação de não Atribuição de Prémios de Gestão nos anos de 2010, 2011 e 2012 (Despacho de 25 de março do Ministro de Estado e das Finanças)

A Águas do Oeste, S.A. cumpriu o despacho de 25 de março do Ministro de Estado e das Finanças, comunicado através de ofício-circular n.º 2590, de 26 de março de 2010, não tendo atribuído nem liquidado prémios de gestão nos anos de 2010, 2011 e 2012 aos membros do órgão de Administração.

Cumprimento das Orientações sobre Remunerações Salariais e Outros (Lei do OGE de 2011 e 2012)

A Águas do Oeste, S.A. cumpriu com o previsto no art.º 19 da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro, respeitante à redução excecional de 3,5% até 10% à remuneração fixa mensal dos gestores públicos executivos e não-executivos, bem como ao universo dos colaboradores da Empresa. A Lei 64-B/2011 no art.º 20 estende a redução excecional ao ano de 2012.

Cumprimento do Previsto no art.º 12 da Lei n.º 12 12-A/2010, de 30 de junho (Redução da Remuneração dos Gestores em 5%)

A Águas do Oeste, S.A. cumpriu com o previsto no art.º 12 da Lei n.º 12 12-A/2010, de 30 de junho respeitante à redução excecional de 5% à remuneração fixa mensal dos gestores públicos executivos e não-executivos.

Cumprimento da Suspensão de Subsídios de Férias e de Natal (Lei do OGE de 2012)

A Águas do Oeste, S.A. cumpriu com o previsto no art.º 21 da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, e no ofício-circular n.º 82 da Direção Geral de Tesouro e Finanças, tendo suspenso o pagamento dos subsídios de férias e de Natal aos membros dos Órgãos Sociais.

Cumprimento das Orientações sobre Redução Remuneratória do Auditor Externo (Lei do OGE de 2011 e 2012)

A Águas do Oeste, S.A. cumpriu com o previsto no art.º 26 da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, que determina a aplicação de redução remuneratória do Auditor Externo da Empresa (ver ponto 5. Relativo a Remunerações dos Órgãos Sociais).

Cumprimento do Disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público (Cartão de Crédito e Representação Pessoal)

No ano de 2012 não foi atribuído a qualquer membro dos Órgãos Sociais da Águas do Oeste, S.A. cartão de crédito da Empresa, nem foram reembolsadas quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Redução dos Gastos com as Remunerações dos Órgãos Sociais

Deu-se cumprimento à redução dos gastos com remunerações dos Órgãos Sociais da Águas do Oeste, S.A., no período 2010 – 2012, de acordo com o disposto na legislação aplicável e em vigor.

Cumprimento das Orientações sobre Remunerações Salariais, Promoções e Outros aos Colaboradores (Lei do OGE de 2011 e 2012)

A Águas do Oeste, S.A. cumpriu com o previsto no art.º 19 da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro, respeitante à redução excecional de 3,5% até 10% à remuneração fixa mensal ao universo dos colaboradores da Empresa. A Lei 64-B/2011 no art.º 20 estende a redução excecional ao ano de 2012.

Cumprimento da Suspensão de Subsídios de Férias e de Natal aos Colaboradores (Lei do OGE de 2012)

A Águas do Oeste, S.A. cumpriu com o previsto no art.º 21 da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, e no ofício-circular n.º 82 da Direção Geral de Tesouro e Finanças, tendo suspenso o pagamento dos subsídios de férias e de Natal aos seus colaboradores.

Cumprimento da Determinação de não Atribuição de Prémios de Desempenho nos anos de 2010, 2011 e 2012 aos Colaboradores

A Águas do Oeste, S.A. cumpriu o despacho de 25 de março do Ministro de Estado e das Finanças, comunicado através de ofício-circular n.º 2590, de 26 de março de 2010, não tendo atribuído nem liquidado prémios de desempenho nos anos de 2010, 2011 e 2012 aos seus colaboradores.

Cumprimento das Disposições Relativas ao Tribunal de Contas (artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas – LOPTC)

No exercício de 2012, a Águas do Oeste, S.A. não celebrou qualquer ato ou contrato com valor superior a 5 milhões de euros.

14.3 Cumprimento de Outras Recomendações

Cumprimento do n.º 6 do Despacho n.º 155/2011 – MFAP, de 28 de abril, Relativo à Autorização Prévia da Assembleia-Geral aos Investimentos que Excedam 5% do Capital Estatutário ou Social

Com a publicação do Despacho n.º 155/2011, de 28 de abril do Ministro de Estado e das Finanças, a Assembleia-Geral da Águas do Oeste, S.A., na sua reunião de 18 de julho de 2011, aprovou condicionalmente o seu Plano de Atividades e Investimento (PAI), para o período 2011-2013, tendo o referido PAI sido aprovado pela tutela das finanças e do ambiente, a 3 de julho de 2012.

Cumprimento do n.º 7 do Despacho n.º 155/2011 – MFAP, de 28 de abril, Relativo à Autorização Prévia da Assembleia-Geral aos Limites de Endividamento

Com a publicação do Despacho n.º 155/2011, de 28 de abril do Ministro de Estado e das Finanças, a Assembleia-Geral da Águas do Oeste, S.A. aprovou, na sua reunião de 18 de julho de 2011, o Mapa de Tesouraria para o período 2011-2013, condicionado à aprovação do PAI pela tutela.

Relativamente à Águas do Oeste, S.A., o crescimento do endividamento bruto, a 31 de dezembro de 2012, é de 4,2%, abaixo dos 7% fixados na Assembleia-Geral Extraordinária de 18 de julho de 2011.

Ainda relativamente ao endividamento da Empresa importa referir que 60% diz respeito a Médio e Longo Prazo do Banco Europeu de Investimentos, 23% relativamente a Curto Prazo e à Banca Comercial e 15% correspondem a empréstimos/ suprimentos do acionista maioritário.

Medidas de racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços (tomadas no âmbito das orientações previstas na Lei nº64-A/2011 e respeitantes a “Sistema Nacional de Compras Públicas” e “Parque de Veículos do Estado”)

O grupo Águas de Portugal dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto padronizado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Apoio Geral da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo.

A existência desta estrutura privativa do Grupo justifica-se por um conjunto de particularidades bastante relevantes dos bens e serviços de que as empresas participadas carecem. Tratando-se de categorias de bens tão específicos como os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelo segmento do tratamento da água ou dos efluentes ou contentores utilizados pela fileira dos resíduos, estas particularidades encontram-se igualmente presentes no parque automóvel no qual as viaturas operacionais utilizadas obedecem a tipologias específicas adaptadas às atividades desenvolvidas que podem ir desde *pick-ups* adaptadas a camiões de transporte de resíduos – neste contexto, foram contratadas em 2012 apenas viaturas operacionais e em situações excecionais de caráter urgente e inadiável, suscetíveis de comprometer o desempenho operacional do sistema.

O mesmo se aplica no caso da energia elétrica com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão e Baixa Tensão (Especial e Normal) onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas que têm produzido bons resultados ao nível da centralização de aquisições como o demonstra os recentes concursos públicos para fornecimento de energia elétrica ao Grupo.

Medidas adotadas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género (nº I da RCM nº 19/2012, de 23 de fevereiro)

O grupo Águas de Portugal rege-se por um conjunto de princípios que promovem a Igualdade de Géneros, através da adoção de práticas evidentes de não discriminação, seja em razão da raça, etnia, sexo, idade, deficiência física, convicção religiosa, opinião ou filiação política. A promoção da igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, assim como, a adoção de medidas tendentes a potenciar a conciliação entre a vida pessoal e profissional, são objetivos estratégicos das empresas do Grupo.

O grupo Águas de Portugal tem 38% das suas empresas certificadas em Responsabilidade Social, de acordo com os requisitos da norma SA8000, e está comprometido com o *United Nations Global Compact* que no seu princípio n. 6 enuncia a “eliminação da discriminação no emprego e ocupação”. Estes compromissos são um garante adicional do respeito pelo Princípio da Igualdade do Género.

O grupo Águas de Portugal aposta igualmente na mobilidade interna como forma de proporcionar aos colaboradores um melhor equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. As oportunidades que em cada momento existam são divulgadas por todo o Grupo permitindo a candidatura dos colaboradores que, fruto das suas motivações, pretendam abraçar outra função na mesma ou noutra empresa.

A possibilidade de trabalhar em regime de horário flexível ou inclusive a tempo parcial permite aos colaboradores ajustar melhor o seu horário de trabalho às necessidades da sua vida familiar.

Cumprimento do Plano de Redução de Custos definido para 2012 (conforme ofício-circular nº 82, de 6 de janeiro, relativo às instruções sobre a elaboração dos IPG)

A avaliação do indicador prioritário relativo ao plano de redução de custos é efetuado em termos consolidados e o seu grau de cumprimento está espelhado no relatório e contas do grupo.

Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes (conforme ofício-circular nº 82, de 6 de janeiro, relativo às instruções sobre a elaboração dos IPG)

A avaliação relativa ao plano de redução do número de órgãos sociais, dirigentes e efetivos é efetuado em termos consolidados estando o seu grau de cumprimento espelhado no relatório e contas do grupo.

Cumprimento da Lei nº64-B/2011 (art.º 89º) no que diz respeito ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade da empresa são desenvolvidas pela AdP SGPS, S.A., no âmbito do definido no seu objeto social, assumindo a *holding* a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades das sociedades que constam do seu portfólio, tendo sempre presente o objetivo de manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS, S.A. tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas.

Os excedentes permanentes de tesouraria foram transferidos para o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, na sequência das instruções recebidas, mantendo-se os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas, tendo para tal sido solicitada à tutela pela AdP SGPS, dispensa parcial do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do estado, nos termos previstos na Lei.

Auditorias do Tribunal de Contas

No seguimento da auditoria efetuada pelo Tribunal de Contas ao grupo Águas de Portugal foram emanadas recomendações dirigidas ao Conselho de Administração da AdP SGPS, S.A. cujo cumprimento está expresso no respetivo relatório e contas.

Com a publicação do Despacho n.º 155/2011, de 28 de abril do Ministro de Estado e das Finanças, a Assembleia-Geral da Águas do Oeste, S.A., na sua reunião de 18 de julho de 2011, aprovou condicionalmente o seu Plano de Atividades e Investimento (PAI), para o período 2011-2013, tendo o referido PAI sido aprovado pela tutela das finanças e do ambiente, a 3 de julho de 2012.

Durante o ano de 2012, os investimentos contratualizados, nomeadamente empreitadas, que ultrapassando em termos individuais 5% do capital estatutário ou social, constam do PAI aprovado.

Evolução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores (RCM nº 34/2008, de 22 fevereiro, + Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril) e divulgação dos atrasos nos pagamentos

Evolução do Prazo Médio de Pagamentos:

Prazo médio de Pagamentos (PMP)	1º T 2011	2º T 2011	3º T 2011	4º T 2011	1º T 2012	2º T 2012	3º T 2012	4º T 2012
PMP a Fornecedores (dias)	61	65	68	62	63	67	68	84

Mapa da posição a 31/12/2012 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio:

Unidade: euros

Pagamentos em atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Conservação e reparação	148.983,27	180,87	-	24.236,05	741,12
Empreitadas de obras públicas	36.000,57	-	2.895,63	6.919,59	286.836,75
Higiene e limpeza	147,26	-	-	-	-
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	175,17	-	-	-	-
Outros bens e serviços	18.109,38	-	3.279,82	-	1.608,87
Outros trabalhos especializados	22.630,16	-	1.081,20	-	2.804,40
Papel e economato	1,097,30	-	-	-	-
Vigilância e segurança	110,75	-	430,50	-	-
Outros investimentos	9.739,82	-	-	418,20	8.638,38

Os valores apresentados como estando em atraso a mais 360 dias, resultam por um lado, de discordância por parte da empresa sobre os valores faturados, encontrando-se as faturas bloqueadas para pagamento, e por outro, de situações em que a Águas do Oeste, por razões que estão na dependência do credor, não pode pagar ou incorre no risco de pagar à entidade incorreta, são exemplo as situações de insolvência e penhoras. Nestas condições, a Águas do Oeste efetuou a consignação dos valores num depósito específico até cumprimento das obrigações do credor, informando o credor desta operação.

Apresenta-se quadro resumo relativamente ao cumprimento das obrigações Legais:

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão	x			1,98	Ver Capítulo B-Atividade da Empresa, ponto 7 - Objetivos de Gestão
Gestão do Risco Financeiro			x		Ver nota 3- Políticas de gestão do risco financeiro das demonstrações financeiras
Limites de Crescimento do Endividamento			x		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado
Evolução do PMP a Fornecedores	x			+22 dias	Ver capítulo A - Governo da Sociedade, ponto 14.1- Evolução do Prazo Médio de Pagamentos
Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”)	x				Ver Capítulo A-Governo da Sociedade, ponto 14.1- Evolução do Prazo Médio de Pagamento
Deveres Especiais de Informação	x				Ver Capítulo A-Governo da Sociedade, ponto 12- Divulgação da informação
Recomendações do acionista na aprovação de contas			x		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29º da Lei 64-B/2011			x	Não aplicável	
Órgãos Sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	x			4.844,12	
Órgão Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei 122-A/2010	x			9.203,83	
Órgãos Sociais - suspensão sub. férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	x			13.328,26	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 26º da Lei 64-B/2011			x	-	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	x			48.121,46	
Restantes trabalhadores - suspensão sub. férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	x			244.260,94	
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito		x			
Reembolso de despesas de representação pessoal		x			
Contratação Pública					
Normas de contratação pública			x		
Normas de contratação pública pelas participadas			x		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			x		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	x			Não aplicável	

Cumprimento das Orientações legais (cont.)	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Princípio da Igualdade do Género	x			Não aplicável	
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal			x	Não aplicável	A avaliação do indicador prioritário relativo ao plano de redução de custos é efetuada em termos consolidados e o seu grau de cumprimento está espelhado no relatório e contas da AdP SGPS
Fornecimentos e Serviços Externos			x	Não aplicável	
Redução nº. Efetivos e Cargos Dirigentes					
Nº. de efetivos			x	Não aplicável	A avaliação do indicador prioritário relativo ao plano de redução de custos é efetuada em termos consolidados e o seu grau de cumprimento está espelhado no relatório e contas da AdP SGPS
Nº. de cargos dirigentes			x	Não aplicável	
Princípio da Unidade de Tesouraria	x			Não aplicável	

15. Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

A governação da Águas do Oeste, S.A. respeita os Princípios de Bom Governo das empresas do Setor Empresarial do Estado aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º49/2007, de 28 de março.

No Quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Setor Empresarial do Estado.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
As empresas detidas pelo Estado devem:		
<ul style="list-style-type: none"> Cumprir a missão e os objetivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados. 	Total	<p>A Águas do Oeste cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente.</p> <p>Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objetivos e das políticas para si e para as participadas que controla. 	Total	A divulgação da missão da Águas do Oeste, dos seus objetivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual, do sítio da empresa na internet, e do Portal do Colaborador.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação (cont.)

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objetivos a atingir e os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo. 	Total	<p>O grupo AdP, e por consequência a Águas do Oeste definiu de forma organizada a estratégia e os princípios para alcançar a posição de um ator principal no palco da sustentabilidade.</p> <p>A estratégia de sustentabilidade da Águas do Oeste encontra-se disponível no seu Relatório e Contas anual, no sítio da empresa na internet e do Portal do Colaborador</p>
<ul style="list-style-type: none"> Adotar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. 	Total	<p>O grupo AdP, e por consequência a Águas do Oeste, S.A. preconiza a diversidade garantindo a igualdade de oportunidades aos seus colaboradores e promovendo a integração de pessoas com deficiência.</p> <p>A Águas do Oeste foi das primeiras empresas portuguesas a subscrever o Código de Conduta de Empresas e VIH.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade. 	Total	<p>A Águas do Oeste cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e à AdP, SGPS, cabendo a esta o reporte de informação anual consolidada à tutela.</p> <p>Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor; devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres. 	Total	<p>Toda a atividade do grupo AdP e da Águas do Oeste é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas.</p> <p>Neste contexto, a Águas do Oeste adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.</p>

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação (cont.)

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none">Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional.	Total	<p>O grupo AdP e a Águas do Oeste apostam na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas.</p> <p>A Águas do Oeste possui também um Regulamento de Valorização Profissional, através do qual permite aos seus colaboradores alargarem o seu portefólio de conhecimentos e competências através da frequência de programas avançados de formação.</p> <p>A Águas do Oeste aderiu ao Programa Novas Oportunidades enquadrado no seu plano de Valorização Profissional.</p> <p>A Águas do Oeste tem em vigor um Sistema de Gestão do Desempenho que é utilizado numa perspetiva desenvolvimentista e positivista.</p>
<ul style="list-style-type: none">Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere à aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.	Total	<p>A Águas do Oeste respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.</p>
<ul style="list-style-type: none">Divulgar anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros.	Total	<p>A Águas do Oeste divulga anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório e Contas anual e no sítio da empresa na internet.</p>

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação (cont.)

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none">Conduzir com integridade os negócios da empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas.	Total	<p>O grupo AdP pauta a sua atuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas.</p> <p>O Código de Conduta e Ética da Águas do Oeste expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado.</p> <p>Adicionalmente, foi elaborado o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Águas do Oeste o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros.</p> <p>A Águas do Oeste desenvolveu a sua avaliação do cumprimento dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – 2010, através do preenchimento de questionário desenvolvido e realizado sob a responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco, órgão funcional da AdP, SGPS.</p>
<ul style="list-style-type: none">Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral.	Total	<p>O Código de Conduta e Ética da Águas do Oeste encontra-se disponível no sítio da empresa na internet e no Portal do Colaborador.</p>

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
As empresas detidas pelo Estado devem:		
<ul style="list-style-type: none"> Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efetiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo setor de atividade. 	Total	<p>Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da Águas do Oeste estão perfeitamente ajustados à complexidade da sua missão, perfeitamente alinhados com a estratégia definida para o Grupo empresarial AdP, assegurando a eficácia do processo de tomada de decisão e garantindo uma autêntica capacidade de supervisão enquadrada no setor em que se insere.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adotado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa. 	Total	<p>O Modelo de Governo da Águas do Oeste em alinhamento com o definido para as empresas participadas do grupo AdP, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> A Assembleia-Geral; O Conselho de Administração; O Fiscal Único, representado por ROC. <p>Os Administradores Não Executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos.</p> <p>O Fiscal Único emite anualmente um relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas. Ambos os relatórios anuais são publicados no Relatório e Contas da empresa.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua seleção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores. 	Total	<p>A auditoria anual às contas da Águas do Oeste é efetuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Fiscal Único e a Direção Administrativa e Financeira.</p> <p>De acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a seleção e contratação do auditor externo é da responsabilidade da AdP, SGPS, e dentro desta, dos membros não executivos do Conselho de Administração, que asseguram as suas condições de independência.</p>

Estruturas de administração e fiscalização (cont.)

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização 	Total	<p>Os membros dos Órgãos Sociais da Águas do Oeste são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.</p> <p>No entanto, por imposição legal e estatutária o número de renovações consecutivas não pode exceder o limite de três.</p>
<ul style="list-style-type: none"> O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da empresa e os seus ativos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa. 	Total	<p>A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da empresa Águas do Oeste.</p> <p>Neste contexto, a Águas do Oeste está sujeita ao controlo da Auditoria Interna e Controlo de Risco – Corporativo - que tem como principais objetivos a identificação dos fatores de risco ao nível das principais atividades empresariais e dos respetivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacte.</p>

Remunerações e outros direitos

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>As empresas públicas devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas. 	Total	<p>A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas do Oeste consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa. 	Total	<p>A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas do Oeste consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.</p>

Prevenção de conflitos de interesse

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.	Total	<p>Os membros do Conselho de Administração da Águas do Oeste têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.</p>
<ul style="list-style-type: none">• No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse.	Total	<p>Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Águas do Oeste e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.</p> <p>Os membros do Conselho de Administração da Águas do Oeste cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.</p> <p>Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, comunicaram à Inspeção-Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou indiretamente, nas empresas onde exercem funções.</p>

I 6. Relatório dos Administradores não executivos sobre o desempenho do Administrador executivo da Águas do Oeste, S.A.

Introdução

Nos termos da alínea m) do artigo 13º - A do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, cumpre-nos, na qualidade de administradores não executivos, apresentar um relatório sobre o desempenho do administrador executivo referente ao exercício de 2012.

Atividade

Nos termos da lei, e das competências que o novo estatuto do gestor público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanhamos a gestão da empresa e o desempenho do administrador executivo.

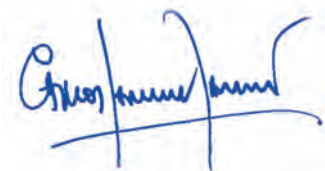
As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere ao administrador executivo, livre e incondicionado.

Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do seu desempenho global, referindo a preocupação do administrador executivo de auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão mais relevantes, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções que tiveram em vista um melhor rigor na gestão da Empresa.

Gaeiras, 6 de março de 2013

Os Administradores não executivos



Arménio de Figueiredo





Atividade da Empresa





B - Atividade da Empresa

I. Introdução

A atividade da Águas do Oeste é já muito diversificada e extensa, tanto no que respeita ao investimento, como à exploração de sistemas de abastecimento de água e de sistemas de saneamento, com todas as consequências que essa complexidade envolve para todos os Serviços da Empresa, desde os de planeamento aos de monitorização e divulgação, passando pelo apoio administrativo e financeiro.

Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança (SIQAS) e Gestão de Indicadores de Desempenho e de Sustentabilidade

A Águas do Oeste encontra-se certificada com base nos referenciais normativos que regulam a gestão da qualidade do serviço (ISO 9001), a gestão Ambiental (ISO 14001) e a gestão da segurança e saúde no trabalho (OHSAS 18001 e NP 4397).

Numa ótica global de gestão do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde, destaca-se a análise da aplicabilidade dos diplomas legais relevantes e aplicáveis à realidade da empresa, bem como a verificação da respetiva conformidade legal.

Foram, ainda, produzidos e revistos diversos documentos pertencentes ao sistema de gestão, efetuadas auditorias internas e a fornecedores, auscultados os clientes quanto ao seu grau de satisfação, acompanhado o tratamento dado às reclamações, às situações de não conformidade e às ações de melhoria, efetuadas reuniões gerais com os diversos serviços integrados na estrutura organizacional da empresa, avaliados os resultados dos indicadores/objetivos e acompanhado o desempenho do sistema de gestão numa ótica de qualidade, ambiente e segurança e saúde no trabalho.

Dando seguimento ao que já tinha sido realizado em anos anteriores, também em 2012 se permutaram auditores com outras empresas do grupo AdP. Esta troca de auditores refletiu-se numa ação eficaz para a empresa uma vez que se criaram as condições necessárias para trocar experiências e conhecimentos, com colegas de outras empresas que, para além de qualificados para a realização de auditorias, são também conhecedores da área de negócio em causa e, logo, dos requisitos que se impõem à atividade da AdO.

No que respeita ao processamento dos dados necessários para o acompanhamento, cálculo e reporte dos Indicadores de Desempenho da AdO, a reportar à ERSAR e à UNA-PD (AdP), todo o processo foi acompanhado numa lógica de indicadores referentes ao processo de monitorização do Planeamento Estratégico, incorporado e, portanto, acompanhados rotineiramente no âmbito do Sistema de Gestão.

Em 2012 foram ainda compilados os dados referentes aos Indicadores de Sustentabilidade, reportados à AdP.

2. Enquadramento Macroeconómico

Global

À semelhança de 2011, em 2012 a economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados (3,2% em 2012; 3,9% em 2011). As crises das dívidas soberanas dos últimos anos nas economias mais avançadas, que levaram à estagnação do seu crescimento económico são fatores relevantes que influenciam de sobremaneira este *status quo*, cuja recuperação se afigura lenta e que teve início no já longínquo ano de 2007 nos Estados Unidos da América, com a crise financeira do *subprime*. Não fosse novamente o crescimento das economias emergentes (China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.) e o abrandamento da economia mundial teria sido mais acentuado. Surpreendente foi o desempenho económico dos Estados Unidos, com uma taxa de

crescimento superior ao esperado (2,3%), suportado, em grande medida, por um ambiente favorável dos mercados financeiros e uma recuperação do mercado imobiliário. Em 2013 é expectável uma ligeira recuperação económica, podendo, no entanto os riscos da zona euro e a recessão do Japão podem inviabilizar esta perspetiva.

União Europeia

A economia da União Europeia registou em 2012 uma recessão relevante com uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem dos 0,5%. A diminuição da procura interna, a queda do investimento, a diminuição da produção industrial, o aumento do desemprego, são indicadores que sustentam a grave crise económica da Europa, com particular incidência na zona euro. Por outro lado, a desconfiança dos mercados sobre a capacidade dos governos europeus e do Banco Central Europeu em resolverem em definitivo a crise da dívida soberana também não ajudam a inverter este ciclo negativo. Ainda que numa primeira fase esta crise tenha afetado principalmente países considerados periféricos (Irlanda, Portugal e Grécia, e mais recentemente o Chipre), é um facto que durante 2012 também chegou a Espanha e Itália, economias com peso significativo na zona euro. Esta instabilidade colocou uma pressão adicional nas instituições europeias no sentido de aprovarem medidas que salvaguardem a integridade do euro, como moeda única.

Deste modo, o Banco Central Europeu tomou medidas consideradas determinantes na recuperação de alguma confiança da zona euro. No início de 2012 efetuou uma segunda operação de cedência de liquidez à banca que, em conjunto com a primeira em dezembro de 2011, atingiu o montante de 1000 milhões de euros. Posteriormente apresentou um programa de aquisição de títulos de dívida pública em mercado secundário, sem limite máximo. Estas medidas, consideradas instrumentos potentes, em conjunto com alguns passos dos governos nacionais que consolidaram o compromisso e coordenação política no sentido de estabilização e fortalecimento da união monetária, tiveram um efeito positivo no final de 2012, no que concerne à redução dos riscos sistémicos da zona euro e à recuperação de alguma confiança dos mercados, tendo contribuído, de forma significativa, para a forte redução das taxas de juro da dívida pública dos países intervencionados.

Portugal

Em 2012, deu-se continuidade ao cumprimento do programa de ajustamento decorrente do pedido de Assistência Económica e Financeira à Comissão Europeia, Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional. O desempenho da economia portuguesa em 2012 continuou a ser fortemente marcado pelo processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos estruturais, nomeadamente pelo impacto imediato das medidas de consolidação orçamental, assim como de condições de financiamento restritivas, no quadro do processo de desalavancagem ordenada e gradual do setor bancário e de persistência de tensões associadas à crise da dívida soberana na área do euro. Em 2012 a queda do PIB em cerca de 3%, confirma um cenário de recessão que não se observava na economia portuguesa desde 1975. Esta evolução resulta de uma queda expressiva e generalizada da procura interna, mitigado pelo assinalável crescimento das exportações ao longo do ano. Em 2012, o consumo privado deverá ter registado uma contração de 5,5%, ao passo que o investimento deverá ter caído cerca de 14 por cento, traduzindo uma redução de todas as componentes, com especial incidência no investimento público e residencial. O consumo público ter-se-á reduzido cerca de 4,5% pelo segundo ano consecutivo. A retração da procura global, não obstante o significativo aumento das exportações, contribuiu para uma queda das importações de cerca de 7,0%, refletindo a redução expressiva de componentes da procura com elevado conteúdo importado – consumo de bens duradouros e investimento empresarial.

Positiva tem sido a alteração da composição da despesa agregada, traduzindo-se num ajustamento rápido das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa. O saldo da balança corrente e de capital passou de um défice de 9,4 por cento do PIB em 2010 para uma situação próxima do equilíbrio em 2012. A atual projeção aponta para a continuação da melhoria da balança de bens e serviços, para a qual se projetam excedentes de 3,1 e 4,1 por cento do PIB em 2013 e 2014, respetivamente.

O *deficit* das contas públicas nacionais deverá atingir um valor próximo dos 5% do PIB em 2012, não obstante o desvio significativo da receita face aos valores orçamentados (cerca de 880 milhões de euros no caso da Administração Central e Segurança Social). Para isto terá contribuído um recuo da despesa mais acentuado que o inicialmente previsto (em cerca de 1622 milhões de euros), em parte resultante de poupanças adicionais associadas a despesas com remunerações, aquisição de bens e serviços, despesas de investimento

e despesa líquida com juros. Ao nível das medidas extraordinárias, mas no lado da receita, a execução orçamental de 2012 beneficiou sobretudo de uma receita não recorrente associada à concessão dos serviços públicos de gestão dos aeroportos à empresa ANA (800 milhões de euros recebidos em 2012, ou perto de 0,5% do PIB).

A taxa de desemprego em Portugal, deverá ser de 15,6% em 2012, superior à média registada no conjunto dos 27 países da União Europeia, que se situava em 10,7%. A taxa em Portugal é a terceira mais alta da Europa, logo atrás da Grécia e de Espanha, onde o desemprego supera já os 26% da população ativa.

O grande desafio com que Portugal está confrontado é o de promover o desenvolvimento e crescimento económico num novo quadro institucional. A implementação coerente de reformas e a redefinição do papel do Estado são fundamentais para estimular o investimento, a inovação e o progresso técnico, sem os quais não existirá desenvolvimento económico. O desafio do desenvolvimento económico passa pela mobilização dos agentes para a necessidade e benefícios de reformas que assegurem níveis de bem-estar compatíveis com a manutenção da coesão social.

3. Enquadramento do Setor

Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

A Águas do Oeste, prestou os serviços públicos de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais durante o ano de 2012 num contexto de acrescidas restrições impostas ao Setor Empresarial do Estado no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) quer quanto à evolução de custos e quer quanto ao crescimento do nível de endividamento.

Neste contexto de restrição de recursos, a Empresa prosseguiu o esforço de adaptação dos diversos processos internos por forma a não comprometer o respeito dos princípios de universalidade no acesso, de qualidade de serviço e de eficiência e equidade de preços na prestação destes serviços de interesse económico geral essenciais ao bem-estar das populações, à saúde pública, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do ambiente.

Paralelamente, durante o ano de 2012, iniciou-se o processo de implementação das medidas traçadas pelo Governo para o setor das águas e resíduos que, naturalmente, condicionam de forma determinante a Empresa enquanto ator predominante.

O Programa do Governo ditou três linhas orientadoras para a reestruturação preconizada:

- Reorganizar o setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com prioridade para a sua sustentabilidade económico-financeira;
- Prosseguir a identificação e resolução do défice tarifário, a revisão do sistema de tarifas, a abertura à participação de entidades públicas estatais ou municipais (bem como de entidades privadas na gestão do sistema), a promoção da eficiência, a integração vertical e o agrupamento de sistemas exigentes, a adequada manutenção de redes e equipamentos antigos e a prevenção da construção de capacidade desnecessária;
- Autonomizar o subsector dos resíduos no seio do grupo Águas de Portugal e implementar as medidas necessárias à sua abertura ao setor privado.
- Neste âmbito, o Governo mandatou o grupo AdP que procedesse à realização de estudos que permitissem apurar a adequada agregação territorial para o setor das águas de forma a promover a sustentabilidade económico-financeira dos sistemas multimunicipais, através da obtenção das economias de escala geradas por sistemas de maior dimensão e para a redução das desigualdades entre as diversas regiões do País, fomentando a convergência tarifária. A gradual verticalização dos sistemas em “baixa” foi apontada como a forma de completar a maximização de sinergias operacionais, bem como de transmitir às populações o referido equilíbrio tarifário dos sistemas em “alta”.

Os estudos relativos à agregação dos sistemas multimunicipais, bem como da verticalização dos sistemas multimunicipais através de parcerias a constituir no âmbito do Decreto-Lei n.º 90/2009, têm vindo a ser apresentados aos municípios abrangidos, envolvendo neste processo de reestruturação todas as partes interessadas. Através destes processos, estão a proceder-se aos estudos necessários para a integração e verticalização dos sistemas em “alta” e em “baixa” promovendo soluções que conduzam à melhoria dos níveis de serviço prestados à população bem como ao objetivo de acessibilidade tarifária e de resolução dos défices tarifários, num contexto de respeito do princípio, já amplamente disposto na atual legislação, de recuperação integral de custos incorridos na prestação deste serviço de interesse económico geral.

A reestruturação do setor será acompanhada pela revisão de diversos diplomas legais determinantes para os referidos objetivos nacionais de acessibilidade universal do serviço no respeito pela sustentabilidade económica e financeira. Das matérias a cristalizar em diploma legal destacam-se:

- A reforma das leis de bases dos setores de abastecimento e saneamento;
- A adoção de medidas com vista à redução do impacto dos incumprimentos por parte dos clientes municipais, em complemento das medidas já adotadas no Orçamento de Estado para 2013 (Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro), por forma a garantir a continuidade da prestação do serviço;
- A adoção de medidas para proceder ao reconhecimento e reintegração por via tarifária dos montantes relativos aos défices tarifários, bem como de medidas determinadas a promover a eficiência económica na prestação do serviço;
- O reforço dos poderes do regulador setorial, tendo sido submetida ao parlamento a proposta da nova lei orgânica da ERSAR. Esta medida vem no âmbito da proposta do programa de Governo que visa transformar as entidades com funções reguladoras dependentes do Governo, e cujos mercados regulados pela sua importância o justifiquem, em Autoridades Administrativas Independentes, reintegrando as restantes na administração tradicional.

O desenvolvimento destas matérias vem ao encontro das recomendações vertidas na Resolução da Assembleia da República n.º 113/2012, de 10 de agosto, onde se recomenda ao Governo que se promova a acessibilidade, sustentabilidade e qualidade dos serviços de abastecimento de água e saneamento, destacando-se a agregação dos sistemas em “alta”, a sua verticalização com os sistemas em “baixa” e a harmonização e equilíbrio tarifário com recuperação integral dos custos de prestação dos serviços e resolução do défice tarifário.

Simultaneamente encetaram-se as revisões dos planos estratégicos PEAASAR II (2007 – 2013) e PERSU II (2007 – 2016), que definirão as metas e objetivos do Estado para cada um destes setores. Estes dois planos serão estruturantes para os planos de investimento a realizar nos próximos anos.

4. Regulação

A Águas do Oeste exerce atividades que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Estas atividades são desenvolvidas num enquadramento de melhoria contínua na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais com ganhos crescentes de eficiência produtiva e ambiental, beneficiando os utilizadores e consumidores através das tarifas praticadas, sujeitas também às fortes restrições determinadas para o Setor Empresarial do Estado.

A Águas do Oeste tem a sua atividade desenvolvida em regime de concessão efetivamente regulada economicamente pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Estas atividades são desenvolvidas num contexto definido pela legislação (Decretos-Leis n.º 379/93, de 5 de novembro, n.º 294/94, de 16 de novembro, n.º 319/94, de 24 de dezembro, e 162/96, de 4 de setembro, na redação que lhes é dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto) e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e respetivos anexos, bem como pelas disposições e recomendações emitidas pela ERSAR.

Durante o ano de 2009, com a publicação do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, os poderes e âmbito de atuação da ERSAR foram reforçados e alargados aos serviços prestados ao utilizador final (serviços em “baixa”). O novo estatuto da ERSAR criou condições para reduzir as distorções decorrentes de se verificarem tarifários aos utilizadores finais que não estão otimizados, por não serem escrutinados pelo Regulador:

Neste âmbito, a ERSAR emitiu em 2009 uma recomendação quanto à formação de tarifários dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos (Recomendação IRAR n.º 1/2009 – Recomendação Tarifária), complementada em 2010 com uma Recomendação que pretende criar as linhas orientadoras para o apuramento de custos e construção dos tarifários.

Uma das linhas de reestruturação do setor, amplamente defendida e promovida pelo atual Governo, passava pelo reforço dos poderes da ERSAR e pelo aumento da sua independência, para a qual foi apontada como crítica a reformulação da respetiva lei orgânica, cuja proposta legislativa deu entrada no Parlamento durante janeiro de 2013. Durante o ano de 2012 foi preparado pelo Governo um diagnóstico dos alicerces para o novo modelo regulatório do setor dos resíduos, atividade que previsivelmente passará a contar com a possibilidade de participação maioritária de agentes económicos privados.

Em novembro de 2012, por despacho da Sr.ª Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, a ERSAR foi mandatada pelo Governo para, com base no estudo de diagnóstico, aprofundar o novo modelo regulatório para o setor, designadamente para o setor dos resíduos no contexto de futuro fortalecimento da participação do setor privado, devendo a ERSAR proceder ao desenvolvimento de um modelo de custeio e de um regulamento tarifário.

Regulação Económica sujeita à atuação da ERSAR

De acordo com o disposto nos contratos de concessão, o ciclo regulatório anual inicia-se em 30 de setembro com a apresentação ao Concedente e ao Regulador da proposta de orçamento e projeto tarifário para o ano seguinte. Com a publicação do Decreto-Lei 195/2009, de 20 de agosto, o prazo de avaliação das propostas uniformizou-se em 60 dias para todos os sistemas multimunicipais.

As propostas de orçamento e tarifa para 2012 foram apresentadas nos termos da Portaria 1275/2003, de 7 de novembro, uma vez que a Portaria 269/2011, de 19 de setembro, não foi conhecida em prazo que permitisse a entrega das propostas de orçamento e tarifa no prazo contratual.

Para 2013 a proposta foi apresentada pela primeira vez nos termos da portaria 269/2011, de 19 de setembro.

O ciclo orçamental de 2012, iniciado em setembro de 2011, estendeu-se até 27 de fevereiro de 2012, data em que foi aprovada a tarifa.

O ciclo orçamental da Águas do Oeste durou cerca de 150 dias.

O Decreto-Lei 195/2009, de 20 de agosto, determina que os tarifários aplicados aos utilizadores produzem efeitos a partir do início do exercício económico a que dizem respeito, independentemente da sua data de aprovação, o que permite uma mais adequada recuperação dos encargos de prestação dos serviços, num cenário de maior pressão sobre os meios financeiros disponíveis.

Em setembro de 2012 iniciou-se o ciclo orçamental para 2013, não tendo a proposta de orçamento e projeto tarifário sido aprovada até 31 de dezembro de 2012. O processo de contraditório do projeto de parecer do Regulador ainda decorre.

De acordo com o modelo regulatório vigente (custo de serviço) e nos termos dos contratos de concessão, podem gerar-se diferenças entre o volume de proveitos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora, incluindo os impostos sobre os resultados da sociedade e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de proveitos efetivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios tarifários ou desvios de recuperação de custos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os proveitos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária, quando os proveitos gerados são superiores aos necessários, salvaguardados os montantes relativos a ganhos de produtividade e eficiência nos termos dos contratos de concessão.

Durante o ano de 2010, o Regulador apresentou uma proposta legislativa para o reconhecimento e recuperação dos défices e *superavit* tarifários ou de recuperação de custos relativos a cada sistema multimunicipal, bem como dos procedimentos para a distribuição dos ganhos de produtividade contratuais, uma vez que estes não se encontravam suficientemente detalhados nos contratos de concessão e legislação aplicável.

A sustentabilidade das entidades gestoras e do setor, em estrito cumprimento da lei e dos contratos, exigem que não se adie por mais tempo o exposto reconhecimento e densificação do modelo regulatório de recuperação de custos preconizado nos contratos de concessão, designadamente da definição do montante dos desvios tarifários ou de recuperação de custos das concessionárias, cujas regras de ressarcimento urge clarificar.

Regulação da Qualidade de Serviço

A atuação da ERSAR abrange ainda a monitorização e a avaliação da qualidade de serviço, através de um conjunto de indicadores, efetuando um exercício de *benchmark* entre as várias entidades gestoras dos setores das águas e dos resíduos, publicando anualmente os resultados no relatório que elabora sobre o setor.

Qualidade da Água para Consumo Humano

A ERSAR é a autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano, cabendo-lhe aprovar e monitorizar os planos de qualidade da água para consumo humano.

5. Análise Económica e Financeira

Necessidade de sustentação da Empresa

O volume de Investimento realizado em 2012 e a pendência do recebimento de subsídios do Fundo de Coesão e do pagamento dos clientes levou a empresa a recorrer a capital alheio.

Em termos financeiros, a empresa dispunha, no final de 2012, os seguintes créditos negociados:

- (i) linhas de crédito no valor de 19.000.000,00 euros, sem afetação específica;
- (ii) Utilização da primeira tranche do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor 40.000.000,00 euros;
- (iii) Utilização da segunda tranche do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor 25.000.000,00 euros;
- (iv) Utilização da terceira tranche do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor 10.000.000,00 euros;
- (v) Utilização da quarta tranche do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor 10.000.000,00 euros;
- (vi) Utilização do empréstimo a médio e longo prazo - BEI II no valor 12.000.000,00 euros;

(vii) Utilização da quinta tranche do empréstimo de médio e longo prazo BEI III no valor de 20.000.000,00 euros;

(viii) Utilização da sexta tranche do empréstimo de médio e longo prazo BEI III no valor de 10.000.000,00 euros;

Indicadores Económicos

A Empresa concluiu o exercício de 2012 com um resultado líquido negativo de 3.168.668,35 euros.

Nos proveitos, a situação é apresentada no quadro seguinte:

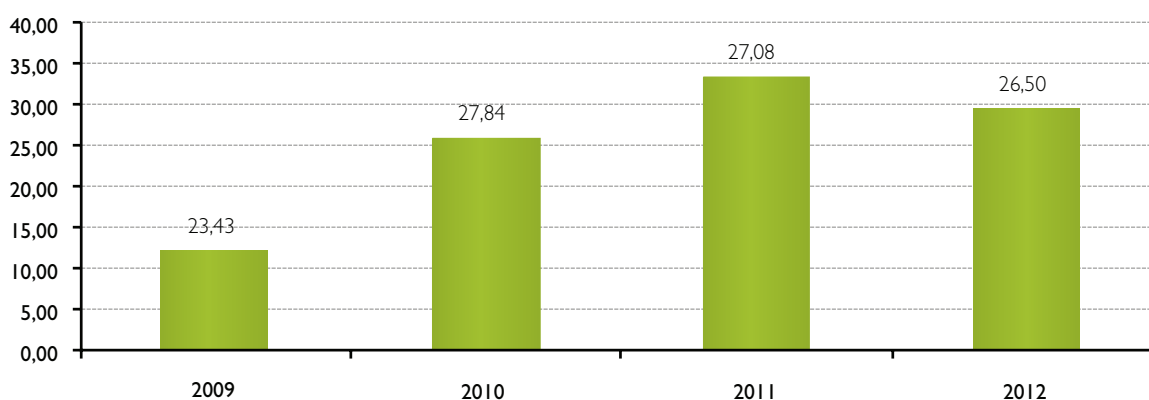
Unidade: euros

	2010	2011	2012
Vendas	16.678.909,00	23.318.972,02	19.054.990,35
Prestações de Serviços	9.547.840,95	10.415.686,46	10.948.895,54
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	339.575,23	482.178,97	232.573,41
Rendimentos Financeiros	993.308,07	1.800.074,69	2.191.763,22
Subsídios ao Investimento	3.805.777,66	4.699.533,54	3.657.425,95
Total de Proveitos	31.365.410,91	40.716.445,68	36.085.648,47

Vendas e Prestações de Serviços

Houve uma diminuição nos proveitos de cerca de 12,8% face ao ano anterior, essencialmente devido à diminuição do volume de negócios. O volume de negócios diminuiu cerca de 11% face ao ano anterior; devido por um lado, a um menor volume de água fornecida e de caudal tratado em 2012 face a 2011, e por outro, pelo facto de no ano anterior terem sido faturados os valores mínimos garantidos de 2010.

Volume de Negócios
(milhões de euros)



Abastecimento de água

A Águas do Oeste encontra-se a fornecer água para consumo público aos 15 municípios previstos no contrato de concessão, desde janeiro de 2011. Destes, apenas Óbidos, Rio Maior e Alcobaça continuaram, em 2012, a não autorizar o fornecimento de água a todos os pontos de entrega (PE) previstos. Relativamente a Óbidos e Rio Maior, apesar de a Águas do Oeste ter a exclusividade do fornecimento de água “em alta”, estes municípios ainda se encontram a explorar captações municipais próprias para abastecimento público.

A atividade da Águas do Oeste, durante o ano de 2012, foi inferior à do ano anterior, tal como já referido, tendo sido fornecidos menos 637.046,11 metros cúbicos, verificando-se o decréscimo, essencialmente, nos designados “municípios utilizadores em exclusivo”.

Até final de dezembro, a Águas do Oeste faturou cerca de 26,5 milhões de metros cúbicos de água, dos quais, cerca de 24,7 milhões de metros cúbicos tiveram origem na Epal e 1,8 milhões de metros cúbicos, em captações próprias. Isto significa que 93,3% da água faturada e efetivamente fornecida pela Águas do Oeste teve origem na Epal e 6,7% em captações próprias.

Em 2012, a AdO procedeu de igual forma ao reconhecimento dos valores associados à diferença entre os volumes considerados nos contratos de fornecimento e os volumes consumidos e faturados. Dado que, em 2012, a concessão da Empresa já ultrapassou o primeiro terço, a empresa apenas procedeu ao reconhecimento desses valores no caso dos “municípios clientes” e dos “utilizadores em exclusivo” em que tal tenha acontecido por motivo imputável ao utilizador, ou seja no caso em que os municípios estão a recorrer a captações próprias, são o caso os municípios de Óbidos e de Rio Maior, ou no caso em que o “município cliente” não consumiu o volume previsto no respetivo contrato de fornecimento, caso de Alcobaça. Neste sentido foi reconhecido o valor de 2.188.371,21 euros, tendo por base a tarifa aprovada e aplicada em 2012.

Ainda no que respeita aos valores mínimos garantidos, a Águas do Oeste procedeu à correção dos valores de 2010, resultando num acerto desfavorável para a empresa no montante de 498.616,70 euros. Esta correção teve por base a posição, ainda não definitiva, da ERSAR, que vai no sentido de que o valor mínimo garantido resulta da aplicação aos caudais anuais previstos, da tarifa adotada para o respetivo ano, no estudo de viabilidade económico-financeira, e não da tarifa aprovada e aplicada no ano de 2010.

A empresa, em 2012, procedeu ainda à correção no montante de 294.183,05 euros, a favor da empresa, referente aos valores que havia provisionado em anos anteriores, respeitantes a caudal do período de 2005 a 2009, pelo facto de, em anos anteriores, se ter procedido à dedução de 5% aos caudais de abastecimento de água faturados a dois municípios.

Saneamento

Na atividade de saneamento, apesar de não estarem a ser exploradas todas as infraestruturas previstas, a Águas do Oeste encontra-se a servir os 14 municípios previstos no Contrato de Concessão. A empresa encontra-se a explorar 74 ETAR e 149 Estações Elevatórias, para além de cerca de 557 km de emissários.

A atividade de saneamento, durante o ano de 2012, foi inferior à do ano anterior em 431.057,44 metros cúbicos, apesar de mais infraestruturas em exploração, resultando o aumento do rendimento desta atividade somente do aumento da tarifa praticada face ao ano anterior. O decréscimo do volume de efluente recolhido e tratado, está associado a menores afluências ao Sistema Multimunicipal, decorrente de menores consumos de água e menores valores de águas residuais produzidas e de uma menor pluviosidade ocorrida face a 2011, verificando-se as variações negativas mais significativas, nos municípios que são faturados com base nos caudais medidos.

Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais

A rubrica Outros rendimentos e ganhos operacionais, reflete, essencialmente, o reconhecimento de proveitos com indemnizações de seguro de multiriscos e rendimentos suplementares com faturação a terceiros de encargos incorridos.

A variação face ao ano anterior; resulta, por um lado, de maiores rendimentos suplementares com faturação a terceiros de encargos incorridos e de ganhos resultantes da anulação de cheques emitidos em anos anteriores, no âmbito dos processos de servidão e expropriação e que não foram descontados ou entregues, por alterações do traçado da obra ou por não se ter chegado acordo com os proprietários, e por outro, em sinal contrário, de menores ganhos com indemnizações de seguro de multiriscos.

Rendimentos Financeiros

O aumento dos Rendimentos Financeiros, deve-se a maiores proveitos com juros de mora faturados aos municípios e maiores juros relativos a investimentos financeiros.

Subsídios ao Investimento

Os Subsídios ao Investimento refletem o reconhecimento dos subsídios do Fundo de Coesão pela aplicação do critério definido ao abrigo dos contratos de concessão e das regras regulatórias, isto é, são considerados os investimentos realizados e a quota-parte anual do investimento a realizar no futuro.

A empresa adota a mesma metodologia das amortizações para o reconhecimento dos subsídios. A diminuição verificada é explicada por um menor volume de atividade, originando uma taxa de depleção inferior; tal como sucedeu para as amortizações.

Nos custos, a situação é apresentada no quadro seguinte:

Unidade: euros

	2010	2011	2012
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(7.656.864,51)	(11.216.857,14)	(10.635.403,16)
Fornecimentos e serviços externos	(9.150.705,55)	(9.318.065,34)	(8.919.302,77)
Gastos com o pessoal	(3.045.710,30)	(2.776.651,67)	(2.499.638,19)
Outros gastos operacionais	(410.825,62)	(338.368,51)	(383.947,74)
Amortizações do exercício	(9.427.862,82)	(11.864.710,53)	(10.479.731,55)
Gastos e perdas financeiras	(3.569.606,25)	(5.088.193,58)	(6.437.864,95)
Total de Custos	(33.261.575,05)	(40.602.846,77)	(39.355.888,36)

Custo das Mercadorias Vendidas

Em relação ao Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, a variação positiva face ao ano anterior é explicada pelo facto de no ano anterior, a Epal ter procedido à faturação do diferencial entre os volumes mínimos previstos no contrato entre a Águas do Oeste e a Epal e os volumes efetivamente fornecidos, relativamente a 2011 e também relativamente a 2010. Face a 2011 verifica-se um acréscimo do volume de água adquirido no montante de 380.059 metros cúbicos.

A Empresa à semelhança do procedimento seguido no ano anterior; reconheceu os valores de 2012 relativos ao diferencial até perfazer os volumes mínimos a pagar à Epal, bem como o “valor suplementar” a pagar à Epal, tal como previsto no aditamento ao contrato assinado pelas partes, em janeiro de 2011, para fazer face ao menor consumo verificado desde o início do contrato, perfazendo no total o valor de 1.394.153,74 euros.

Face ao ano anterior; é ainda de registar o acréscimo no consumo de reagentes, decorrente não de um maior volume de atividade, mas das características dos efluentes a tratar:

Fornecimentos e Serviços Externos

Nos Fornecimentos e Serviços Externos, a variação pode ser analisada no quadro seguinte:

Unidade: euros

	2012	2011	Varição
Subcontratos	295.695,58	657.995,03	(362.299,45)
Trab Esp-Assistência Técnica	102.160,47	81.185,50	20.974,97
Trab Esp-Auditoria/ Consultoria	23.986,88	27.570,65	(3.583,77)
Trab Esp-Estudos	17.657,94	44.568,80	(26.910,86)
Trab Esp-Análises	82.850,23	137.562,37	(54.712,14)
Trab Esp- Tratamento de Resíduos	924.711,54	762.033,31	162.678,23
Trab Esp-Monitorização	20.421,64	25.447,63	(5.025,99)
Trab Esp-Tratamento de Efluentes	175.106,50	180.759,19	(5.652,69)
Trab Esp- Fee 's de Gestão	450.058,29	504.200,29	(54.142,00)
Publicidade e Propaganda	7.677,18	8.656,42	(979,24)
Vigilância e Segurança	30.601,29	27.120,45	3.480,84
Honorários	9.832,67	23.133,06	(13.300,39)
Cons e Rep - Edifícios e outras construções	178.147,04	327.697,98	(149.550,94)
Cons e Rep - Equipam. básico	1.309.553,20	1.647.223,09	(337.669,89)
Cons e Rep - Equipam. transporte	18.593,09	16.286,40	2.306,69
Cons e Rep - Ferramentas e utensílios	3.571,34	1.514,35	2.056,99
Cons e Rep - Equipam. administrativo	2.141,84	1.433,80	708,04
Cons e Rep - Outras	1.410,08	1.744,59	(334,51)
Trab Esp-Outros	77.757,54	68.753,35	9.004,19
Ferramentas e Utensílios de Desg. Rápido	40.935,16	26.967,45	13.967,71
Livros e Documentação Técnica	3.200,61	2.743,27	457,34
Material de Escritório	20.173,62	13.313,30	6.860,32
Artigos para Oferta	702,75	1.606,89	(904,14)
Electricidade	3.671.690,31	3.196.231,68	475.458,63
Combustíveis	191.419,40	285.384,02	(93.964,62)
Água	123.560,76	189.828,00	(66.267,24)
Outros Fluídos	3.737,25	3.203,92	533,33
Deslocações e Estadas	23.457,67	24.926,48	(1.468,81)
Rendas e Alugueres	315.391,79	351.514,12	(36.122,33)
Comunicação	136.608,57	119.629,53	16.979,04
Seguro Viaturas	35.048,26	42.714,87	(7.666,61)
Seguros Responsabilidade Civil	16.073,98	18.646,28	(2.572,30)
Seguro Multirisco	295.903,12	300.062,67	(4.159,55)
Contencioso e Notariado	7.722,88	2.717,15	5.005,73
Despesas de Representação	2.185,18	2.869,82	(684,64)
Limpeza Higiene e Conforto	90.368,75	72.576,92	17.791,83
Reprodução Documentos	3.359,26	6.010,24	(2.650,98)
Material Laboratório	31.715,40	28.134,85	3.580,55
Jornais e Revistas	436,48	470,80	(34,32)
Jardinagem	65.585,86	55.114,79	10.471,07
Outros	197.751,24	205.898,70	(8.147,46)
Correções de Exercícios anteriores	100.357,03	40.807,72	59.549,31
TPPE - Ativos em curso	(190.016,90)	(218.194,29)	28.177,39
Total	8.919.302,77	9.318.065,44	(398.762,67)

As rubricas que apresentam variações mais relevantes são as seguintes:

- **Subcontratos**

A variação positiva face ao ano anterior deve-se a menores gastos com a exploração em regime de *outsourcing* das ETAR de Zambujeira e de Atouguia da Baleia, que passaram a ser exploradas diretamente pela empresa.

- **Trabalhos Especializados**

Nesta rubrica, a variação negativa, face a 2011, é justificada essencialmente por maiores gastos, de cerca de 163 mil euros, com tratamento de resíduos na atividade de Saneamento, resultado de maiores cargas poluentes na água residual que chegou às estações de tratamento comparativamente ao que se verificou em anos anteriores, decorrente de um número significativo de descargas industriais anómalas nos sistemas municipais.

Contrariamente, verificou-se uma redução dos gastos com análises, de valor aproximado de 55 mil euros. A empresa continuou com o que já havia implementado em 2011, procedendo à alteração de metodologias, que implicaram a redução do número de análises realizadas face a anos anteriores. Com o novo contrato de prestação de serviços de controlo analítico para a água de abastecimento e águas residuais (incluindo a monitorização dos meios recetores), que teve início em janeiro de 2012, foi possível obter reduções de custos da ordem dos 37% no abastecimento de água e de 47% no saneamento, comparativamente aos valores de 2011.

Também face ao ano anterior, os encargos com *fee's* de gestão foram inferiores, em virtude de um menor volume de negócios face a 2011.

- **Conservação e Reparação**

Trata-se de uma rubrica cujo resultado depende, em grande medida, da ocorrência de situações não previstas e que afetam as suas infraestruturas.

A diminuição de gastos verificada, está relacionada, em parte, com menores gastos referentes a sinistros, fundamentalmente roubos e danos ocorridos nas ETAR da empresa no ano anterior.

- **Energia**

O aumento dos gastos com energia justifica-se, por um lado, pelo acréscimo do número de infraestruturas em exploração e pelo aumento do preço face ao ano anterior e, por outro, pelo maior consumo de energia, resultado de maiores cargas poluentes na água residual que chegou às estações de tratamento comparativamente ao que se verificou em anos anteriores, decorrente de um número significativo de descargas industriais anómalas nos sistemas municipais.

- **Combustíveis**

Na rubrica de combustíveis observa-se uma variação positiva, quer pela diminuição do consumo de gasóleo para geradores, pelo facto da EDP ter concretizado as ligações dos ramais de energia a algumas infraestruturas, quer pela diminuição do consumo de gasóleo para viaturas.

À semelhança do já realizado em 2011, a Empresa continuou a procurar otimização de rotinas e das rotas efetuadas, permitindo a redução dos quilómetros percorridos e a diminuição da média de litros consumida, tendo inclusive adquirido *software* de gestão de frota através de GPS, para o efeito.

- Correções relativas a exercícios anteriores

Nesta rubrica a variação é explicada, essencialmente, por gastos diversos referentes a anos anteriores, nomeadamente gastos incorridos pelo município de Azambuja debitados à Águas do Oeste, tais como eletricidade, reparações e trabalhos diversos.

A Águas do Oeste, continuou em 2012 a prosseguir as orientações emanadas para o Setor Empresarial do Estado, procedendo, sempre que possível e que não compromettesse a atividade desenvolvida, a um esforço de redução e contenção de custos.

Gastos com o Pessoal

Nos Gastos com o pessoal é de salientar a diminuição dos custos com remunerações dos Órgãos Sociais e dos colaboradores, essencialmente pelo facto de se ter procedido em conformidade com as medidas de contenção de despesas nomeadamente com a redução das remunerações totais líquidas mensais.

A empresa procedeu à aplicação das medidas previstas na lei 12-A/2010 de 30 de junho no que respeita às remunerações dos órgãos sociais, e aplicou a Lei 55-A/2010 de 31 de dezembro, mediante a redução das remunerações líquidas mensais superiores a 1.500 euros, assim como teve em consideração a Lei do Orçamento de Estado para 2013, no que respeita ao pagamento e constituição de provisão de subsídio de férias.

Apesar de um aumento no número de infraestruturas em exploração, a empresa não aumentou o seu quadro de pessoal.

Face ao ano anterior, é de referir ainda uma menor capitalização de gastos com o pessoal, respeitantes ao Departamento de Estudos e Sistemas de Informação e à Direção de Infraestruturas, derivado de um menor volume de investimento.

Depois da análise dos custos e dos proveitos, os resultados decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:

Unidade: euros

	2010	2011	2012
Resultados Operacionais	680.134,04	3.401.717,80	975.861,84
Resultados Financeiros	(2.576.298,18)	(3.288.118,89)	(4.246.101,73)
Resultados Antes de Impostos	(1.896.164,14)	113.598,91	(3.270.239,89)
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício	(15.454,04)	(13.235,39)	(36.785,88)
Impostos Diferidos	1.130.994,24	295.437,15	138.357,42
Resultado Líquido do Exercício	(780.623,94)	395.800,67	(3.168.668,35)

No quadro seguinte apresentam-se alguns indicadores económicos, para uma análise mais completa:

Rácios	2010	2011	2012
Rentabilidade dos Capitais Próprios	(-3,37%)	1,68%	(-15,34%)
Rentabilidade Económica	(-0,25%)	0,13%	(-1,07%)
Rentabilidade das Vendas	(-2,98%)	1,17%	(-10,56%)

Indicadores Financeiros

O quadro seguinte representa as principais rubricas que compõem o ativo da Empresa:

Unidade: euros

	2010	2011	2012
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	248.962.014,45	233.777.150,99	227.526.015,06
Investimentos financeiros	5.327.455,71	6.502.943,34	7.734.117,94
Impostos Diferidos ativos	6.219.303,50	4.309.139,54	4.564.432,15
Clientes e outros ativos não correntes	-	2.043.214,01	5.619.907,00
Ativos Correntes			
Inventários	58.422,59	49.320,29	22.992,71
Clientes	22.976.608,09	33.383.231,27	33.759.775,63
Estado e outros entes públicos	124.492,31	298.429,46	155.636,27
Imposto sobre o rendimento do exercício	112.890,89	184.004,92	347.086,06
Outros ativos correntes	24.618.990,78	22.174.302,81	15.618.608,79
Caixa e seus equivalentes	180.661,83	1.314.949,64	1.739.936,01
Total Ativo	308.580.840,15	304.036.686,27	297.088.507,62

Ativos Intangíveis

No que diz respeito à evolução do Ativo Intangível, é de salientar o investimento realizado em 2012, de 4.964.119,72 euros.

Investimentos Financeiros

O aumento verificado de 2011 para 2012, decorre do reforço do Fundo de Reconstituição do Capital Social.

Impostos Diferidos Ativos

O valor de 4.564.432,15 euros refere-se à constituição de impostos diferidos ativos, pelo facto de as amortizações do exercício contabilísticas compreenderem as amortizações do investimento futuro, que não são aceites fiscalmente.

Clientes

Em clientes, no montante de 33.759.775,63 euros, estão reconhecidos 1.607.886,16 euros sobre a forma de Acordos de Pagamento e 9.481.547,50 euros, sobre processos de injunção.

No valor referente à dívida corrente de municípios, está incluído o montante de 2.892.087,80 euros correspondente a valores associados à faturação, em 2011, do diferencial entre os valores mínimos garantidos e os valores faturados em 2010, corrigido de 408.161,90 euros, nos termos anteriormente referidos na explicação do desvio das vendas, assim como o montante de 2.411.367,23 euros, que haviam sido faturados em 2010 ao município de Alcobaça, referente aos valores mínimos contratuais, em virtude da empresa ter sido impedida de iniciar o abastecimento apesar de se encontrar em condições de o fazer, corrigido de 90.454,81 euros. A empresa apenas procedeu à emissão de notas de crédito para correção dos valores faturados de valores mínimos garantido de 2010, em janeiro de 2013, contudo refletiu esse acerto nos resultados de 2012.

Está também reconhecido como dívida de clientes, os valores registados como acréscimo de rendimentos, no valor de 3.898.539,85 euros e de 2.188.371,21 euros referente ao diferencial entre o faturado de abastecimento de água e os valores mínimos garantidos respeitantes a 2011 e 2012, respetivamente, de acordo com o Decreto-Lei 195/2009 de 20 de agosto, assim como 629.874,00 euros

referentes a caudal do período de 2005 a 2009, pelo facto de, em anos anteriores, se ter procedido à dedução de 5% aos caudais de abastecimento de água faturados a dois municípios.

A Águas do Oeste tem vindo a desenvolver esforços no sentido de resolver junto dos utilizadores/ clientes, a situação das dívidas vencidas, procurando estabelecer, em primeiro lugar, acordos de pagamento da dívida, tendo, contudo, em municípios em que tal não é possível, procedido à abertura de processos de injunção.

Em dezembro, os montantes em dívida cobertos por Acordos de Pagamento eram:

Unidade: euros

Clientes	Montante
Alcobaça	1.772.115,28
Azambuja - município	1.113.391,92
Cadaval	470.737,43
Bombarral	1.613.168,38
Óbidos	719.032,34
Lourinhã	662.868,13
Rio Maior	571.499,50
SM Nazaré	304.980,18
	7.227.793,16

Os clientes sobre os quais existiam processos de injunção abertos eram os seguintes:

Unidade: euros

Clientes	Montante
Águas de Alenquer	3.787.424,05
Nazaré	2.774.427,57
Arruda dos Vinhos	1.550.704,93
Sobral Monte Agraço	821.714,66
Óbidos	349.837,51
Alcobaça	197.438,78
	9.481.547,50

As dívidas de clientes não cobertas por injunções e acordos, em 31 de dezembro de 2012, eram:

Unidade: euros

Clientes	Total
Alcobaça	3.019.400,61
Águas de Alenquer	2.188.901,74
Arruda dos Vinhos	1.241.700,81
Azambuja	586.739,24
Águas de Azambuja	1.472.520,13
Bombarral	235.217,22
Cadaval	192.196,03
Caldas da Rainha	665.605,22
Lourinhã	721.598,15
Mafra-Compagnie Générale des Eaux	230.083,39
Óbidos	944.754,81
SMAS da Nazaré	95.517,08
Nazaré	1.131.093,27
Peniche	147.160,50
Rio Maior	667.222,37
Sobral de Monte Agraço	886.365,34
Torres Vedras	1.610.932,13
Valorsul	357.320,57
Min. Justiça	56.052,97
Roca	947,70
Casa Stos Lima	654,53
Pernord Ricard	167,52
Zagope	16,10
Somague	6,17
	16.452.173,60

Estado e Outros Entes Públicos

Em Estado e Outros Entes Públicos é de salientar que se encontram reconhecidos pedidos de reembolso de IVA, no valor de 45.579,43 euros e IVA a recuperar, no valor de 110.056,84 euros.

Imposto sobre o Rendimento do Exercício

Nesta rubrica encontra-se registado o valor de 241.199,36 euros de pagamento especial por conta, 117.979,32 euros de retenção de imposto sobre juros e Imposto estimado no valor de 12.092,62 euros.

Outros Ativos Correntes

A variação nesta rubrica, face a 2011, justifica-se por um menor valor contabilizado como dívida respeitante ao reconhecimento dos montantes ainda por receber do Fundo de Coesão. A empresa em 2012, procedeu à regularização de 4 milhões de euros, corrigindo o valor de despesa que havia sido registada e considerada como elegível em anos anteriores, após validação por parte do POVT de pedidos

de pagamento e despesa apresentada. Em 2012 a Águas do Oeste recebeu do Fundo Coesão cerca de 2 milhões de euros. De acordo com o Investimento elegível realizado até 31 de dezembro de 2011, encontra-se ainda por receber o valor de 13.494.319,43 euros.

Terminou no final do ano passado o prazo limite de elegibilidade das despesas de investimento para as candidaturas ao Fundo Coesão que ainda estavam em vigor, tendo a empresa enviado ao POVT até ao final de março, os restantes pedidos de pagamento. A AdO aguarda a validação dos pedidos de pagamento apresentados e ainda não pagos, assim como eventuais correções financeiras, pelo que o valor apresentado como valor a receber poderá ser inferior, decorrente dessas correções e eventual não recebimento efetivo dos valores pedidos.

Em Outros Ativos Correntes, encontra-se ainda registado:

- Acréscimos de Proveitos, estão reconhecidos: 1.019.884,78 euros respeitantes a juros de mora a faturar; 333.835,77 euros referentes a indemnizações a receber de seguro; e 243.806,19 euros referentes a juros a receber de investimentos financeiros.
- Gastos a reconhecer, 497,74 euros referentes a seguros, 5.191,58 euros respeitantes a encargos bancários e 2.046,62 euros referente a gastos diversos.

A situação líquida da Águas do Oeste é a que resulta dos capitais próprios, conforme quadro que se segue:

Unidade: euros

	2010	2011	2012
Capital	29.733.969,60	29.733.969,60	30.000.000,00
Reservas e outros ajustamentos	77.730,88	77.730,88	97.520,91
Resultados transitados	(5.869.934,41)	(6.650.558,35)	(6.274.547,71)
Resultado líquido do exercício	(780.623,94)	395.800,67	(3.168.668,35)
Total dos Capitais Próprios	23.161.142,13	23.556.942,80	20.654.304,85

O quadro seguinte representa as principais rubricas que compõem o Passivo da Empresa:

Unidade: euros

	2010	2011	2012
Passivos Não Correntes			
Provisões	-	-	-
Empréstimos	116.237.064,14	114.949.923,88	122.734.310,93
Fornecedores e outros passivos não correntes	13.099.213,53	12.300.929,92	11.734.350,17
Impostos diferidos passivos	5.088.309,26	2.882.708,15	2.999.643,34
Acréscimos de custos de investimento contratual	19.081.042,18	9.568.303,36	8.832.779,26
Subsídios ao investimento	106.631.832,75	103.958.720,04	96.166.018,54
Passivos Correntes			
Empréstimos	17.842.928,17	27.027.791,79	22.503.404,80
Fornecedores	4.700.122,54	5.010.514,08	7.257.598,62
Outros passivos correntes	2.108.613,04	4.398.053,84	3.907.292,98
Estado e outros entes públicos	630.572,41	382.798,41	298.804,13
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-
Total Passivo	285.419.698,02	280.479.743,47	276.434.202,77

Passivos Não Correntes

Empréstimos

Esta rubrica representa o empréstimo contraído junto do Banco Europeu de Investimento, designado por BEI III, no montante de 111.477.900 euros e por BEI II, no montante de 12.000.000,00 euros, deduzido do montante de 743.589,07 euros respeitantes a custos a diferir com a montagem do Empréstimo BEI III, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª utilização e BEI II 1ª utilização.

Fornecedores e Outros Passivos Não Correntes

Encontra-se registado em fornecedores de investimento o reconhecimento da dívida à Epal pela aquisição das infraestruturas, de acordo com o contrato celebrado em 19 de dezembro de 2003, no valor de 10.021.895,29 euros, bem como 590.205,97 euros referentes a retenção a fornecedores, por conta de garantia de empreitadas e de prestações de serviços.

Impostos Diferidos Passivos

O valor de 2.999.643,34 euros, refere-se à constituição de impostos diferidos passivos referente ao subsídio reconhecido respeitante a investimento futuro e ao impacto de transição das amortizações, pelas razões já expostas anteriormente.

Acréscimos de custos investimento contratual

O valor de 8.832.779,26 euros diz respeito ao custo com amortizações do investimento contratual esperado.

Subsídios ao investimento

O valor registado diz respeito a Proveitos Diferidos pelo reconhecimento do direito a subsídios do Fundo de Coesão.

O reconhecimento do subsídio é feito pela aplicação do critério definido ao abrigo dos contratos de concessão e das regras regulatórias, isto é, são considerados os investimentos realizados e a quota-parte anual do investimento a realizar no futuro.

A empresa adota a mesma metodologia das amortizações para o reconhecimento dos subsídios.

Passivos Correntes

Empréstimos

O valor registado diz respeito à utilização das linhas de crédito existentes e a empréstimos da AdP-SGPS, no valor de 8 milhões de euros, assim como ao valor do empréstimo do BEI cuja amortização ocorrerá em 2013, no valor de 2.186.410,00 euros.

A 31 de dezembro, vigoravam duas linhas de crédito no BES, no valor total de 15 milhões de euros, e uma linha no BPI no valor de 4 milhões de euros.

Fornecedores

Nesta rubrica estão reconhecidos 5.117.254,92 euros, referentes a fornecedores conta corrente e 2.140.343,70 euros, referentes a fornecedores de Imobilizado.

Outros Passivos Correntes

Em outros passivos correntes, é de salientar o valor registados como acréscimos de gastos referentes ao reconhecimento do valor a pagar à Epal respeitante ao valor mínimo garantido de 2012, face ao volume de água adquirida, no montante de 1.394.154,74 euros.

Estado e Outros Entes Públicos

Na rubrica Estado e Outros Entes Públicos, o montante de 298.804,13 euros respeita, em 78.814,27 euros, a retenções na fonte de IRS e IRC, em 49.786,12 euros, a contribuições para a Segurança Social, em 370,40 euros, a contribuições a pagar à Caixa Geral de Aposentações e 169.832,74 euros à Taxa de Recursos Hídricos.

Investimento

O investimento realizado em 2012, foi de 4.964.119,72 euros.

O investimento em empreitadas foi de cerca de 3,2 milhões de euros.

Este valor poderia ter sido superior, na ordem dos 200 mil euros, se tivessem ocorrido os pagamentos associados ao encerramento de contas de algumas empreitadas, o que não se verificou, por razões que não estão na estrita dependência da Águas do Oeste S.A.. Trata-se de empreitadas cujas infraestruturas se encontram em pleno funcionamento, resolvendo problemas ambientais e gerando os correspondentes proveitos, mas que, por condicionalismos vários, incluindo situações de insolvência e processos em contencioso, viram o encerramento de contas dilatado no tempo.

Salienta-se que, no respeitante à Empreitada de Conceção/ Construção da ETAR do Paço e Sistema de Saneamento do Paço - II Fase, apesar do desvio financeiro relativamente ao previsto para 2012, foi iniciada a fase de arranque da ETAR e de parte significativa do sistema de saneamento, pese embora com algumas limitações em matéria de fornecimento de energia. Resolvidas que estejam as limitações associadas ao fornecimento de energia e com a conclusão de alguns ensaios dela dependente, a par de outras faltas identificadas em vistoria, será efetuado o encerramento da empreitada. O valor do investimento correspondente ao encerramento financeiro da empreitada, que pela razão mencionada transitou para 2013, será da ordem dos 300 mil euros.

Os investimentos correspondentes à Empreitada de Aquisição e Montagem de ESP's/ EPC's/ EEC's/ Medidas de engenharia - Instalações da Águas do Oeste – Saneamento e Empreitada de Aquisição e Montagem de ESP's/ EPC's/ EEC's/ Medidas de engenharia - Instalações da Águas do Oeste – Abastecimento, previstos no OPT12, só virão a ser executados no ano de 2013 e, alguns deles, nos anos seguintes. Trata-se de investimentos onde se procurou uma ainda maior seletividade na sua execução, com a realização de avaliações de riscos e levantamentos de campo complementares com um grau de detalhe muito significativo. Resultado deste trabalho prévio foi possível calendarizar em dois momentos o investimento a realizar o que, mesmo retardando o início dos trabalhos iniciais, conduz a um menor esforço financeiro da empresa.

Projetos, Estudos e Sistemas de Informação

No respeitante ao desenvolvimento de processos para contratação através de procedimentos para a construção ou remodelação de infraestruturas, destacam-se os seguintes:

Atividade de Abastecimento de Água

- Inspeção e Verificação das Condições de Funcionamento da Captação de Água RA2;
- Instalações Elétricas de Baixa Tensão – Reservatório de Marmeleira;
- *Up-grade* de sistemas elevatórios para a racionalização de consumos energéticos. Estes processos serão concretizados no decorrer de 2013.

Atividade de Saneamento de Águas Residuais

- Fornecimento e Montagem de Quadro Elétrico na ETAR de Miragaia;
- Instalação e Licenciamento de Grupos Eletrogéneos EEI, 2 e 3 de Santa Cruz;
- Elaboração e envio aos utilizadores do documento associado à configuração da solução de medição de caudal (atividade de saneamento). A aprovação desta solução pelos utilizadores e Concedente permitirá alargar ao universo da concessão a faturação baseada na medição de caudais;
- Estudo e definição de pilotos para racionalização de consumos energéticos em sistema de desodorização, arejamento e desinfecção de águas de águas residuais;

- Estes processos serão concretizados no decorrer de 2013.
- Reformulação do Sistema de Saneamento de Porto Novo/ Santa Rita (Margem Sul do Rio Alcabrichel);
- Reformulação do Sistema de Saneamento de Vila Nova de S. Pedro - II Fase.

Estudos e atividades acessórias

No que respeita a Estudos e atividades acessórias executados e desenvolvidos durante 2012, destacam-se os seguintes:

- Revisão do memorando e elaboração de documentos adicionais sobre avaliação das necessidades de água em “alta” dos Municípios da região Oeste, em função das reuniões bilaterais tidas com os municípios;
- Revisão dos modelos técnicos de suporte à revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Águas do Oeste, em função das alterações decorrentes das reuniões tidas com os municípios no que respeita à estimativa das necessidades futuras dos utilizadores;
- Acompanhamento direto das reuniões de trabalho com os municípios envolvidos no estudo de integração das “baixas” no Sistema Multimunicipal;
- Apreciação e verificação dos documentos finais que compõem o Programa Técnico definitivo do Sistema Integrado de Distribuição de Água e Recolha de Efluentes dos Municípios do Oeste (projeto de verticalização);
- Participação no grupo de trabalho da AdP – Engenharia no âmbito da uniformização dos modelos técnicos de suporte à revisão dos Estudos de Viabilidade Económica e Financeira das empresas de Lisboa e Vale do Tejo;
- Produção dos relatórios de progresso do 2º semestre de 2011 e 1º semestre de 2012 dos Projetos BEI-II e BEI-III;
- Acompanhamento da visita de acompanhamento físico por parte do POVT dos subsistemas abrangidos pelas candidaturas ao Fundo de Coesão da 3ª Fase - Abastecimento de Água e 2º Grupo de Projetos de Águas Residuais;
- Elaboração dos relatórios finais das candidaturas ao Fundo de Coesão FC2004/006 – 2º grupo de projetos de saneamento e FC2004/008 – 3ª fase abastecimento de água, incluído a preparação dos dados para a revisão das respetivas análises de *cash-flow*;
- Acompanhamento do processo de avaliação e análise, em conjunto com a AdP, do Plano de Gestão da Região das Ribeiras do Oeste;
- Preparação e envio do processo de licenciamento para autorização de ocupação de solos em zona de aproveitamento hidroagrícola da ETAR de São João da Ribeira/ Ribeira de São João;
- Elaboração e envio do processo de licenciamento para utilização de Domínio Público Hídrico da ETAR do Casalinho;
- Elaboração e envio de pedido de autorização junto do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, para ocupação de terreno na área dominial do Porto da Nazaré, no âmbito da construção da conduta elevatória final da ETAR da Nazaré;
- Análise e emissão de parecer sobre o Plano de Pormenor da Barreira Alta (município de Torres Vedras);
- Elaboração de parecer relacionada com o processo de revisão do Plano Diretor Municipal da Lourinhã – Relatório de Fatores Críticos para a decisão;
- Análise da viabilidade de criação de novo ponto de entrega de água ao Município de Rio Maior – zona norte da cidade de Rio Maior;
- Análise da viabilidade de criação de novo ponto de entrega de água ao Município da Nazaré, associado ao atual ponto de entrega da Pederneira, permitindo a adução de água ao reservatório do Sítio;

- Estudo de máxima cheia da ETAR de São João da Ribeira / Ribeira de S. João;
- Santiago dos Velhos (Município de Arruda dos Vinhos): Análise da viabilidade de recolha de parte das águas residuais urbanas do lugar de Adoseiros pelo sistema interceptor já existente, com o objetivo de minorar os impactos negativos da atual descarga junto à povoação;
- Sistema de Saneamento de Dois Portos (Município de Torres Vedras): Análise da viabilidade de recolha de parte das águas residuais urbanas do lugar de Ribaldeira pelo sistema interceptor já existente, com o objetivo de minorar os impactos negativos da atual descarga junto à povoação;
- Construção do modelo hidráulico dos Subsistemas de Abastecimento de Água I (Zona Centro) e II (Zona Norte) com recurso à ferramenta EPANET.

Sistemas de Informação Geográfica

Na área de Sistemas de Informação Geográfica tiveram lugar, em 2012, as seguintes atividades principais:

- Revisão e carregamento das telas finais recebidas durante o ano em causa, e acompanhamento dos processos de receção definitiva de obras de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais;
- Validação de localizações e extensões de condutas na elaboração do plano de trabalhos de obras em curso;
- Elaboração de mapas para monitorização dos meios recetores;
- Validações de áreas de terrenos adquiridos pela AdO, com vista a realização das respetivas escrituras;
- Preparação e envio de cadastro das infraestruturas geridas pela AdO a entidades externas, e aos Municípios abrangidos pelo Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais;
- Levantamento e identificação pormenorizada dos pontos de recolha existentes ao longo dos diversos Subsistemas Intercetores geridos pela empresa;
- Elaboração de plantas de implantação de apoio à identificação dos pontos de medição de caudal nos Sistemas de Saneamento da Águas do Oeste (medição de caudal em Subsistemas com serviço a mais que um cliente);
- Apoio topográfico e cadastral a várias intervenções e obras de abastecimento de água e saneamento;
- Levantamento das áreas ocupadas pelas ETAR da AdO, bem como identificação das áreas de ocupação de Domínio Público Hídrico das mesmas, no âmbito do preenchimento de dados no portal da ARH Tejo;
- Carregamento no SIG AdO de informação obtida junto do Instituto Nacional de Estatística (INE) relacionada com dados alfanuméricos e geográficos (BGRI) resultantes da campanha Censos 2011;
- Produção de elementos cadastrais de apoio ao sistema de localização por GPS das viaturas operacionais da empresa;
- Diagnóstico, verificação da consistência e organização da informação existente no SIG AdO para planeamento da implementação da componente Web da Solução G/ InterAqua, e consequente alteração da organização da base de dados.

Sistemas de Informação

No que respeita aos Sistemas de Informação, há a destacar as seguintes atividades:

- Fecho do processo de contratação para aluguer operacional de duas unidades multifuncionais (impressão, cópia, fax e digitalização) a instalar na sede – Convento de S. Miguel e no Centro Operacional da Charneca,
- Otimização do funcionamento da rede informática da sede da empresa - Convento de S. Miguel, com aquisição e configuração de novo *switch*;
- Início do processo de implementação da componente Web da Solução G/ InterAqua – SIG AdO;
- Acompanhamento e análise da solução técnica desenhada pela empresa Aquasis no âmbito do procedimento de fornecimento de equipamento e de serviços de suporte à rede de comunicações multisserviços, com vista à melhoria significativa das condições de funcionamento, com o aumento de largura de banda entre *sites* da empresa;
- Levantamento e caracterização de pormenor das infraestruturas que compõem a rede informática da empresa, no âmbito do projeto de análise e identificação de oportunidades de redução de custos do Sistemas de Informação no grupo AdP;
- Revisão do estudo realizado no ano transato com vista à otimização do funcionamento e rentabilização dos recursos informáticos da AdO, nomeadamente ao nível das oportunidades de atualização da tecnologia das soluções atuais em termos de servidores e *software* associado, identificação de oportunidades de redução de custos com comunicações e perspetiva de aumento de qualidade e número de serviços disponibilizados aos utilizadores;
- Encaminhamento para destino final adequado, através de entidade certificada para o efeito, de 132 kg de resíduos relacionados com material informático avariado e obsoleto.

Obras

A execução do plano de investimentos incorporou, como não poderia deixar de o fazer, as severas restrições no acesso a financiamento e limites ao endividamento e, nestas condições, foi conferida prioridade a investimentos considerados inadiáveis. Conforme consta do Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015 apresentado pelo Governo da República, e vertido no plano de investimentos, "Os programas de investimento das empresas do SEE, mesmo que anteriormente aprovados, estão a ser objeto de revisão. Só serão concretizados os investimentos que resultem de compromissos já assumidos, e cuja interrupção implique para o Estado custos significativos relativamente aos da sua conclusão, e aqueles que se revelem indispensáveis à segurança de pessoas e bens, quando a mesma não possa ser assegurada com uma diminuição razoável dos padrões de qualidade ou quantidade do serviço prestado."

Neste quadro, o investimento realizado em 2012 focalizou-se no estritamente necessário à resolução de problemas ambientais significativos ou de intervenções necessárias para melhorar o funcionamento de instalações já existentes, para garantir o cumprimento de licenças e requisitos legais e para garantir a segurança dos trabalhadores. Foram ainda criadas condições para que possa ser dado um impulso muito significativo a outros investimentos, caracterizados por valores pouco representativos, mas com reflexos relevantes na redução dos custos de energia da empresa, cuja execução se espera concretizada no ano de 2013.

No contexto acima referido, salienta-se:

- O desenvolvimento de estudos e projetos para a construção de quatro novos sistemas interceptores e cinco estações de tratamento de águas residuais (A-dos-Arcos, Arrifana, Margem Norte, Santiago dos Velhos e Vale da Borra);
- O desenvolvimento de estudos com vista ao reforço de melhorias da gestão de energia, a ocorrer no ano de 2013, em sistemas de desodorização, arejamento e desinfecção de ETAR e em estações elevatórias;

- O encerramento de cinco empreitadas cuja conclusão estava prevista para 2013, face ao quadro de insolvência de diversos adjudicatários. Em outras duas empreitadas, condicionadas por problemas similares, foram encontradas soluções que permitiram assegurar, tal como previsto, a conclusão dos trabalhos no início de 2013;
- O desenvolvimento e encerramento de mais seis empreitadas, a que acresce mais quatro em fase de vistorias e ligações de energia elétrica e uma outra em execução;
- O investimento em empreitadas de cerca de 3,2 milhões de euros;
- O arranque de cerca de 70 novos pontos de recolha, respondendo a problemas ambientais e aumentando a população servida com recolha e tratamento de águas residuais
- A continuação do processo de negociação com os proprietários das parcelas de terrenos, necessárias para a construção das infraestruturas, bem como do processo para a obtenção da respetiva Declaração de Utilidade Pública;
- A conclusão de cinco processos de receção definitiva de empreitadas, num total de 16 processos de vistoria entretanto iniciados ou em curso.

Os investimentos mais relevantes que contribuíram para a concretização destes objetivos foram os abaixo indicados.

Atividade Abastecimento de Água

- Fornecimento e Instalação de Grupos Eletrogéneos – Sistema de Abastecimento

Este investimento permitiu reforçar a segurança do funcionamento do Sistema Multimunicipal face a cenários de contingência.

- Empreitada de Conceção/ Construção de Sistema de Medição de Caudal - Sistema de Abastecimento

Através da execução destes investimentos foi melhorada a qualidade da medição de caudal associada a sistemas de abastecimento de água.

- Execução do Ponto de Entrega de Peral

A execução desta intervenção permitiu reforçar a qualidade do abastecimento a este ponto de entrega.

- Instalações Elétricas de Baixa Tensão – Reservatório de Marmeleira

A execução deste investimento permite melhorar o nível de serviço prestado que, por dificuldades do sistema em “baixa”, exige cuidado acrescido.

Atividade Saneamento de Águas Residuais

- Sistema interceptor da Margem Norte;

- Ampliação do Sistema de Saneamento da Nazaré;

- Sistema de Saneamento de Arruda dos Vinhos;

- Sistema de Saneamento de Rio Maior;

- Ampliação do Sistema do Sistema de Saneamento do Real 2ª Fase e Casal do Camarão.

A conclusão destas empreitadas estava condicionada pela situação de insolvência do adjudicatário. Por essa razão o OPT 2012 previa a sua conclusão no ano de 2013.

No entanto, foi possível criar condições que permitiram a retoma dos trabalhos e a conclusão das cinco empreitadas.

No respeitante às duas últimas, elas foram decisivas para a resolução de problemas ambientais e acréscimo de ligações ao sistema multimunicipal.

- Empreitada de Execução de Emissários e Intercetores da AdO

No que respeita a esta intervenção, também ela condicionada por problemas associados à insolvência do adjudicatário, foram alcançados a generalidade dos objetivos fixados para a mesma.

Tal permitiu que fossem colocados em serviços diversos intercetores, estações elevatórias (EE) e pontos de recolha (PR), resolvendo problemas ambientais e incrementando as ligações ao sistema multimunicipal [e.g. EE e PR de Casais Brancos (SS Atouguia da Baleia - Peniche), EE de Nadrupe e sistema intercetor a montante (SS Miragaia - Lourinhã), intercetor de Casal Novo e respetivos PR (SS Zambujeira-Lourinhã), PR's de Sabugos, Folgados, Outeiro, Paço (SS Monfálim - Sobral de Monte Agraço), EE e sistema intercetor de São Pedro da Cadeira (SS Silveira - Torres Vedras), PR de Palhagueiras (SS Torres Vedras - Torres Vedras), PR de D. Durão (SS Real - Cadaval), PR de Palhais (SS Real-Cadaval), PR de Pero Negro (SS Gosundeira - Sobral de Monte Agraço), EE de Vale Grou e sistema intercetor a montante (SS Atouguia-Peniche), EE de Jurássico e sistema intercetor a montante (SS Zambujeira - Lourinhã), 4 EE e ETAR de Runa (SS Runa - Torres Vedras), 3 EE e ETAR de Dois Portos (SS Dois Portos - Torres Vedras), bem como da EE de Louriceira (SS Pontes de Monfálim - Arruda dos Vinhos), PR Martim Afonso e Pinheiro (SS Pontes de Monfálim - Sobral de Monte Agraço), PR Correeira (SS Real - Cadaval) e PR de Carvoeira (SS Dois Portos - Torres Vedras)].

- Empreitada de execução do Sistema de Saneamento de Azambuja (Lote B)

No respeitante à Empreitada de execução do Sistema de Saneamento de Azambuja (Lote B), após publicação da DUP, em 27-04-2012, e posterior posse dos terrenos, foram executados os troços em falta, em agosto de 2012, e disponibilizado o serviço em "alta" no sistema de Aveiras. Encontra-se em conclusão um outro subsistema (Casais de Baixo).

- Empreitada de Conceção/ Construção das EE compactas de Tagarro, Espinheira e Louriceira

Com esta intervenção foi possível colocar em serviço, ainda em 2012, a EE de Louriceira. A EE de Tagarro aguarda a ligação de energia elétrica e a de Espinheira uma intervenção, a jusante, que permita a sua colocação em serviço.

- Empreitada de Conceção/ Construção da ETAR do Paço e Sistema de Saneamento do Paço - II Fase

A empreitada, com conclusão prevista para o final de 2012, encontra-se em fase de vistorias finais. A conclusão de todos os trabalhos na ETAR está dependente da execução do ramal de energia de média tensão, contratualizado pelo adjudicatário à EDP, e que se aguarda.

Não obstante, no final de 2012, a ETAR já se encontra a receber e a tratar efluentes com origem no Município de Lourinhã.

- Empreitada de Conceção/Construção de Sistema de Medição de Caudal (2ª Fase) - Sistema de Saneamento;
- Empreitada de Conceção/ Construção de Sistema de Medição de Caudal (1ª Fase) - ETAR Virtudes, ETAR Casalinho, Ponto de Medição CHR.MB.07;

A instalação de um conjunto de novos medidores de caudal permitiu criar condições para que, no universo dos utilizadores do Sistema, a faturação seja realizada com base na medição de caudais.

- Reabilitação do Sistema de Saneamento e ETAR de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja)

Após a reabilitação do sistema de saneamento e da ETAR de Vila Nova de São Pedro, este sistema foi colocado em funcionamento, no primeiro semestre de 2012.

- Empreitada de Conceção/ Construção para a Instalação de Grupo Elevatório e conduta de água de processo – ETAR de Fervença

Este investimento permitiu a redução de consumo de água potável na ETAR de Fervença. A melhoria do desempenho ambiental associado a este investimento teve uma significativa repercussão na redução de custos daquela ETAR.

- Abastecimento de água de processo – ETAR de São Martinho do Porto

Este investimento permitiu a redução de consumo de água potável na ETAR de São Martinho do Porto. A melhoria do desempenho ambiental associado a este investimento teve uma significativa repercussão na redução de custos daquela ETAR.

- Empreitada de Conceção/ Construção para a Reposição de Infraestruturas Elétricas e Mecânicas das ETAR de Gosundeira, Dois Portos e Runa (Torres Vedras)

Estes trabalhos permitiram reabilitar as ETAR de Gosundeira, Runa e Dois Portos, cujo nível de destruição, após ocorrência de diversos furtos, foi muito significativo. A sua colocação em serviço permitiu a entrada em serviço de um conjunto muito significativo de interceptores e estações elevatórias e a recolha e adequado tratamento das águas residuais produzidas nos aglomerados urbanos servidos por esses sistemas.

- Empreitada de Ampliação do Sistema de Saneamento de Maceira (Subsistemas de Sobreiro Curvo, Serpigeira e A-dos-Cunhados)
O desenvolvimento desta empreitada, cuja conclusão estava prevista para fevereiro de 2013, deverá sofrer ajustamento do calendário de execução, tendo em conta as condições hidrogeológicas associadas ao local de execução dos trabalhos.
- Fornecimento e Montagem de Quadro Elétrico na ETAR de Miragaia
Este investimento permitiu enquadrar a alimentação de energia a esta instalação, de modo concertado com as disposições regulamentares aplicáveis.

Arranques

No ano de 2012 foi significativamente reforçado o esforço da empresa, já evidenciado em anos anteriores, no arranque de diversas instalações e ligações de pontos de recolha. A concretização de um tão elevado número de arranques, com toda a complexidade, no plano externo, com adjudicatários, utilizadores do sistema mas também de articulação interna, e numa fase em que a atividade de exploração da empresa já é muito significativa, contribuiu para a consolidação da empresa e exigiu um esforço de diversos setores da empresa, que não pode deixar de ser relevado.

Dos arranques realizados são de salientar os seguintes:

Abastecimento de Água

- A preparação do (re)arranque do Ponto de Entrega de Penedo de Santo Antão (Óbidos).

Saneamento de Águas residuais

As instalações mais significativas, cujo arranque foi executado no ano de 2012, são as seguintes:

- EE Gosundeira
- EE Macarca
- EE Raposos
- EE Malgas
- EE Pero Negro
- EE Sapataria
- EE Quinta do Hespagnol
- EE Ribeira Maria Afonso
- EE A-da-Rainha
- EE Dois Portos I

-
- EE Cintrão
 - EE Nadrupe
 - EE Sobral
 - EE Parque Jurássico
 - EE Vale de Óbidos
 - EE Folgados
 - EE Louriceira de Cima
 - EE São Pedro da Cadeira
 - EE Louriceira
 - EE Runa 1
 - EE Runa 2
 - EE Runa 3
 - EE Póvoa Manique
 - EE Casais Brancos I
 - EE Vale Grou
 - EE Vilar
 - ETAR de Runa
 - ETAR de Gosundeira
 - ETAR de Dois Portos
 - ETAR de Vila Nova de S. Pedro
 - ETAR do Paço.

Acresce ao arranque destas instalações, o arranque dos correspondentes sistemas interceptores, a articulação de ligações aos pontos de recolha dos sistemas em “baixa” e, em algumas situações, das próprias ETAR. O encadeamento de atividades associadas ao arranque, ações e formação envolvendo fornecedores de equipamentos de infraestruturas e correspondentes reuniões de equipas internas da Águas do Oeste em processos de transferência de infraestruturas determinou uma significativa alocação de tempo e esforço dos recursos disponíveis. Em resumo, no ano de 2012 procedeu-se ao arranque de um total de 26 EE de dimensão variável, 109 km de novos emissários, a que acresce a concretização do arranque de cinco ETAR.

Subsistem, pontualmente, a existência de condicionantes várias, na dependência dos sistemas em “baixa”, que determinam um arranque desfasado dos sistemas ou mesmo a impossibilidade da sua colocação em serviço.

No ano de 2012 manteve-se ainda uma significativa atividade da empresa na realização de vistorias para efeitos de receção definitiva de empreitadas ou redução de cauções prestadas, nos termos do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, e subsequente acompanhamento de trabalhos inseridos no âmbito de garantias.

No decurso do ano de 2012 foram encerrados os processos e efetuadas as receções definitivas nas seguintes empreitadas:

- Empreitada de Execução da ETAR de Reguengo Grande;
- Empreitada de Reabilitação das ETAR de Óbidos e Carregal;
- Empreitada de Construção do Sistema de Saneamento de Pontes de Monfalim;
- Empreitada de Construção do Sistema de Saneamento da Silveira - Lote I - Subsistema Norte e Cambelas;
- Empreitada de Construção do Sistema de Saneamento da Silveira - Lote II - Subsistema Sudeste.

Encontram-se em agendamento, em curso, ou conclusão, a correção de faltas identificadas nas seguintes empreitadas:

- Empreitada de Execução do interceptor do Arnoia;
- Empreitada de Construção do Emissário de Alfeizerão;
- Empreitada de Conceção/ Construção da ETAR de Torres Vedras e Emissário do Paul;
- Empreitada de Construção do Sistema de Abastecimento de Água I – Zona Centro – Lote A;
- Empreitada de Execução do Intercetor do Real - Troço Intermédio;
- Empreitada de Remodelação das EE1 e EE2 de Santa Cruz;
- Empreitada de Conceção/ Construção do Reservatório de Silheira;
- Empreitada de Construção do Sistema II – Troço Figueiredo Casal do Rei;
- Empreitada de Construção do Sistema de Abastecimento Interligações Torres Vedras/ Sobral;
- Empreitada de Execução do Sistema Abastecimento de Água I – Troço Silheira/ Delgada;
- Empreitada de Execução de Pavimentação Estrada Real (EE1 – Charneca);
- Empreitada de Construção de Emissários Gravíticos de Casal de Torneiro e Casal da Seixosa;
- Empreitada de Construção do Intercetor do Cadaval.

Subsistem algumas empreitadas, associadas a adjudicatários com processos de insolvência, cujo processo de receção definitiva apresentará alguma dificuldade acrescida:

- Empreitada de Construção do Sistema de Águas Residuais de Turcifal/ Freiria;
- Empreitada de Ampliação do Sistema de Saneamento de Aldeia Gavinha;
- Empreitada de Construção da Conduta Elevatória de Porto de Barcas.

Disponibilização de Terrenos e Licenciamentos de Obras

Num contexto adverso de ausência atempada de Declaração de Utilidade Pública (DUP), a atividade de aquisição e oneração de parcelas, por via de negociação revela-se essencial à atividade da empresa.

Sendo certo que, no ano de 2012, o número de negociações conduzidas e acordos obtidos não teve paralelo com anos anteriores – ressalva-se que o número total de parcelas oneradas e adquiridas ascende a cerca de 3700 parcelas - nem por isso se considera como menos relevante esta atividade na concretização dos objetivos da empresa.

Foram assim efetuados os procedimentos subsequentes à publicação da Declaração de Utilidade Pública, entretanto obtidas, para o sistema de saneamento de Virtudes, Miragaia e Zambujeira, o acompanhamento do processo de utilidade pública e a consequente posse Administrativa das parcelas oneradas por Servidão Administrativa.

Nesta data subsiste pendente a DUP associada ao sistema de saneamento de Arruda dos Vinhos, e que se perspectiva vir a ser obtida no ano de 2013.

Acompanhando a necessidade de execução de intervenções, mantiveram-se ainda diversas negociações, nomeadamente nos sistemas de saneamento de Paço, de Ampliação do Rio Real, de Dois Portos e de Aveiras de Cima.

No final de 2012 estavam assegurados os processos correspondentes a cerca de 3610 parcelas, por via de acordo e cerca de 91 escrituras.

A Águas do Oeste possui atualmente cerca de 2850 registos, dispersos pelas conservatórias dos 14 municípios da área de concessão. Entre proprietários, coproprietários, rendeiros envolvidos nas negociações, o número ascende aos 20 mil.

Por tudo o exposto, se compreende a absoluta indispensabilidade do instrumento DUP que, infelizmente, pecou por uma incompreensível morosidade, nunca inferior a três anos.

Por último, em virtude da extensão das infraestruturas da Águas do Oeste e sua proximidade com infraestruturas de outras entidades e concessionárias, ocupando zonas contíguas do território, efetuou-se, em 2012, um trabalho significativo na articulação e acompanhamento de trabalhos cometidos a estas entidades e concessionárias, na articulação de ligações aos sistemas.

Candidaturas ao Fundo de Coesão

São os seguintes os valores das candidaturas ao Fundo de Coesão, com as alterações já aprovadas no que diz respeito ao investimento total elegível:

Candidatura	Investimento Elegível na Decisão em vigor (€)	Despesa Apresentada no Gestor Sectorial até 31-dez-2012 (€)	Percentagem de Realização do Projeto (%)	Financiamento a Fundo Perdido (%)
FC 2000/PT/16/C/PE/001 (1º Grupo de Projetos de Saneamento)	30.266.469	30.266.469	100,00%	85%
FC 2004/PT/16/C/PE/006 (2º Grupo de Projetos de Saneamento)	71.842.856	64.562.719	89,87%	70%
FC 2004/PT/16/C/PE/008 (3ª Fase - Abastecimento de Água)	67.377.282	64.737.786	96,08%	55%

Durante o ano de 2012 é de destacar:

- A apresentação de um conjunto significativo de pedidos de pagamento, 24, no montante de 9.482.371,24 euros.
- A resposta a 29 pedidos de esclarecimento, solicitados pelo POVT, bem como a resposta aos diversos ofícios de audiência prévia relativos aos trabalhos adicionais e fiscalizações de empreitada.
- A transferência pelo IFDR do montante de 2.572.636,28 euros, referente à candidatura de saneamento- FC2000/001.

Aguardamos a receção dos saldos finais das duas candidaturas de saneamento (FC2000/001 e FC2000/006) e da candidatura de abastecimento (FC2004/008).

6. Atividade Operacional

Operação – Abastecimento de Água

Na operação do abastecimento de água, em 2012, destaca-se:

- O início do fornecimento aos pontos de entrega (PE) de Vivenda (Rio Maior) e Penedo de Sto. Antão (Óbidos), subsidiários do Sistema Norte/ Centro, previstos no Contrato de Concessão. Efetuou-se ainda a alteração da origem de água fornecida ao PE Peral (Cadaval), passando este PE a ser subsidiário do Sistema Norte/ Centro (origem Epal);
- O início da contabilização do volume fornecido, para efeitos de faturação, nos medidores de caudal definitivos, instalados nos PE do subsistema que serve os Municípios de Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço;
- O início da contabilização do volume fornecido, para efeitos de faturação, no medidor de caudal definitivo, instalado no PE de Humberto (Azambuja);

Desde 2011 que a Águas do Oeste fornece água aos 15 municípios previstos no contrato de concessão. Não obstante o arranque, em 2012, dos PE a que já se fez referência, nos municípios de Alcobaça, Óbidos e Rio Maior, continuam a existir PE cujas obras se encontram concluídas pela Águas do Oeste, mas para os quais não existe autorização daqueles municípios, para iniciar o fornecimento de água. Acresce a este facto que, no caso dos Municípios de Óbidos e Rio Maior, mantêm a exploração de captações municipais para o abastecimento público de água, contrariando o que se encontra previsto no contrato de concessão e nos respetivos contratos de fornecimento.

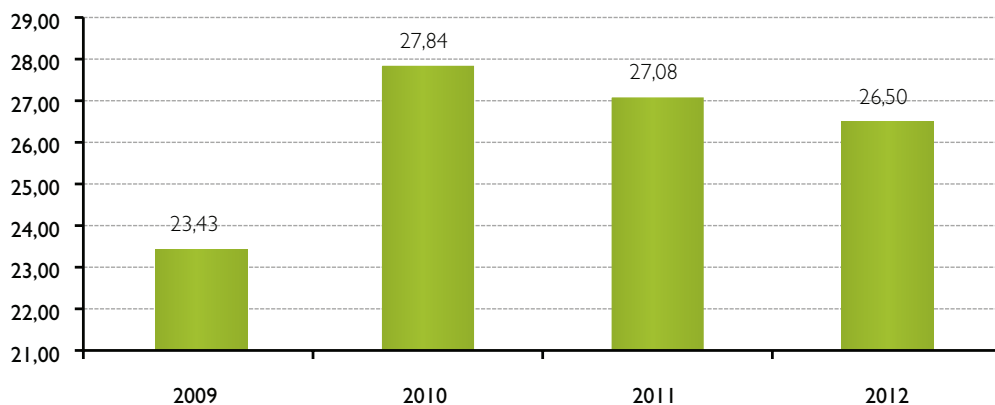
Excluindo as duas situações atrás referidas, em 2012 verificou-se uma redução significativa nos volumes fornecidos à generalidade dos “utilizadores em exclusivo”. A redução observada traduz uma alteração dos hábitos de consumo de água das pessoas e está igualmente associada à redução da atividade económica, sendo um reflexo da crise que o País atravessa. A redução das necessidades de água em “alta” poderá resultar, também, da redução do volume associado a perdas na rede em “baixa” em alguns municípios.

O arranque dos novos PE acima referidos permitiram aumentar a população servida, embora no caso do Município de Óbidos, não esteja a ser satisfeita a totalidade das necessidades do consumo em “alta” nos PE em serviço, de acordo com os elementos que a Águas do Oeste dispõe.

No caso dos “municípios clientes” (Alcobaça, Caldas da Rainha, Mafra, Nazaré e Peniche), uma vez que, contratualmente, podem satisfazer parte das necessidades de água em “alta” com o recurso à utilização de captações próprias, comparando o consumo com os volumes associados aos volumes mínimos garantidos, constata-se que todos estes municípios consumiram um volume superior, com exceção de Alcobaça.

Em termos globais, registou-se um decréscimo dos caudais fornecidos e faturados em 2012, comparativamente ao ano transato, passando dos 27,1 milhões de metros cúbicos para os 26,5 milhões de metros cúbicos, o que representa uma redução de 2,0%. Da totalidade do volume fornecido em 2012, 19,2 milhões de metros cúbicos foram fornecidos aos “utilizadores em exclusivo” e os restantes 7,3 milhões de metros cúbicos foram fornecidos aos “municípios clientes”.

Volume de Água Faturada (2009 - 2012) (milhões de metros cúbicos)



A Águas do Oeste para além da principal fonte de água que é a Epal, manteve em exploração algumas captações próprias transferidas pelos municípios que, na maioria das situações, constituem uma redundância à água fornecida pela Epal, contribuindo, por isso, para o aumento da garantia da continuidade do fornecimento aos seus Clientes.

Em 2012 continuaram a ser introduzidas alterações na exploração dos subsistemas que possuem as condições necessárias, que permitiram aumentar o volume de água com origem na Epal, em detrimento do proveniente das captações próprias. Tais alterações tiveram como objetivo aumentar o volume de água comprado à Epal, tendo em conta a necessidade de cumprir os valores mínimos contratualizados com aquela empresa e, ao mesmo tempo, ir ao encontro das expectativas dos Municípios que transferiram as captações municipais para a Águas do Oeste.

Este objetivo foi plenamente conseguido, uma vez que a compra de água à Epal aumentou em 2012 relativamente a 2011, não obstante o facto do volume total fornecido ter sido inferior, quando se comparam os volumes fornecidos para os mesmos períodos temporais.

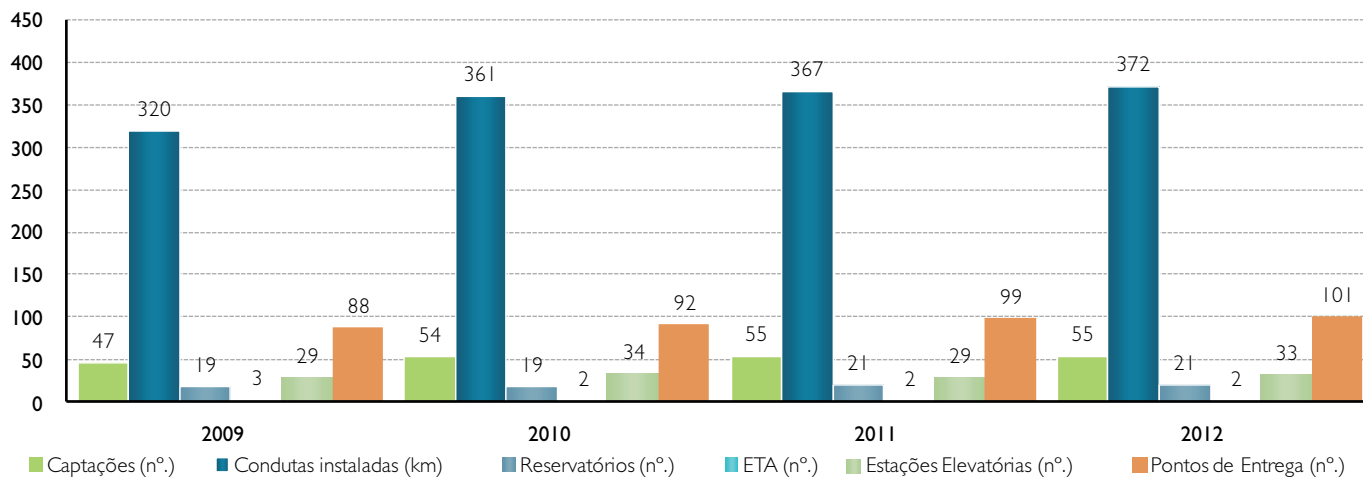
Considerando o acumulado dos volumes do ano de 2012, a água fornecida com origem em captações próprias, correspondeu a 6,7% do volume total de água fornecido, sendo os restantes 93,3% comprados à Epal.

Numa lógica de otimização contínua da organização dos meios alocados à operação dos sistemas de abastecimento de água, tendo em conta o facto da maioria das infraestruturas se encontrarem integradas no Sistema de Telegestão e a existência de um melhor conhecimento e domínio daquelas, continuaram a ser reduzidas as frequências de visitas de rotina, o que permitiu uma redução em cerca de 15% – à redução que já se havia conseguido no ano anterior – do total das distâncias percorridas pelas viaturas afetas às equipas do terreno, tendo como consequência, a redução do consumo de combustível e do tempo de afetação de recursos humanos associado a deslocações entre infraestruturas.

Sublinha-se que o início da exploração dos novos PE não acarretou o aumento do número de operadores afetos à operação, tendo-se até verificado a redução de 1 operador, em meados do ano, e a transferência de um Técnico Superior de Operação para o DEAR, como resultado de alterações introduzidas no funcionamento do departamento que permitiu uma otimização dos respetivos recursos humanos. De sublinhar ainda que, em 2012, foi possível reduzir o número de horas extra realizadas pelos operadores afetos ao DEAG, em cerca de 50%, relativamente ao registado em 2011. O grande número de instalações entretanto integradas no Sistema de Telegestão da Águas do Oeste, onde se incluem não só as instalações de Abastecimento, como também as de Saneamento – que foram sendo integradas ao longo de 2012 – a que se junta o potencial desta ferramenta que ainda pode ser explorado na otimização da gestão do sistema de abastecimento, levou a que, no final de 2012, o número de operadores afeto à equipa da Telegestão fosse reforçada. Este reforço não implicou, todavia, o aumento do número total de efetivos, tendo-se efetuado a transferência de operadores que se encontravam integrados nas equipas de terreno.

O conjunto das infraestruturas de abastecimento em exploração compreende, 55 captações, 2 ETA, 15 postos de cloragem ou recloragem, 21 reservatórios, 33 EE, 101 pontos de entrega e cerca de 372 km de condutas adutoras.

Infraestruturas de Abastecimento de Água (2009-2012)



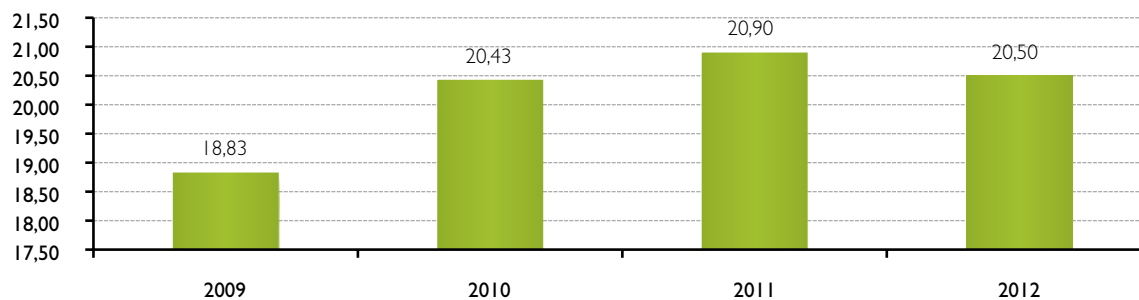
Não pode ser deixada de ser feita referência ao elevado número de furtos de tampas em ferro fundido, e a tentativa de furto de transformadores de PT de várias instalações de abastecimento. Nestes casos as situações puderam ser detetadas na altura que estavam a ocorrer os furtos, pelo facto daquelas se encontrarem integradas na Telegestão, o que permitiu que as consequências e danos não fossem maiores. Todas as situações têm sido comunicadas às autoridades, sendo que sempre que os custos são superiores ao valor da franquia, tem sido solicitado o ressarcimento dos custos à seguradora.

Operação – Saneamento de Águas Residuais

Durante o ano de 2012, a Águas do Oeste explorou infraestruturas que permitiram o tratamento de águas residuais provenientes de catorze municípios da região Oeste, tendo-se traduzido num total de faturação associado a cerca de 20,5 milhões de metros cúbicos de água residual.

Apesar de um aumento de infraestruturas e de pontos de recolha em exploração, verificou-se uma diminuição do caudal faturado relativamente a 2011, devido a um menor caudal afluente às estações de tratamento nos municípios em que a faturação é efetuada com base nos caudais medidos nas ETAR.

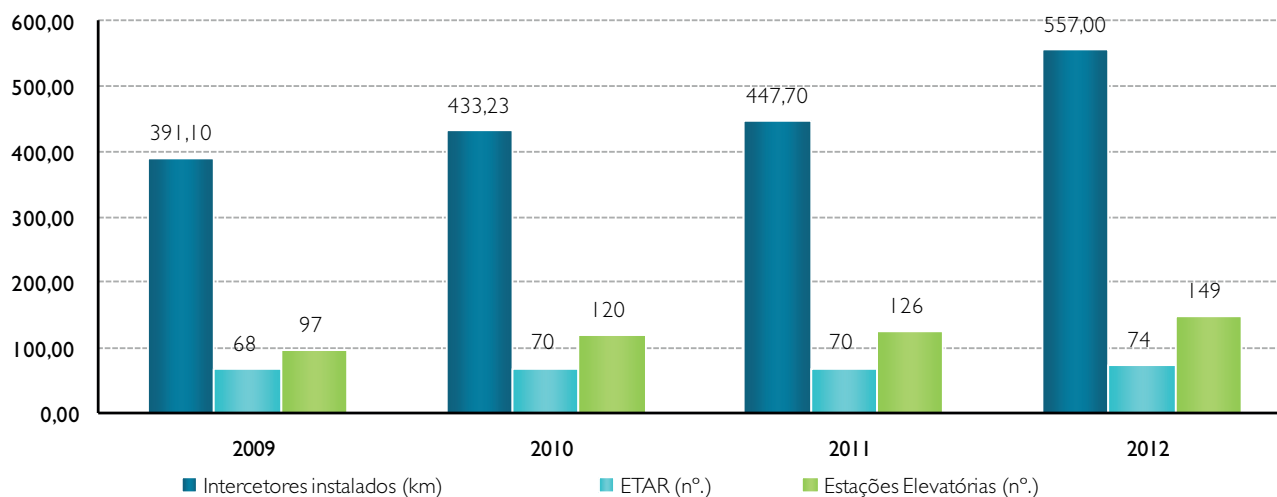
Volume de Águas Residuais Faturadas (2009 - 2012) (milhões de metros cúbicos)



No final de 2012 encontravam-se em operação 74 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), 149 Estações Elevatórias (EE) e 557 Km de emissários.

O gráfico evidencia a evolução do número de km de condutas instaladas, EE e ETAR em operação, de 2009 a 2012.

Infraestruturas de Saneamento de Águas Residuais (2009-2012)



Em 2012, a AdO iniciou a operação das ETAR de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja), Gosundeira (Sobral de Monte Agraço), Paço (Lourinhã e Peniche) e Runa (Torres Vedras) e desativou a ETAR de Vale de Óbidos (Rio Maior).

Na atividade de transporte, registou-se o início da operação das seguintes estações elevatórias:

Município	Sistema	Designação	Data de início de operação (mês)	Data de início de operação (ano)
Azambuja	V. Nova S. Pedro	EE Povia Manique	março	2012
Nazaré	Nazaré	EE Macarca	agosto	2012
Nazaré	Nazaré	EE Raposos	agosto	2012
Peniche	Atouguia Baleia	EE Casais Brancos I	maio	2012
Peniche	Atouguia Baleia	EE Vale Grou	maio	2012
Cadaval	Charneca	EE Vilar	maio	2012
Lourinhã	Miragaia	EE Nadrupe	maio	2012
Lourinhã	Zambujeira	EE P. Jurássico	julho	2012
Lourinhã	Miragaia	EE Sobral	maio	2012
Rio Maior	Rio Maior	EE Vale de Óbidos	julho	2012
Torres Vedras	Silveira	EE S. Pedro da Cadeira	julho	2012
Sobral Monte Agraço	Pontes de Monfalim	EE Folgados	julho	2012
Sobral Monte Agraço	Gosundeira	EE Gosundeira	agosto	2012
Sobral Monte Agraço	Gosundeira	EE Malgas	agosto	2012
Sobral Monte Agraço	Gosundeira	EE Pero Negro	agosto	2012
Sobral Monte Agraço	Gosundeira	EE Sapataria	agosto	2012
Bombarral	Charneca	EE Cintrão	outubro	2012
Sobral Monte Agraço	Pontes de Monfalim	EE Louriceira de Cima	dezembro	2012
Torres Vedras	Runa	EE Louriceira	dezembro	2012
Torres Vedras	Runa	EE Runa 1	dezembro	2012
Torres Vedras	Runa	EE Runa 2	dezembro	2012
Torres Vedras	Runa	EE Runa 3	dezembro	2012

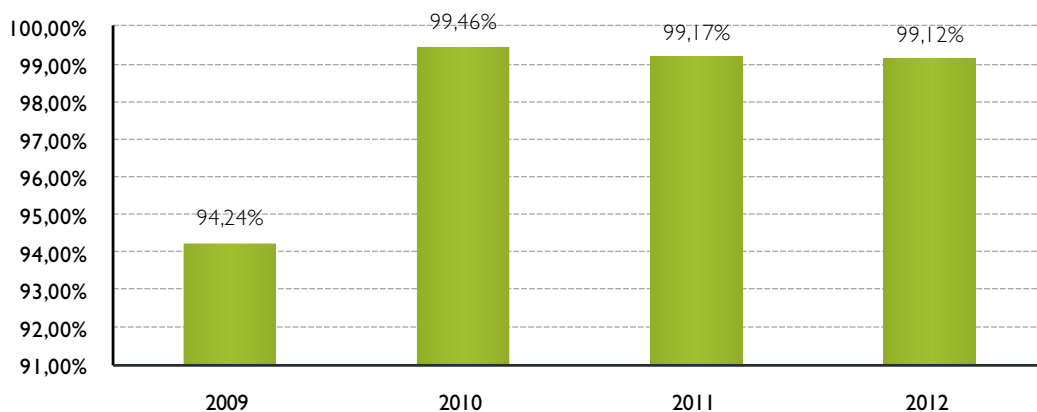
Foi assegurado o controlo de qualidade, a nível interno, pelo Laboratório da Águas do Oeste, situado na ETAR de Santa Cruz/ Silveira e, para efeitos de avaliação da conformidade legal, por uma entidade externa, certificada para o efeito.

O laboratório interno desta empresa assegurou a realização das análises previstas nos PA (Plano Analítico), tendo para o efeito procedido à realização de 25.411 determinações analíticas.

No que se refere à avaliação da conformidade legal, e, tal como referido anteriormente, é garantida por uma entidade idónea, devidamente certificada para o efeito. Neste âmbito, foram realizadas 4.767 análises.

Em 2012 manteve-se o elevado grau de cumprimento da avaliação de conformidade ao estabelecido no contrato de concessão: 99,12%.

Avaliação de Conformidade (2009-2012)



Relativamente aos resíduos gerados nos processos de tratamento de águas residuais, verificaram-se produções de cerca de 600 toneladas de areias, 650 metros cúbicos de gradados (mais cerca de 16% relativamente a 2011), e 21.400 toneladas de lamas (mais cerca de 20% relativamente a 2011). Este aumento das quantidades geradas resultou, na grande maioria, de descargas anómalas nas redes municipais, provocaram um aumento de custos significativo. Estes resíduos foram encaminhados para destino final adequado. No que se refere às lamas, foram encaminhadas para valorização agrícola ou compostagem de acordo com as suas características e tipologia das situações.

No que se refere à atividade de *outsourcing*, a empresa manteve o recurso à prestação de serviços externa na área de operação e manutenção nas ETAR da Atouguia da Baleia e Zambujeira, até junho e julho de 2012, respetivamente.

Salienta-se a redução de custos relativamente a 2011, ano onde já tinham sido efetuadas importantes otimizações, nas rubricas de horas extraordinárias e consumos de gásóleo de viaturas operacionais, em cerca de 12% e 6%, respetivamente.

Outras atividades

Manutenção e Telegestão

Durante o ano de 2012 a manutenção das infraestruturas da empresa foi assegurada em regime de *outsourcing*, com o acompanhamento e controlo da prestação de serviços efetuado internamente pelo Departamento de Manutenção.

A gestão dos trabalhos de manutenção foi efetuada com recurso ao sistema informático central do grupo AdP - "MAXIMO". O número de solicitações registadas no sistema, excluindo manutenção preventiva, ultrapassou as 5.300 durante o ano de 2012.

No âmbito da prestação de serviços de manutenção estão incluídas todas as atividades de Manutenção Preventiva Sistemática, Manutenção de Base Condicionada e Manutenção Corretiva dos equipamentos, das instalações elétricas e hidráulicas, da instrumentação, da automação e telegestão assim como dos órgãos mecânicos instalados na generalidade das infraestruturas cuja operação é assegurada pela Águas do Oeste. Fora do âmbito desta prestação, foram, entre outras, executadas as intervenções de reparação de roturas em condutas, assim como a desobstrução de coletores e limpeza de estações elevatórias de águas residuais.

De acordo com o previsto em orçamento, procedeu-se à aquisição e instalação de diversos equipamentos, maioritariamente em situações em que a reparação dos equipamentos existentes não era economicamente viável.

Para além da participação e elaboração dos relatórios relativos aos processos de receção provisória ou definitiva das novas infraestruturas, foi efetuado o acompanhamento, quer das avarias que se consideram ao abrigo das garantias das obras, quer das situações derivadas de reclamações apresentadas à Águas do Oeste, na sequência das obras realizadas pela empresa, nomeadamente os abatimentos de pavimentos.

No decorrer de 2012 foram registadas quatro dezenas de ocorrências com origem em fatores externos, decorrentes, nomeadamente, de condições climatéricas adversas, de ações de vandalismo e de furtos a instalações, as quais, nalguns casos, afetaram significativamente algumas infraestruturas da empresa. Nestes casos, procedeu-se à contabilização dos custos, ao acompanhamento dos processos de peritagem das ocorrências participadas à seguradora, e à execução dos respetivos trabalhos de reparação. A maioria dos furtos e ações de vandalismo incidiu no roubo de cobre das instalações elétricas, nomeadamente dos Postos de Transformação e quadros elétricos, e no roubo de tampas de ferro fundido.

No âmbito da gestão dos EMM (Equipamentos de Medição e Monitorização) foram executados os planos de calibração e ensaio previstos, onde se incluem os medidores de caudal de faturação da empresa. Foram instalados analisadores de cloro em linha, nos reservatórios de Casais de Maria Delfina e Silheira.

No âmbito das ações de modernização das instalações que a Águas do Oeste tem vindo a desenvolver com vista a aumentar os índices de eficiência e eficácia da sua exploração, que se reflita numa melhoria da qualidade do serviço prestado aos seus clientes, na sequência da decisão de implementação e lançamento do concurso para *"Implementação do Sistema de Telegestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais"* durante o ano de 2010, iniciaram-se em abril de 2011 os trabalhos de integração na telegestão de algumas infraestruturas dos subsistemas de saneamento de águas residuais. Em 2012 foi concluída a integração das 49 (quarenta e nove) estações elevatórias e 10 (dez) ETAR que, atendendo à sua dimensão e/ou localização se consideraram prioritárias. Pretende-se com este sistema, efetuar a monitorização em tempo real do estado destas instalações, permitindo uma racionalização dos recursos disponíveis e o aumento nos índices de qualidade do serviço prestado. O Centro de Comando Central e respetiva sala de servidores, que se localizam nas instalações da ETAR da Charneca, onde é efetuado o tratamento da informação proveniente das instalações remotas em tempo real, foi também objeto de uma profunda remodelação no âmbito deste fornecimento. Para além de permitir o controlo e/ou monitorização dos equipamentos e instalações, este sistema integra a deteção de intrusão nestas infraestruturas, assim como a gestão de acessos às mesmas, incluindo a abertura automática das portas mediante a utilização do cartão dos seus colaboradores, ou centralmente a partir do centro de comando.

Com exceção de algumas infraestruturas mais recentemente transferidas dos municípios para a AdO, no caso do abastecimento de água, encontram-se integradas no sistema de telegestão a generalidade das instalações. Para além das funcionalidades referidas no parágrafo anterior, a automação implementada permite a racionalização dos custos de energia elétrica, mediante a parametrização de diferentes *set points* de acordo com os preços da energia elétrica nos diferentes períodos tarifários, o que potenciou poupanças significativas na fatura de energia elétrica nestas instalações no ano de 2012.

Com o objetivo de racionalização dos custos e consumos de energia elétrica, procedeu-se à aquisição e instalação de algumas unidades de baterias de condensadores, tendo-se mantido o acompanhamento e o ajustamento da parametrização das unidades existentes, sempre que se constatou essa necessidade. Com base nas análises energéticas efetuadas a algumas instalações, quer de abastecimento de água, quer de saneamento de águas residuais, foram propostas várias medidas para racionalização dos consumos de energia.

Por forma a dar cumprimento à legislação em vigor, foram efetuadas auditorias energéticas às duas instalações consumidoras intensivas de energia (estação elevatória de água de Alenquer e estação elevatória de água de Alcanhões). A implementação ou não das medidas de racionalização identificadas, depende de análises complementares a efetuar em 2013.

Monitorização

Monitorização da qualidade da água para consumo humano - controlo legal

Atendendo ao Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) aprovado pela ERSAR, a AdO realizou todas as colheitas planeadas e avaliou, diariamente, os resultados comunicados pelo laboratório subcontratado.

Os dados provenientes do laboratório e recolhidos em campo foram introduzidos em ficheiros específicos para o efeito, com a correspondente verificação de cumprimento dos valores paramétricos estabelecidos pela legislação em vigor e cumprimento geral do PCQA, nomeadamente em termos de número de análises realizadas.

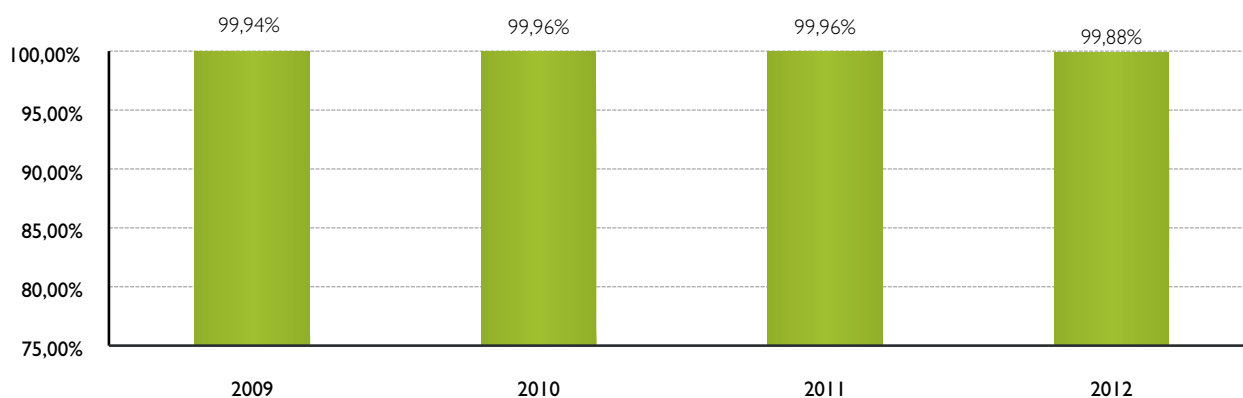
Trimestralmente, foram preparados e enviados, a todas as entidades gestoras em “baixa” e à ARS-LVT, os resultados analíticos obtidos no âmbito deste plano, os quais são também disponibilizados na área reservada disponível no site da AdO.

As situações de desvio aos valores paramétricos foram devidamente acompanhadas, com a comunicação as entidades respetivas.

Na Águas do Oeste o padrão natural da qualidade da água fornecida insere-se numa gama excelente, com taxas rigorosamente calculadas e que têm vindo a refletir uma absoluta segurança na qualidade do produto fornecido.

Em 2012 obteve-se uma taxa de 99,88% dos parâmetros de qualidade da água, mantendo-se a tendência, já verificada em anos anteriores, de elevadas taxas de qualidade da água. O gráfico seguinte demonstra os valores alcançados nos últimos anos, consequência de um trabalho profícuo de controlo do produto fornecido a todos os clientes da Águas do Oeste.

Avaliação da Conformidade Legal - PCQA (2009-2012)



Monitorização da qualidade da água das ribeiras, lagoas e do mar

O Programa de Monitorização dos meios recetores englobou a realização de campanhas de amostragem em 35 ETAR e três emissários submarinos, num total de 79 pontos de amostragem.

No caso das campanhas em rios ou ribeiras, foram realizadas duas recolhas por ponto de descarga da ETAR (a montante e jusante). Esta metodologia foi aplicada em todas as ETAR, com a exceção da ETAR de São Martinho do Porto cuja amostragem foi efetuada apenas num ponto.

No que se refere à monitorização dos emissários submarinos, no caso de São Martinho do Porto, para além da ETAR, também são realizadas campanhas de amostragem em mais 6 pontos, localizados na baía de S. Martinho e junto ao Emissário Submarino.

No que se refere à monitorização dos emissários da Foz do Arelho e Nazaré, foi efetuada a monitorização em dois pontos destes emissários.

Manteve-se a estratégia de atuação nesta área, de forma a otimizar os recursos humanos e financeiros da AdO.

Foi executado o Plano de Monitorização de Meios Recetores relativo ao Ano Hidrológico 2012-2013, para o qual se aguarda aprovação da ARH. Foi dado cumprimento ao estabelecido no plano de monitorização aprovado pela ARH para o ano hidrológico 2011-2012.

Monitorização da qualidade da água – Controlo operacional

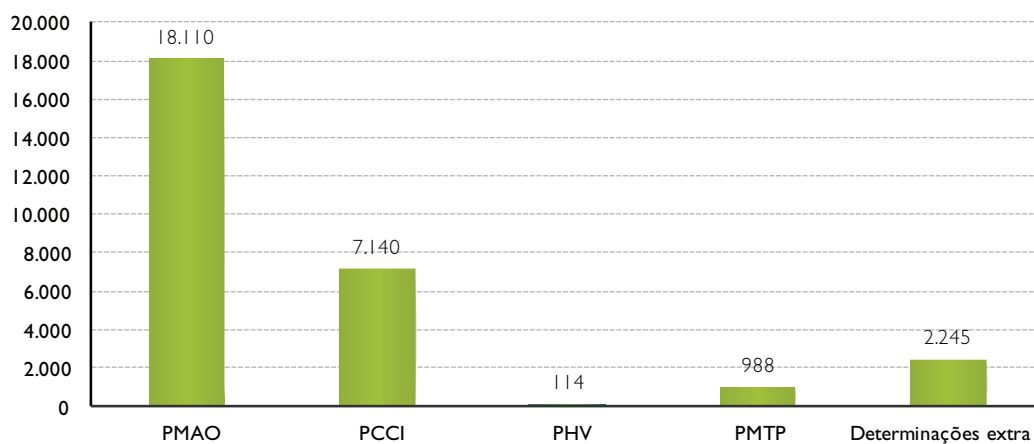
Em 2012 manteve-se a integração dos técnicos de colheita no Laboratório da DOP, no sentido de aumentar, ainda mais, a sinergia de conhecimentos associados às práticas laboratoriais e à uniformização de procedimentos. Desde junho de 2011, como já referido, o laboratório de análises de águas de abastecimento passou a estar localizado no laboratório do edifício de exploração da ETAR de Torres Vedras.

O DEAG manteve, contudo, a responsabilidade na execução dos planos de monitorização internos, efetuando avaliações periódicas ao conteúdo constante nos diversos planos de monitorização operacional.

O início do novo contrato relativo ao controlo analítico efetuado em laboratório externo acreditado, permitiu uma descida acentuada dos preços unitários, o que se refletiu num decréscimo de 37% nos custos anuais.

No âmbito dos planos e programas de monitorização da qualidade da água de controlo operacional, foram realizadas 28.597 determinações analíticas, as quais se distribuíram pelos seguintes planos de controlo analítico operacional, a saber: Plano de Monitorização da Água na Origem (PMAO) - 18.110, Plano de Controlo de Corrosão e Incrustação (PCCI) - 7.140, Plano de Monitorização do Troço Principal de Abastecimento de Água Alcanhões - Óbidos/ Sistema Norte (PMTP) - 988, Plano de Vigilância de água entregue (indiretamente) a clínicas de Hemodiálise (PVH) - 114 e 2.245 determinações extra.

Nº de determinações analíticas por plano de monitorização



Desenvolvimento das atividades associadas à Saúde e Segurança no Trabalho

O ano de 2012 consolidou a cultura da segurança na Águas do Oeste, fruto do trabalho dos anos anteriores.

Todo o trabalho, desenvolvido numa parceria reforçada entre os serviços de segurança e os serviços de medicina no trabalho, alicerçou-se num conjunto de atividades de formação (interna e externa), informação e sensibilização, acompanhada por práticas e procedimentos documentados e com a atribuição de equipamentos de proteção coletiva e individual.

A continuidade da elaboração/atualização de diversos estudos para avaliação das condições de trabalho (como o ruído, a iluminância e atmosferas ATEX) constituiu também uma aposta do sistema de gestão.

Em 2012, foi dada continuidade à identificação de perigos e avaliação de riscos de diversas infraestruturas da Águas do Oeste, com a consequente definição de medidas de controlo para minimização dos riscos avaliados. Realizaram-se múltiplas reuniões com os diversos serviços da empresa para análise dos resultados obtidos e das medidas de controlo propostas, e acompanharam-se as rotinas de todos os sistemas de abastecimento de água e do sistema de tratamento de águas residuais (para melhor perceção dos perigos a que se encontram sujeitos). Estas visitas permitiram ainda avaliar as condições ambientais da atividade da empresa.

Ainda neste âmbito, em abril de 2012, a Águas do Oeste, através do seu Departamento de Sistemas de Responsabilidade Empresarial, em estreita colaboração com a Área de Comunicação e Educação Ambiental, convidou diversas entidades e personalidades para integrarem um Seminário sobre “Segurança e Saúde em Serviços de Água e de Águas Residuais”. No seminário estiveram presentes mais de 60 participantes, na sua maioria técnicos municipais de SST e das entidades gestoras de água e saneamento da região.

Comunicação e Educação Ambiental

A manutenção de uma estratégia de comunicação junto da comunidade onde se insere, através das diversas ações de educação e sensibilização ambiental realizadas direcionadas não só para os seus *stakeholders*, como também para a população em geral, continua a ser uma aposta da Águas do Oeste. Apesar das reduções que esta área da empresa tem tido nos últimos anos, decorrentes das orientações para o Setor Empresarial do Estado, a Águas do Oeste continua a implementar anualmente o seu Plano de Educação Ambiental (PEA), associando-se, sempre que possível, a iniciativas municipais. Um projeto que tem tido uma grande receptividade e procura por parte dos diversos públicos-alvo intervenientes, tendo no decorrer de 2012 contado com cerca de 4.500 participantes, num total de 75 ações de sensibilização realizadas.

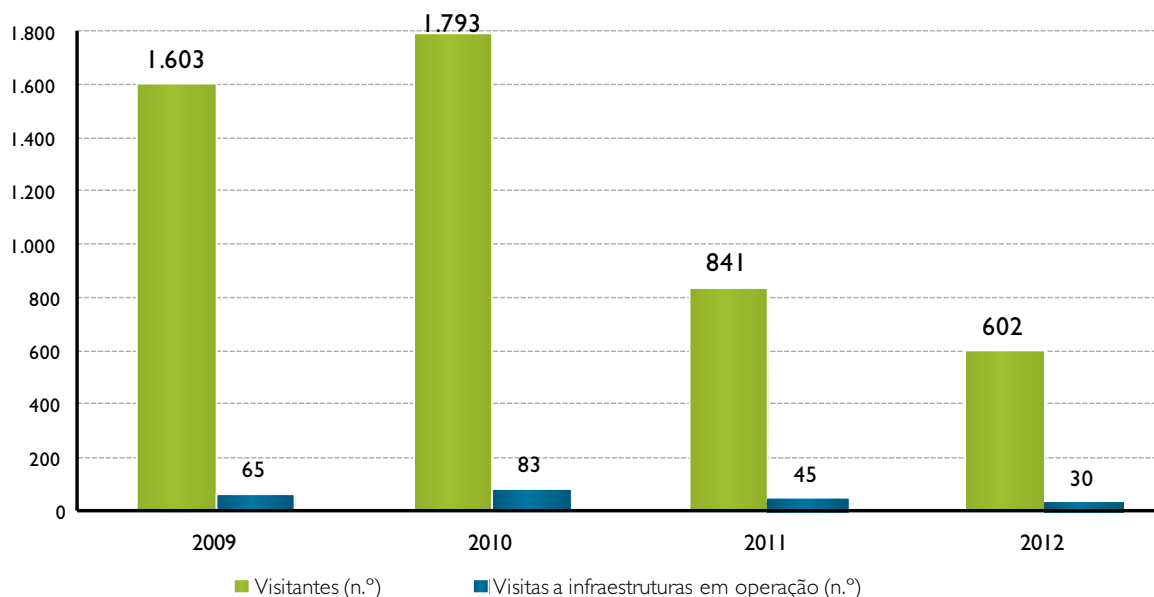
Neste âmbito a Águas do Oeste continuou a privilegiar os meios e os recursos existentes, assim como os suportes de comunicação isentos de custo ou de baixo custo, sempre que possível em formato digital, bem como o desenvolvimento, a adaptação e a participação em atividades de menor valor, dando continuidade às ações realizadas em anos anteriores.

Das atividades realizadas no decorrer de 2012, nas áreas da comunicação institucional e empresarial, destacam-se as seguintes: (i) Publicitação de notas e comunicados de imprensa diversos, envio de respostas a pedidos de informação por parte dos órgãos de comunicação social da região e acompanhamento do impacto que as notícias veiculadas nos *media* têm na atividade da empresa; (ii) Publicação de conteúdos de natureza diversa no *site* da empresa e edição bimestral de uma *newsletter* eletrónica; (iii) Conceção de suportes de comunicação destinados à divulgação da atividade da empresa junto da população local, assim como de sinalética diversa; (iv) Produção e conceção do boletim informativo “Notícias Internas”, com uma periodicidade bimensal, divulgado internamente via e-mail junto de todos os colaboradores da Águas do Oeste.

No que se refere às atividades de Educação e Sensibilização Ambiental realizadas no decorrer de 2012, a aposta no desenvolvimento de parcerias com os municípios, clientes e outros *stakeholders*, são exemplos de sucesso, sendo de realçar as comemorações conjuntas dos principais dias temáticos, iniciativas que contaram com o envolvimento direto de mais de três milhares de crianças e jovens da região. Nesse âmbito destacam-se iniciativas diversas realizadas, na sua maioria, com o recurso aos materiais lúdico-pedagógicos produzidos pela Águas do Oeste para esse fim, tais como a “III Quinzena da Floresta e da Água”, organizada pelo município de Torres Vedras, as Comemorações dos Dias da Água e do Ambiente com os municípios de Alcobaça, Alenquer, Azambuja, Lourinhã, Óbidos e Sobral de Monte Agraço, entre outras.

Outra das atividades no âmbito da sensibilização ambiental que a Águas do Oeste tem apostado ao longo dos anos são as visitas de estudo realizadas às suas ETAR, assim como a realização de visitas técnicas, que contaram com a participação de diversas instituições, universidades e escolas de formação regionais, para além da organização de “Dias Abertos às ETAR”, direcionados para a população em geral, donde se destacam duas visitas realizadas no âmbito do Programa Nacional “Ciência Viva no verão”, em parceria com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e uma visita organizada em parceria com o Município de Torres Vedras. Num total no decorrer do ano de 2012 foram realizadas 30 visitas a diversas ETAR da Águas do Oeste, com um total de seiscentos visitantes, sendo de realçar que, desde a implementação do seu PEA, as ETAR da Águas do Oeste receberam mais de dez mil visitantes. O gráfico seguinte mostra a evolução dos últimos seis anos.

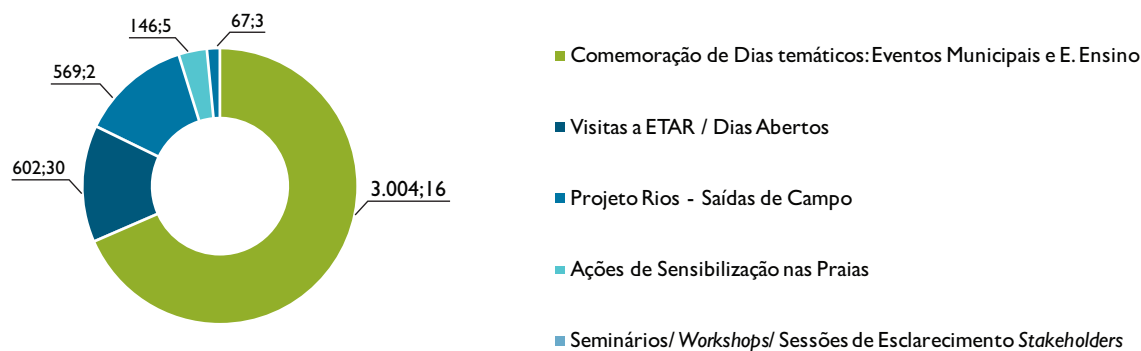
Evolução anual do número de visitas e visitantes nas ETAR da Águas do Oeste



Também a implementação do Projeto Rios na área de concessão da empresa, através do acompanhamento das diversas equipas existentes, nas cerca de duas dezenas de saídas de campo realizadas no ano de 2012, quer com o apoio direto da Águas do Oeste, quer através da Associação PATO e dos Centro de Educação Ambiental de Azambuja e de Torres Vedras, todos parceiros neste projeto, permitiram um forte contributo na implementação nacional do projeto, sensibilizando todos os envolvidos não só para a importância da preservação dos recursos hídricos, como para o importante contributo que a Águas do Oeste tem na melhoria da qualidade da água dos rios e ribeiras do Oeste, através do adequado tratamento que dá às águas residuais urbanas nas suas ETAR. Ainda integrado nos objetivos deste projeto, a Águas do Oeste organizou o 1º Encontro Regional do Projeto Rios, com a colaboração da Associação PATO e dos municípios envolvidos.

Para além das iniciativas atrás resumidas destacam-se ainda a: (i) dinamização de ações de sensibilização na praia da Nazaré, em parceria com o município, integradas no âmbito do programa "Bandeira Azul 2012"; (ii) participação em diversas reuniões do Conselho Eco Escolas, em 5 estabelecimentos de ensino da área de concessão, com colaboração direta em projetos sobre a água e palestras direcionadas para toda a comunidade educativa; (iii) divulgação e distribuição de materiais didáticos sobre a água, não só junto dos participantes das atividades realizadas pela Águas do Oeste, como também noutras que contaram apenas com o apoio da empresa através da oferta desses materiais.

Ações de Sensibilização realizadas; total de participantes envolvidos (nº)



A aposta nas campanhas de educação e sensibilização ambiental têm tido ao longo dos anos um objetivo comum: educar para a sustentabilidade, através da consciencialização das populações para a importância ao nível da preservação dos recursos hídricos e do uso eficiente da água, ao mesmo tempo que dão a conhecer o papel relevante que a Águas do Oeste tem na gestão do ciclo urbano da água, com vista à garantia da qualidade da água fornecida e ao adequado tratamento das águas residuais, pelo que estas continuam a ser um dos pontos fortes da empresa junto dos seus stakeholders e da população em geral.

7. Objetivos de Gestão

Os objetivos de Gestão fixados para a Águas do Oeste, S.A., para o ano de 2012, pelos acionistas na Assembleia-Geral de 17 de março de 2010, bem como os resultados obtidos encontram-se listados no quadro seguinte:

Objetivos de Gestão para o Ano de 2012

Indicadores		Valor Fixado ⁽¹⁾	Valor Atingido
Indicadores Financeiros – Rentabilidade e Crescimento			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
1.	ROCE (%)	100% ⁽²⁾	63%
2.	EBITDA / Receitas (%)	100% ⁽²⁾	100%
Indicadores Financeiros – Eficiência			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
3.	Custos com Pessoal / EBITDA (%)	100% ⁽²⁾	122%
4.1	Cash-Cost Abastecimento (€/m ³)	100% ⁽²⁾	94%
4.2	Cash-Cost Saneamento (€/m ³)	100% ⁽²⁾	95%
Indicadores Financeiros – Investimento e Endividamento			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
5.	Investimento (10 ³ €)	100% ⁽²⁾	162%
Indicadores Financeiros – PMR e PMP			
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)			
6.	Prazo Médio de Recebimentos (dias)	60	192
7.	Prazo Médio de Pagamentos (dias)	48	84
Indicadores de Serviço – Qualidade do Serviço			
(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objetivos nacionais no domínio do ambiente)			
8.	Volume de Atividade (10 ³ m ³)	100%	97%
9.1	Taxa de Cobertura de AA Potencial (%)	99%	99%
9.2	Taxa de Cobertura de AR Potencial (%)	92%	89%
10.1	Qualidade da Água Fornecida (%)	100%	100%
10.2	Cumprimento dos Parâmetros de Descarga (%)	100%	99%
11.	Reforço da Eficiência Contratual (%)	100%	87%

Objetivos de Gestão para o Ano de 2010

Indicadores			
12.1	Cumprimento dos Prazos de Reporte (dias)	1	-2
12.2	Cumprimento de Orientações Corporativas (%)	100%	100%

Notas:

Valor Fixado ⁽¹⁾ – Valor fixado pela Assembleia-Geral de 17 de março de 2010.

⁽²⁾ – Indicadores calculados com base no OPT aprovado pelo Concedente em 27 de fevereiro de 2012

Os valores do atingimento indicados encontram-se devidamente auditados, tendo sido obtido o valor 1,98 de atingimento global.

8. Perspetivas para o Futuro

Em 2013, a Águas do Oeste continuará a pautar a sua atividade no sentido de cumprir o estabelecido no Contrato de Concessão e nos Contratos de Fornecimento e de Recolha, assim como nas orientações aprovadas pelos Acionistas.

As restrições impostas ao Setor Empresarial do Estado, designadamente ao nível do financiamento e da capacidade para realizar o investimento previsto na concessão, bem como as restrições relativas ao pessoal e aos fornecimentos e serviços externos, não deixarão de condicionar a atividade da empresa em 2013. Continuará a ser feito um grande esforço no sentido de essas condicionantes não afetarem a qualidade do serviço prestado, não sendo posta em causa a garantia da qualidade da água fornecida.

O anunciado processo de agregação de Sistemas Multimunicipais e o processo de verticalização da região Oeste terão, certamente, importância na forma como a empresa desenvolverá a sua atividade em 2013. A empresa continuará a prestar todo o apoio ao desenvolvimento dos estudos técnicos e de viabilidade económica e financeira, no âmbito desses processos, nos termos do que for solicitado pela AdP e pelos municípios acionistas. A evolução do processo de agregação dos sistemas multimunicipais ditará a oportunidade de proceder, ou não, à apresentação ao Concedente da revisão do contrato de concessão.

A gestão económica e financeira da AdO continuará a ter um cuidado redobrado, no sentido de garantir o cumprimento dos compromissos da concessão e de diminuir os encargos financeiros da empresa. Para tal, continuarão a ser desenvolvidos esforços no sentido de celebrar acordos de pagamento com as entidades gestoras da “baixa” que tenham dívidas vencidas, garantindo o pagamento desses montantes em atraso e, também, o pagamento das faturas futuramente emitidas pela empresa relativas ao serviço que regularmente for prestado, nos prazos estabelecidos nos contratos de fornecimento de água e de recolha de efluentes.

A renegociação do contrato de aquisição de água à Epal, no sentido de o ajustar às perspetivas de consumo de água nos municípios abrangidos pelo Sistema Multimunicipal do Oeste, garantindo, também, a sustentabilidade económica e financeira da Concessão, com tarifas socialmente aceitáveis, é uma das prioridades para o início do ano de 2013.

No âmbito da atividade prevista para 2013, destaca-se ainda:

- A continuação dos esforços para que seja permitido à Águas do Oeste iniciar o fornecimento de água a todos os pontos de entrega, e nas condições previstas no contrato de concessão e nos contratos de fornecimento, incluindo o cumprimento do regime de exclusividade no abastecimento de água previsto nos referidos contratos;
- A melhoria contínua do funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e do serviço prestado, otimizando os recursos disponíveis, designadamente a telegestão, numa perspetiva de aumento da eficiência e do controlo e redução de custos, com destaque para as componentes da energia e da produção e gestão das lamas;
- A manutenção do cumprimento integral do Plano de Controlo de Qualidade da Água e dos restantes planos de monitorização associados ao abastecimento de água, dos Programas de Auto-Controlo estabelecidos nas Licenças de Utilização de Recursos Hídricos e demais exigências de controlo de qualidade, estabelecidas na legislação em vigor, no que se refere à monitorização da qualidade das águas residuais descarregadas;
- A manutenção da certificação, por parte de entidade externa, do sistema de gestão de responsabilidade empresarial, nas vertentes de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, com o alargamento das infraestruturas abrangidas;
- A continuação da implementação de mecanismos que visem garantir a sustentabilidade económica da empresa e o seu adequado controlo financeiro;
- A contínua melhoria dos processos de gestão do risco empresarial;
- A continuação da aplicação da matriz de indicadores de desempenho;

- A aprovação, pelo Concedente, do Regulamento de Exploração do Serviço Público de Abastecimento de Água do Sistema Multimunicipal do Oeste, e a sua entrada em vigor; após a sua submissão a parecer das entidades gestoras da “baixa”;
- A elaboração do Plano de Segurança da Água, adequadamente articulado com o Plano de Segurança da Água da Epal e, também, com as entidades gestoras em “baixa”;
- A continuação da introdução de alterações na exploração de alguns sistemas de abastecimento, com o objetivo de potenciar a utilização da quantidade de água fornecida com origem na Epal em detrimento da proveniente de captações próprias;
- A faturação com base nos caudais medidos no sistema de saneamento, em todos os municípios, após a obtenção da respetiva autorização pelo Concedente;
- A aprovação, pelo Concedente, do Regulamento de Exploração do Serviço Público de Saneamento do Sistema Multimunicipal do Oeste, e a sua entrada em vigor;
- A continuação do trabalho desenvolvido na identificação de descargas de águas residuais não urbanas provenientes dos sistemas municipais e na articulação com as entidades gestoras em “baixa”, com vista à eliminação ou diminuição do seu impacto negativo no funcionamento das instalações de tratamento e no aumento dos custos da empresa;
- A realização de diversas intervenções nos sistemas de arejamento, de desodorização e de desinfecção das ETAR, e nas estações elevatórias, de reduzida expressão financeira e com significativo impacto na redução de custos energéticos, decorrente de análises iniciadas durante o ano de 2012;
- A realização de intervenções que permitam o reforço da eficácia de algumas estações de tratamento e o controlo de afluência indevidas com origem em redes dos utilizadores do Sistema;
- O desenvolvimento das empreitadas de recolha e tratamento de águas residuais, com o respetivo aumento do número de infraestruturas em exploração e da população abrangida, sendo de salientar o lançamento de concursos referentes aos Sistemas de Saneamento de Pedra do Ouro (Alcobaça), de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) e de alguns troços fundamentais para o pleno arranque de alguns sistemas;
- O acompanhamento de um número significativo de processos de vistoria para efeitos de receção definitiva de empreitadas e posterior acompanhamento na execução de correções ao abrigo da garantia;
- O reforço dos processos conducentes a um adequado inventário e gestão do património afeto à concessão, com destaque para a avaliação funcional das infraestruturas;
- A realização de alguns investimentos de substituição de equipamento, particularmente em infraestruturas municipais e da Epal que foram integradas no sistema multimunicipal, com o objetivo de assegurar a qualidade e a fiabilidade do serviço prestado pela AdO;
- A continuação do processo de integração de instalações no sistema de telegestão, de acordo com a sua prioridade e com o previsto em orçamento e a otimização das suas funcionalidades, numa perspetiva de melhoria da qualidade do serviço, aumento da eficiência dos processos e de controlo e redução de custos;
- A melhoria das comunicações do sistema de telegestão da empresa, quer no abastecimento de água quer no saneamento de águas residuais, com um aumento da largura de banda contratada e a criação de redundâncias nas instalações consideradas mais importantes, na sequência de um procedimento contratual, cujo contrato terá o seu início em abril de 2013;
- Dando continuidade aos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito da racionalização dos custos e dos consumos de energia, prevê-se que, mediante a implementação das medidas já identificadas, se mantenha a tendência de transferência de consumos de energia das horas de ponta para as horas de menor custo, assim como uma redução dos consumos, associada à

racionalização dos tempos de funcionamento de alguns equipamentos e/ou otimização de rendimento de outros. Paralelamente, serão desenvolvidos esforços no sentido de identificar novas medidas de racionalização e aprofundados os estudos com vista a avaliar a viabilidade económica de implementação de algumas medidas, nomeadamente das que resultaram das auditorias energéticas às instalações consumidores de energia realizadas em 2012 e restantes avaliações energéticas efetuadas;

- A preparação dos procedimentos de contratação para as prestações de serviço que garantam a manutenção das infraestruturas da empresa e a sua adequada operação, potenciando, sempre que possível, uma redução de custos;
- A continuação do trabalho já desenvolvido para a obtenção das licenças de descarga de águas residuais ainda não emitidas ou em fase de renovação, das licenças de captação de água subterrânea pendentes, e dos licenciamentos / autorizações para ocupação de áreas REN, RAN e DPH ainda pendentes, junto das entidades competentes;
- O acompanhamento do processo de fecho dos relatórios finais das Candidaturas ao Fundo de Coesão, junto das entidades competentes (POVT e IFDR);
- A instalação e arranque em modo produtivo da componente Web do G/ Interaqua – WebSig da AdO, disponibilizando assim a informação cadastral de todas as infraestruturas do Sistema Multimunicipal a todas as Direções, Departamentos e colaboradores da empresa;
- A remodelação de fundo das infraestruturas base de rede informática da empresa – *upgrade* e otimização de servidores e das redes de comunicação entre *sites*;
- A continuação do programa de educação ambiental, envolvendo a participação de alunos e professores de diversos estabelecimentos de ensino e da população, condicionado às disponibilidades financeiras previstas no orçamento da empresa.

9. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício

Para além dos factos relevantes referidos no anexo às contas, considera-se como relevante o montante recebido, até 20 de fevereiro, de valores em dívida, não vencida ou incluída em acordos de pagamento, de cerca de 1,5 milhões de euros, designadamente no âmbito do PAEL, tendo a empresa informações que lhe permitem afirmar, com segurança, que até meados de março de 2013 o valor total desses recebimentos ultrapassará os 3,7 milhões de euros.

10. Sucursais da Sociedade

A sociedade não tem qualquer sucursal.

11. Considerações Finais

A Águas do Oeste agradece a colaboração prestada pelo Concedente, através dos titulares das pastas do Ambiente e do Ordenamento do Território e, atualmente, da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

A Águas do Oeste agradece, ainda, toda a colaboração prestada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, em particular ao seu Conselho Diretivo.

Aos municípios acionistas, à Águas de Portugal e à Comunidade Intermunicipal do Oeste agradecemos a disponibilidade e o apoio manifestado na persecução da Missão e dos objetivos da empresa.

Os agradecimentos são extensivos à Mesa da Assembleia-Geral, ao Revisor Oficial de Contas e ao Auditor.

Um agradecimento especial para todos os colaboradores da empresa que, num quadro particularmente difícil, contribuíram para os resultados obtidos.

Consciente da importância do seu papel, a Águas do Oeste continuará a pautar a sua atividade pelos mais elevados níveis de desempenho, procurando contribuir eficazmente para o desenvolvimento da região em que se insere, contando com o envolvimento de todos os Colaboradores e o apoio de Acionistas, Clientes, Regulador, Fornecedores e Comunidade Envolvente.

12. Proposta de Aplicação de Resultados

As contas respeitantes ao exercício de 2012 conduzem a um Resultado Líquido negativo de 3.168.668,35 euros.

Propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

Resultados Transitados..... 3.168.668,35 euros.

13. Anexo ao Relatório

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447º e do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da Águas do Oeste, S.A. era, em 31 de dezembro de 2012, integralmente detido pelos acionistas que constam do quadro seguinte:

Acionista	Nº Ações (Classe A)			Capital Subscrito			% Capital Detido		
	1º Fase	2º Fase	Total	1º Fase	2º Fase	Total	1º Fase	2º Fase	Total
AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A.	510.000	2.550.000	3.060.000	2.550.000	12.750.000	15.300.000	51,00%	51,00%	51,00%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	1.000	0	1.000	5.000	0	5.000	0,10%	0,00%	0,02%
Município de Alcobaça	141.769	166.269	308.038	708.845	831.345	1.540.190	14,18%	3,33%	5,13%
Município de Alenquer	1.000	339.534	340.534	5.000	1.697.670	1.702.670	0,10%	6,79%	5,68%
Município de Arruda dos Vinhos	1.000	86.933	87.933	5.000	434.665	439.665	0,10%	1,74%	1,47%
Município de Azambuja	1.000	355.977	356.977	5.000	1.779.885	1.784.885	0,10%	7,12%	5,95%
Município do Bombarral	36.970	55.470	92.440	184.850	277.350	462.200	3,70%	1,11%	1,54%
Município do Cadaval	42.192	50.854	93.046	210.960	254.270	465.230	4,22%	1,02%	1,55%
Município das Caldas da Rainha	210.268	0	210.268	1.051.340	0	1.051.340	21,03%	0,00%	3,50%
Município da Lourinhã	4.876	236.507	241.383	24.380	1.182.535	1.206.915	0,49%	4,73%	4,02%
Município da Nazaré	1.000	92.701	93.701	5.000	463.505	468.505	0,10%	1,85%	1,56%
Município de Óbidos	44.925	55.361	100.286	224.625	276.805	501.430	4,49%	1,11%	1,67%
Município de Peniche	1.000	131.137	132.137	5.000	655.685	660.685	0,10%	2,62%	2,20%
Município de Rio Maior	1.000	156.964	157.964	5.000	784.820	789.820	0,10%	3,14%	2,63%
Município de Sobral de Monte Agraço	1.000	63.982	64.982	5.000	319.910	324.910	0,10%	1,28%	1,08%
Município de Torres Vedras	1.000	658.311	659.311	5.000	3.291.555	3.296.555	0,10%	13,17%	10,99%
	1.000.000	5.000.000	6.000.000	5.000.000	25.000.000	30.000.000	100%	100%	100%

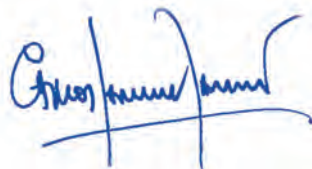
Em cumprimento do disposto no n.º4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.060.000 de ações com o valor nominal de 5,00 euros (cinco euros), correspondentes a 51,00% do Capital Social da Águas do Oeste, S.A.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2011:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores.

Gaeiras, 6 de março de 2013

O Conselho de Administração:



Carlos Manuel Martins, Presidente



Arménio de Figueiredo, Administrador-Delegado



Fernando José da Costa, Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Vogal



Carlos Manuel Soares Miguel, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Vogal



Contas do Exercício de 2012





C - Contas do Exercício de 2012

I. Introdução

Nos termos da Lei e dos estatutos vem o Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A., submeter à apreciação da Assembleia-Geral desta Empresa as Contas do Exercício do ano de 2012.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstrações da Posição Financeira;
- Demonstração dos Resultados;
- Demonstração do Rendimento Integral;
- Demonstração das Variações do Capital Próprio;
- Demonstração e Anexo dos Fluxos de Caixa.

Constituem, também, elementos do Relatório os seguintes Anexos:

- Notas às Demonstrações Financeiras

No final do presente Relatório encontram-se à disposição dos Acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Fiscal Único;
- Certificação Legal de Contas;
- Relatório do Auditor Externo.

Demonstração da Posição Financeira

Unidade: euros

Ativo	Notas	31.12.2012 IFRS	31.12.2011 IFRS
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	6	227.526.015,06	233.777.150,99
Ativos fixos tangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros	7	7.734.117,94	6.502.943,34
Impostos diferidos ativos	8	4.564.432,15	4.309.139,54
Clientes e outros ativos não correntes	10	5.619.907,00	2.043.214,01
Total dos ativos não correntes		245.444.472,15	246.632.447,88
Ativos Correntes			
Inventários	9	22.992,71	49.320,29
Clientes	10	33.759.775,63	33.383.231,27
Estado e outros entes públicos	11	155.636,27	298.429,46
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	347.086,06	184.004,92
Outros ativos correntes	12	15.618.608,79	22.174.302,81
Caixa e seus equivalentes	13	1.739.936,01	1.314.949,64
Total dos ativos correntes		51.644.035,47	57.404.238,39
Total do ativo		297.088.507,62	304.036.686,27
Capital próprio dos Acionistas maioritários			
Capital Social	14	30.000.000,00	29.733.969,60
Reservas e outros ajustamentos	14	97.520,91	77.730,88
Resultados transitados	14	(6.274.547,71)	(6.650.558,35)
Resultado líquido do exercício		(3.168.668,35)	395.800,67
Total dos capitais próprios		20.654.304,85	23.556.942,80
Passivos não correntes			
Provisões		-	-
Empréstimos	15	122.734.310,93	114.949.923,88
Fornecedores e outros passivos não correntes	16	11.734.350,17	12.300.929,92
Impostos diferidos passivos	8	2.999.643,34	2.882.708,15
Acréscimos de custos de investimento contratual	17	8.832.779,26	9.568.303,36
Subsídios ao investimento	18	96.166.018,54	103.958.720,04
Total dos passivos não correntes		242.467.102,24	243.660.585,35
Passivos Correntes			
Empréstimos	15	22.503.404,80	27.027.791,79
Fornecedores	19	7.257.598,62	5.010.514,08
Outros passivos correntes	20	3.907.292,98	4.398.053,84
Estado e outros entes públicos	11	298.804,13	382.798,41
Imposto sobre o rendimento do exercício	21		
Total dos passivos correntes		33.967.100,53	36.819.158,12
Total do passivo		276.434.202,77	280.479.743,47
Total do passivo e do capital próprio		297.088.507,62	304.036.686,27

Demonstração dos Resultados

Unidade: euros

	Notas	31.12.2012 IFRS	31.12.2011 IFRS
Vendas	22	19.054.990,35	23.318.972,02
Prestação de serviços	22	10.948.895,54	10.415.686,46
Volume de negócios		30.003.885,89	33.734.658,48
Custo das vendas	23	(10.635.403,16)	(11.216.857,14)
Margem bruta		19.368.482,73	22.517.801,34
Fornecimentos e serviços externos	24	(8.919.302,77)	(9.318.065,34)
Gastos com o Pessoal	25	(2.499.638,19)	(2.776.651,67)
Amortizações, Depreciações e Reversões	26	(10.479.731,55)	(11.864.710,53)
Provisões, Ajustamentos e Reversões		-	-
Subsídios ao Investimento	19	3.657.425,95	4.699.533,54
Outros gastos e perdas operacionais	27	(383.947,74)	(338.368,51)
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	28	232.573,41	482.178,97
Resultados operacionais		975.861,84	3.401.717,80
Gastos financeiros	29	(6.437.864,95)	(5.088.193,58)
Rendimentos financeiros	30	2.191.763,22	1.800.074,69
Ganhos/(perdas) de investimentos financeiros			
Resultados financeiros		(4.246.101,73)	(3.288.118,89)
Resultados antes de impostos		(3.270.239,89)	113.598,91
Imposto do exercício	21	(36.785,88)	(13.235,39)
Imposto diferido	8 e 21	138.357,42	295.437,15
Resultado líquido do exercício		(3.168.668,35)	395.800,67
Rendimento integral		(3.168.668,35)	395.800,67
Resultado por ação (básico e diluído)	14	(0,53)	0,07
Rendimento integral por ação (básico e diluído)	14	(0,53)	0,07

Demonstração das Variações do Capital Próprio

Unidade: euros

		Capital Social	Reserva Legal	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2010	IFRS	29.733.969,60	77.730,88	(5.869.934,41)	(780.623,94)	23.161.142,13
Aplicação do res. líquido do exercício				(780.623,94)	780.623,94	-
Realização de capital social						-
Dividendos pagos						-
Resultado líquido do exercício					395.800,67	395.800,67
Saldo a 31 de dezembro de 2011	IFRS	29.733.969,60	77.730,88	(6.650.558,35)	395.800,67	23.556.942,80
Aplicação do res. líquido do exercício			19.790,03	376.010,64	(395.800,67)	0,00
Realização de capital social		266.030,40				266.030,40
Dividendos pagos						-
Resultado líquido do exercício					(3.168.668,35)	(3.168.668,35)
Saldo a 31 de dezembro de 2012	IFRS	30.000.000,00	97.520,91	(6.274.547,71)	(3.168.668,35)	20.654.304,85

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	28.929.401,49	24.371.152,71
Pagamentos a fornecedores	(21.035.354,86)	(20.393.620,42)
Pagamentos ao pessoal	(1.671.716,85)	(1.887.479,62)
Pagamento de IRC	(261.869,52)	(103.672,54)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	(743.324,38)	(713.305,79)
	5.217.135,88	1.273.074,34
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de investimentos financeiros	-	-
Recebimentos de ativos fixos tangíveis	-	-
Recebimentos de ativos fixos intangíveis	-	-
Recebimentos de subsídios de investimento	2.572.636,28	5.753.132,42
Recebimentos de juros e proveitos similares	417.917,28	113.076,56
Pagamentos de investimentos financeiros	(1.231.174,60)	(1.172.487,63)
Pagamentos de direitos de utilização	(3.127.463,63)	(6.924.917,98)
Pagamentos de ativos fixos intangíveis	-	-
	(1.314.084,67)	(2.231.196,63)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	4.682.059,69	6.565.510,71
Recebimentos de realização de capital	-	-
Pagamentos de empréstimos obtidos	-	-
Pagamentos de juros e gastos similares	(6.292.706,12)	(5.756.763,52)
Pagamentos de dividendos	-	-
	(1.610.646,43)	808.747,19
Varição de Caixa e seus Equivalentes	2.292.404,78	(149.375,10)
Caixa e seus equivalentes no início do período	(77.906,44)	71.468,66
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.739.936,01	(77.906,44)
	1.817.842,45	(149.375,10)

Decomposição de Caixa e seus Equivalentes

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Caixa	1.200,00	159.258,95
Depósitos à ordem	1.738.736,01	1.155.690,69
Depósitos a prazo	-	-
	1.739.936,01	1.314.949,64
Descobertos Bancários	-	(1.392.856,08)
	1.739.936,01	(77.906,44)

Notas às Demonstrações Financeiras

I. Atividade económica da Águas do Oeste, S.A.

I.1 Introdução

A Águas do Oeste, S.A. (adiante designada também por Águas do Oeste ou Empresa ou Sociedade) com um capital social de 30.000.000 euros, foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, tendo a sua sede social no Convento de São Miguel das Gaeiras, 2510-718 Gaeiras. A Águas do Oeste, tem como atividade principal a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste.

I.2 Atividade

A estrutura acionista da Águas do Oeste é composta pela empresa Adp - Águas de Portugal, SGPS, S.A.; pela Comunidade Intermunicipal do Oeste e pelos Municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço, e Torres Vedras.

A Empresa tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos a "...exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste...". Tendo por base um Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português em 24 de janeiro de 2001, foi atribuída à Empresa, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e gestão, incluindo igualmente a conclusão da conceção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, pelo prazo de 30 anos. Contudo, no aditamento ao Contrato ao Contrato de Concessão entre o Estado Português a Águas do Oeste, S.A., celebrado em 19 de dezembro de 2003, foi estabelecida a prorrogação do prazo de concessão até ao final do ano de 2035.

I.3 Acionistas

São acionistas da Águas do Oeste a Adp - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (51% do Capital Social), a Comunidade Intermunicipal do Oeste (0,02%), o Município de Alcobaça (5,13%), Município de Alenquer (5,68%), Município de Arruda dos Vinhos (1,47%), Município de Azambuja (5,95%), Município de Bombarral (1,54%), Município de Cadaval (1,55%), Município de Caldas da Rainha (3,50%), Município de Lourinhã (4,02%), Município de Nazaré (1,56%), Município de Óbidos (1,67%), Município de Peniche (2,20%), Município de Rio Maior (2,63%), Município de Sobral de Monte Agraço (1,08%), e o Município de Torres Vedras A (10,99%).

I.4 Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 16 de fevereiro de 2013.

2. Políticas Contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2012.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1 Bases de Apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Águas do Oeste foram preparadas segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.1 Novas normas e alteração de políticas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos, que decorram da aplicação de novas normas emitidas após 31 de dezembro de 2011.

Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e já endossadas pela União Europeia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 30 de junho de 2012:

- IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda) - Sem impacto na empresa.

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens suscetíveis de serem reclassificados (ou "reciclados") para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não suscetíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser suscetíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de junho de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e não endossadas pela União Europeia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 30 de junho de 2012 e 1 de janeiro de 2013:

- IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro - economias hiperinflacionárias (Emenda) - Sem impacto na empresa.

Quando a data de transição para as IFRS ocorrer na data, ou após data, em que a moeda funcional cesse de ser uma moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade pode mensurar todos os ativos e passivos detidos antes da data da cessação e que foram sujeitas aos efeitos de uma economia hiperinflacionária, ao seu justo valor na data da transição para IFRS. Este justo valor pode ser utilizado como o custo considerado para esses ativos e passivos na data de abertura da demonstração da posição financeira.

A emenda remove adicionalmente as datas fixas na IFRS 1 relativas ao desreconhecimento de ativos e passivos financeiros e de ganhos e perdas em transações no reconhecimento inicial, a nova data passa a ser considerada a data da transição para as IFRS.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de junho de 2011. A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.

- IFRS 1 (Emenda) - Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro – IFRS 9 e IAS 20 – Contabilização dos subsídios governamentais e divulgação de apoios governamentais - Sem impacto na empresa.

A emenda estabelece uma exceção na aplicação retrospectiva da IFRS 9 - Instrumentos financeiros e IAS 20 - Contabilização dos subsídios governamentais e divulgação de apoios governamentais.

Esta emenda requer que as entidades que apliquem a IFRS 1 apliquem prospectivamente os requisitos exigidos pela IAS 20 relativamente a empréstimos governamentais que existam à data da transição para as IFRS. No entanto, as entidades podem optar por aplicar os requisitos previstos na IFRS 9 (ou IAS 39, conforme aplicável) e IAS 20 a empréstimos governamentais retrospectivamente se a informação necessária tenha sido obtida na data de reconhecimento inicial desses empréstimos.

Esta adoção permite aos primeiros adotantes um alívio da aplicação retrospectiva da mensuração de empréstimos governamentais com uma taxa de juro inferior à taxa de juro de mercado. Como resultado da não aplicação retrospectiva da IFRS 9 (ou IAS 39) e IAS 20, os adotantes pela primeira vez não necessitam de reconhecer o correspondente benefício de uma taxa inferior à taxa de juro de mercado num empréstimo governamental como subsídio.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.

- **IFRS 7 (Emenda)** - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros - Sem impacto na empresa.

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. Contudo se a entidade decidir aplicar antecipadamente a IAS 32 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros deve aplicar conjuntamente as divulgações previstas na IFRS 7.

- **IFRS 9** - Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros) - Sem impacto na empresa.

A primeira fase da IFRS 9 - Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Ativos Financeiros:

Todos os ativos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objetivo da detenção do ativo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os *cash-flows* contratualizados; e
- nos termos contratados os ativos financeiros irão gerar, em datas determinadas, *cash-flows* que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de (i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para devem ser mensurados ao justo valor com as respetivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas).

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas exceto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem suscetíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos ativos financeiros.

- IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas - Sem impacto na empresa.

O IASB emitiu a IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 - Consolidação - entidades com finalidade especial e na IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e conseqüentemente ser incluídas nas Demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

- IFRS 11 - Acordos conjuntos - Sem impacto na empresa.

A IFRS 11:

- substitui a IAS 31 – Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 – Entidades conjuntamente controladas – contribuições não monetárias por empreendedores.
- altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através do método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial.
- define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registrar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos ativos, passivos, rendimentos e custos.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

- IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades - Sem Impacto na empresa.

A IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 - Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 - Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

- IFRS 13 - Mensuração do justo valor - Sem impacto na empresa.

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, a aplicação antecipada permitida desde que divulgada. A aplicação é prospectiva.

- **IAS 12** - Impostos sobre o rendimento - Sem impacto na empresa.

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efetuada através do uso das propriedades de investimento.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por ativos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efetuada através da venda destes ativos.

As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

- **IAS 27** - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revista em 2011) - Sem impacto no grupo AdP.

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013 podem ser antecipadas desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

- **IAS 28** - Investimentos em associadas e joint ventures - Sem impacto na empresa.

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às *joint ventures* à semelhança do que já acontecia com as associadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013 podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 27 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

- **IAS 32** - Instrumentos financeiros (Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros) - Sem impacto na empresa.

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32, para a compensação de instrumentos financeiros, requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros.

- **IFRIC 20** - Custos de separação de resíduos durante a fase de produção numa mina à superfície.

Esta interpretação aplica-se à remoção de resíduos incorridos numa mina de superfície durante a fase de produção.

Se o benefício decorrente da atividade de separação de resíduos for realizado no período corrente, uma entidade deve reconhecer esses custos de separação e remoção de resíduos como custos de inventários. Quando o benefício se refere a um acesso melhorado ao minério então a entidade deverá reconhecer esses custos como ativos não correntes se determinados critérios de reconhecimento forem cumpridos. Os ativos de separação e remoção de resíduos devem ser contabilizados como uma adição ou melhoramentos a ativos já existentes.

Se os custos da atividade de separação de resíduos que reúnem as condições para serem reconhecidos como um ativo e o inventário produzido não for identificáveis separadamente, uma entidade deve alocar estes custos por ambos os ativos utilizando um método de alocação baseado numa medida relevante de produção.

Após a mensuração inicial, o ativo resultante da atividade de separação e remoção de resíduos deve estar registado ao seu valor de custo ou ao valor reavaliado, líquido de amortizações e imparidades, utilizando os mesmos critérios de valorização dos ativos de que esta componente faça parte integrante.

A IFRIC 20 é aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, pode no entanto ser aplicada antecipadamente desde que devidamente divulgada. A IFRIC não requer a total aplicação é retrospectiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011, emitidas pelo IASB:

- **IFRS 1** (Emenda) - Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro – Sem impacto na empresa.

Clarifica que uma entidade que parou de aplicar as IFRS pode escolher entre: (i) voltar a aplicar a IFRS 1, apesar de já o ter feito num período anterior; ou (ii) aplicar retrospectivamente de acordo com a IAS 8, como se nunca tivesse deixado de aplicar as IFRS. Se uma entidade voltar a aplicar a IFRS 1 ou aplicar a IAS 8, deve divulgar as razões porque deixou de aplicar as IFRS e subsequentemente reatou a aplicação das IFRS.

Clarifica que, na adoção das IFRS, uma entidade que tenha capitalizado custos de financiamento de acordo com o anterior normativo, pode manter esse montante capitalizado sem qualquer ajustamento na Demonstração da posição financeira na data de transição.

- **IAS 1** (Emenda) - Apresentação de demonstrações financeiras Sem impacto na empresa.

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o balanço de abertura da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: (i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou (ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.

- IAS 16 - Ativos fixos tangíveis - Sem impacto na empresa.

Clarifica que sobressalentes e equipamentos de serviço que cumprem com a definição de ativos fixos tangíveis devem ser classificados como tal e não são inventários.

- IAS 32 - Instrumentos financeiros - Sem Impacto na empresa.

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resultem de distribuições a acionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

- IAS 34 - Relato financeiro intercalar - Sem Impacto na empresa.

Clarifica que os requisitos da IAS 34 relativamente à informação por segmentos para o total de ativos e passivos para cada segmento reportável, de forma a melhorar a consistência com a IFRS 8 Relato por segmentos.

De acordo com esta emenda, o total de ativos e passivos para cada um dos segmentos reportáveis só necessitam de ser divulgados quando os mesmos são regularmente providenciados aos gerentes de segmento.

As melhorias às IFRS são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, podem ser aplicadas antecipadamente desde que devidamente divulgadas. A aplicação é retrospectiva.

2.2 Conversão Cambial

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Águas do Oeste, estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da Águas do Oeste e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da Águas do Oeste de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

À data de 31 de dezembro de 2012 a Águas do Oeste não dispunha de transações em moedas diferentes do euro.

2.3 Atividade Regulada

2.3.1 Introdução

A Águas do Oeste, S.A., enquanto empresa gestora de SMM (sistemas multimunicipais) atua no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR - Decreto-Lei 362/98, de 18 de novembro, com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei 151/2002, de 23 de maio, e Decreto-Lei 277/2009, de 2 de outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pelas empresas carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, a Águas do Oeste com atividades reguladas adotou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços, cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se: (i) um órgão credenciado (por exemplo, o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e (ii) o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) é determinada de modo a recuperar gastos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade da Águas do Oeste é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador – ERSAR, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de gastos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador; (i) uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um gasto anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de gastos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu gasto (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

2.3.2 Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria.

Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso da Águas do Oeste, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.4 Atividade Concessionada – IFRIC 12

2.4.1 Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a Águas do Oeste presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como imobilizado corpóreo do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza a infraestrutura (construção ou modernização dos serviços) utilizados para prestar serviços públicos e opera e mantém a infraestrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor; e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador (ou concessionária) assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Concessões, prazos e indexantes

Água e Saneamento/ Resíduos	Concessão/ Parceria		Remuneração acionista		
	Prazo	Período	Taxa	Incidência ⁽¹⁾	
Água e Saneamento	Concessão	35 anos	2001-2035	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal

2.4.2 Classificação da infraestrutura

Contratualmente, a Águas do Oeste assenta num modelo tendente à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, a Águas do Oeste como concessionária de SMM classifica as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis - Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetados ao intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.4.3 Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

Total do investimento do contrato de concessão	Número de anos do contrato de concessão	Total do investimento da concessão revisto (OPT 2013)	Número de anos da concessão (OPT 2013)	Taxa média de amortização do ano de 2012
298.665.598,00	35	317.083.555,33	35	4,00%

2.4.4 Valor Residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como ativos financeiros – valor a receber.

2.4.5 Rédito – serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. A Águas do Oeste na fase de construção das infraestruturas atua como um “agente”/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada da Águas do Oeste, o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador.

2.5 Ativos Intangíveis

2.5.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.3.2.

2.5.2 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de *software*, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de gasto líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*. Os gastos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos.

2.6 Ativos e passivos financeiros

As compras e vendas destes investimentos são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação. No momento inicial, os investimentos são registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os gastos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos não são reconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos.

2.6.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros da Águas do Oeste são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – *trade date*) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A Águas do Oeste classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) empréstimos e contas a receber; (ii) investimentos detidos até à maturidade; (iii) investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); (iv) ativos financeiros disponíveis para venda.

2.6.1.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: (i) ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e (ii) investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo gasto amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Águas do Oeste não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de seis meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.6.1.2 Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Águas do Oeste tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao gasto amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.6.1.3 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: (i) os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de proveitos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

2.6.1.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a empresa tem intenção de manter por tempo indeterminado; (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas. São apresentados como ativos não correntes, exceto se houver a intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de balanço.

Após o reconhecimento individual os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a gastos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda, sendo as respetivas variações de justo valor reconhecidas diretamente nos capital próprio, na rubrica de “Reserva de justo valor”, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais

registados em reservas é transferido para resultados. No caso dos instrumentos de capital um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do gasto é determinante para determinar a existência de imparidade.

Os instrumentos de capital que não sejam participações em empresas filiais, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a IAS 39. Caso não exista valor de mercado, estes ativos são mantidos ao custo de aquisição, sujeitos a testes de imparidade.

2.6.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: (i) passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; (ii) outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem empréstimos obtidos e fornecedores e outras contas a pagar.

2.6.2.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

2.6.2.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de gastos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de gastos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Águas do Oeste possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

2.6.2.3 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.7 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pela Águas do Oeste, no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e, subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo, implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

2.8 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.9 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Dívidas a instituições de crédito – curto prazo”, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.10 Imparidade

2.10.1 Imparidade de ativos financeiros

O Grupo analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Cientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade, quando existem indicadores objetivos que a Águas do Oeste, S.A. não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) incumprimento há mais de três meses; (iii) dificuldades financeiras do devedor; (iv) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecoverável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.10.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Águas do Oeste, são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexo aos contratos de concessão que são reportados anualmente no orçamento ao regulador do setor. Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da Águas do Oeste. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. Uma perda por imparidade reconhecida relativa a *Goodwill* não é revertida. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor; líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.11 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.12 Subsídios do Governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas do Oeste cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção

de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

2.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Águas do Oeste divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um efluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de efluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um efluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2.14 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias, exceto quando a Águas do Oeste, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.15 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.4.5 - Rédito, as empresas concessionárias e reguladas, apenas reconhecem o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

2.15.1 Prestação de serviços

Atividade regulada – Serviços em “alta” – Saneamento

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

2.15.2 Venda de bens

Atividade regulada – Serviços em “alta” – Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

2.15.3 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

2.16 Trabalhos para a própria empresa

Nesta rubrica são reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao gasto, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (gastos internos) ou nos respetivos gastos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

2.17 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

2.18 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

3. Políticas de gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco

As atividades da Águas do Oeste estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição.

3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Águas do Oeste. A Empresa está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos 2 anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante das dívidas de clientes tem vindo a crescer contudo, a realização de acordos de pagamento, tem permitido renegociar o pagamento da dividida, diminuindo os saldos vencidos (ver nota 10 - clientes).

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: (i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; (ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e (iii) a condição financeira do cliente.

O grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. No Orçamento de Estado para 2012, no n.º 1 do artigo 58º estabeleceu que as autarquias locais que tenham dívidas vencidas às entidades gestoras dos sistemas multimunicipais do setor da água, do saneamento básico e dos resíduos deveriam apresentar até ao dia 15 de fevereiro de 2012, ao ministério da tutela sectorial, as condições de regularização dos respetivos débitos.

No Conselho de Ministros de 14 de junho de 2012, foi aprovado o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), tem por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais até 31 de março de 2012.

O PAEL abrange todos os pagamentos em atraso há mais de 90 dias dos municípios, independentemente da sua natureza comercial ou administrativa, sendo os municípios aderentes autorizados a celebrar um contrato de empréstimo com o Estado nos termos e condições definidos nesta proposta de lei.

Os limites gerais de endividamento de médio e longo prazo, previsto na Lei das Finanças Locais, não prejudicam a contração de empréstimos ao abrigo do presente diploma. O fundo disponível para o financiamento do PAEL é de 1.000.000.000 euros. São 263 municípios que estão em condições de beneficiar do acordo assinado entre o Governo e as autarquias para uma linha de crédito de mil milhões de euros.

O PAEL divide-se em dois programas: o primeiro direcionado para autarquias em situação de desequilíbrio estrutural e com pedido de reequilíbrio financeiro apresentado ao Estado. Nesse caso, o contrato de financiamento pode chegar aos 100 por cento das dívidas. O segundo dirige-se às dívidas em atraso, pelo menos, há 90 dias, e os contratos podem cobrir entre 50 a 90 por cento das dívidas.

As autarquias que estabeleçam um contrato ao abrigo do PAEL são impostas um conjunto de obrigações, entre as quais multas no caso de existir um aumento do endividamento no período da execução do contrato.

A Administração do grupo AdP acompanhou de perto (junto das "entidades interessadas") estas negociações, estando otimista quanto ao desfecho deste processo. Ainda que esta data não seja possível determinar com exatidão as verbas que irão ser pagas ao grupo AdP SGPS, S.A. é expectável que partes significativas das dívidas dos Municípios anteriores a 31 de dezembro de 2011 venham a ser liquidadas quando estes contratos forem assinados e disponibilizada a verba por parte do Governo Central aos Municípios.

A Administração tomou conhecimento que o Tribunal de Contas se encontra a analisar as contas dos vários municípios, para posteriormente dar um parecer ao Governo, assim sendo é expectável por parte da Administração que durante o ano de 2013, estas dívidas venham a ser pagas, no âmbito deste programa de ajuda aos municípios.

Adicionalmente, o Conselho de Administração da Empresa encontra-se a avaliar à adoção de outras medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos municípios, entre as quais o acionamento do mecanismo associado ao Privilégio Creditório, o qual incide sobre as dívidas correntes, e o estabelecimento de acordos de pagamento.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da Águas do Oeste continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas do Oeste, ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2012, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Unidade: euros

Ativos financeiros bancários	31.12.2012
Depósitos à ordem	1.738.736,01
Fundo de reconstituição do capital	7.734.117,94
	9.472.853,95

Em depósitos à ordem, está cativo o montante de 617.961,70 euros a favor de terceiros, que resulta de situações em que a Águas do Oeste, por razões que estão na dependência do credor; não pode pagar ou incorre no risco de pagar à entidade incorreta, são exemplo as situações de insolvência e penhoras. Nestas condições, a Águas do Oeste efetuou a consignação dos valores num depósito específico até cumprimento das obrigações do credor, informando o credor desta operação.

Unidade: euros

Rating	31.12.2012
Ba3 (Moody's)	9.472.853,95
	9.472.853,95

Nota: notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2013

3.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Águas do Oeste, pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Águas do Oeste, efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo crescente aumento das dívidas de clientes.

Tal como o país, a Empresa atravessa uma fase de reduzida liquidez. Face a este problema a Águas do Oeste procedeu à análise dos seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos da empresa, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacto financeiro, económico, e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos associados com as diversas entidades.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Oeste por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

Unidade: euros

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	14.503.404,80	11.797.510,00	111.680.390,00
Fornecedores e outros passivos	7.257.598,62	2.827.034,85	8.907.315,32

A Empresa, não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a Águas do Oeste, entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por tal expectável a sua exigibilidade imediata. Adicionalmente, no final do ano de 2012 a Empresa reforçou a linha de financiamento do BEI III em 10 milhões de euros, sendo também expectável os influxos relativamente a candidaturas de subsídios ao investimento.

3.4 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Águas do Oeste, advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Águas do Oeste, ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Águas do Oeste, ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está remuneração garantida dos contratos de concessão, e conseqüentemente o desvio tarifário.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade dos encargos financeiros da Águas do Oeste.

Unidade: euros

		31.12.2012	31.12.2011
Juros suportados	Real	2.057.184,92	1.903.006,09
Juros suportados	tx média +1%	2.642.653,21	2.412.601,40
Juros suportados	tx média -1%	1.471.716,63	1.393.410,78

3.5 Risco de capital

O objetivo da Águas do Oeste em relação à gestão de capital, infere num conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o gasto de capital.

O intuito da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Águas do Oeste, é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos ao investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do gasto médio de capital.

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Empréstimos não correntes	122.734.310,93	114.949.923,88
Empréstimos correntes	22.503.404,80	27.027.791,79
Disponibilidades	(1.739.936,01)	(1.314.949,64)
Dívida	143.497.779,72	140.662.766,03
Subsídios ao Investimento	96.166.018,54	103.958.720,04
Total do capital próprio	20.654.304,85	23.556.942,80
Capital	260.318.103,11	268.178.428,87
Dívida/ Total do capital	0,55	0,52

O modelo de financiamento da Empresa assenta tipicamente em dois tipos. O financiamento bancário remunerado com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

3.6 Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela Águas do Oeste. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, a Empresa tem procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas do Oeste são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Provisões

A Águas do Oeste, analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Águas do Oeste é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de efluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas do Oeste, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o gasto de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Águas do Oeste. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da Águas do Oeste, os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da empresa, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Águas do Oeste não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Se por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade,

o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Águas do Oeste.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Unidade: euros

	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de Balanço a 31.12.2012
Ativos intangíveis	-	-	-	227.526.015,06	227.526.015,06
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-
Investimentos financeiros	7.734.117,94	-	7.734.117,94	-	7.734.117,94
Impostos diferidos ativos	-	-	-	4.564.432,15	4.564.432,15
Clientes e outros ativos não correntes	5.619.907,00	-	5.619.907,00	-	5.619.907,00
Inventários	-	-	-	22.992,71	22.992,71
Clientes	33.759.775,63	-	33.759.775,63	-	33.759.775,63
Estado e outros entes públicos	155.636,27	-	155.636,27	-	155.636,27
Imposto sobre o rendimento do exercício	347.086,06	-	-	-	-
Fundo de Coesão a receber	20.201.463,26	-	20.201.463,26	-	20.201.463,26
Outros ativos correntes	(4.582.854,47)	-	(4.582.854,47)	-	(4.582.854,47)
Caixa e seus equivalentes	1.739.936,01	-	1.739.936,01	-	1.739.936,01
Total do ativo	64.975.067,70	-	64.627.981,64	232.113.439,92	296.741.421,56
Provisões	-	-	-	-	-
Empréstimos não correntes	-	122.734.310,93	122.734.310,93	-	122.734.310,93
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	11.734.350,17	11.734.350,17	-	11.734.350,17
Acréscimos de custos do investimento contratual	-	-	-	-	-
Impostos Diferidos Passivos	-	-	-	2.999.643,34	2.999.643,34
Amortizações de Investimento Futuro	-	-	-	8.832.779,26	8.832.779,26
Subsídios ao investimento	-	-	-	96.166.018,54	96.166.018,54
Empréstimos correntes	-	22.503.404,80	22.503.404,80	-	22.503.404,80
Fornecedores	-	7.257.598,62	7.257.598,62	-	7.257.598,62
Outros passivos correntes	-	-	-	3.907.292,98	3.907.292,98
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	-	298.804,13	298.804,13	-	298.804,13
Total do passivo	-	164.528.468,65	164.528.468,65	111.905.734,12	276.434.202,77

6. Ativos intangíveis

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Despesas de desenvolvimento	267.931,88	278.374,88
Propriedade industrial e outros direitos	31.853,95	33.142,21
Outros ativos intangíveis	4.184.881,44	4.352.805,76
Direitos de utilização de infraestruturas	212.516.515,31	197.078.009,47
Ativos intangíveis em curso	10.524.832,48	32.034.818,67
	227.526.015,06	233.777.150,99

6.1 Movimentos do período

Unidade: euros

Valor Bruto	31.12.2011	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	31.12.2012
Despesas de desenvolvimento	328.540,00					328.540,00
Propriedade industrial e outros direitos	39.250,09					39.250,09
Outros ativos intangíveis	4.869.553,01					4.869.553,01
Direitos de utilização de infraestruturas	237.058.923,96	352.609,04			26.121.496,87	263.533.029,87
Ativos intangíveis em curso	32.034.818,67	4.611.510,68			(26.121.496,87)	10.524.832,48
	274.331.085,73	4.964.119,72	-	-	-	279.295.205,45
Amortizações Acumuladas	31.12.2011	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	31.12.2012
Despesas de desenvolvimento	(50.165,12)	(10.443,00)				(60.608,12)
Propriedade industrial e outros direitos	(6.107,88)	(1.288,26)				(7.396,14)
Outros ativos intangíveis	(516.747,25)	(167.924,32)				(684.671,57)
Direitos de utilização de infraestruturas	(39.980.914,49)	(8.715.231,07)			(2.320.369,00)	(51.016.514,56)
	(40.553.934,74)	(8.894.886,65)	-	-	(2.320.369,00)	(51.769.190,39)
Valor Líquido	233.777.150,99				(4.640.738,00)	227.526.015,06

O montante de 2.320.369 euros, registado em transferências para amortizações acumuladas de direitos de utilização de infraestruturas, respeita ao valor das amortizações dos bens passados a firme durante o ano de 2012, e que havia sido reconhecido em anos anteriores como acréscimo de gastos de investimento contratual.

No que respeita aos intangíveis em curso salientam-se os de maior valor:

- Empreitada de Conceção/ Construção da ETAR do Paço e Sistema de Saneamento do Paço II Fase, no valor de 1.011.294,49 euros;
- Empreitada de Execução de Emissários e Intercetores AdO - Candidaturas FC 2000/PT/16/C/PE/001 e FC 2004/PT/16/C/PE/006, no valor de 778.525,92 euros;
- Empreitada de Instalação de Equipamento e Instalações Elétricas – Candidatura FC2000/PT/16/C/PE/ 001 Lote A e FC2004/PT/006 Lote B) - 1ª Fase, no valor de 310.548,89 euros;
- Empreitada de Conceção/ Construção/ Remodelação ETAR Carregado/ Alenquer, Emissário Carregado, ETAR S. João Ribeira, Ribeira de S. João, Pontes Monfalim. Remodelação/Ampliação da ETAR da Nazaré, no valor de 244.886,26 euros;

- Empreitada de execução do Sistema de Saneamento de Azambuja (Lote B), no valor de 181.168,42 euros;
- Empreitada de Conceção/ Construção das EE compactas de Tagarro, Espinheira e Louriceira, no valor de 179.836,83 euros;
- Empreitada de Conceção/ Construção de Sistema de Medição de Caudal (2ª Fase) - Sistema de Saneamento e Abastecimento, no valor de 153.109,40 euros.

6.2 DUI – movimentos do período

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Direitos de Utilização de Infraestruturas Líquido (saldo inicial)	197.078.009,47	218.131.350,24
Adições	352.609,04	98.394,90
Transferências e Abates	23.801.127,87	(11.708.697,00)
Alienações	-	-
Amortizações do exercício	(8.715.231,07)	(9.443.038,67)
Reversões de Amortizações		
Perdas por Imparidade	-	-
Direitos de Utilização de Infraestruturas Líquido (saldo final)	212.516.515,31	197.078.009,47

7. Investimentos financeiros

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Fundo de Reconstituição do Capital Social	7.734.117,94	6.502.943,34
	7.734.117,94	6.502.943,34

De acordo com a cláusula 18ª do Contrato de Concessão, a Águas do Oeste está obrigada a entregar em cada ano, a instituição autorizada, o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para criação de um Fundo de Reconstituição do Capital Social.

Na salvaguarda dos interesses dos utilizadores, uma vez que é incorporada na tarifa a margem de remuneração do capital social investido, os rendimentos do fundo serão em cada ano deduzidos aos gastos e encargos, pelo que a empresa poderá, a todo o tempo, utilizá-los. O valor da dotação do ano de 2012, 1.231.174,60 euros - resulta da anuidade do capital social subscrito e integralmente realizado, no valor total de 30.000.000,00 euros.

8. Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos

Unidade: euros

	Saldo Inicial	Correcções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	25%	25%	25%	25%	25%
Taxa de derrama	-	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
Ativos por impostos diferidos					-
Outros					-
Amortizações não aceites/ investimento contratual não realizado	17.236.558,15	(6.389.791,15)	1.584.844,90	(348.925,95)	12.082.685,95
Diferença amortização/ subsídios – investimentos realizados		4.353.350,23		(943.695,76)	3.409.654,46
Custo amortizado					-
Desvio tarifário					-
Ajustamentos transição - subsídios		1.153.664,01		(48.069,33)	1.105.594,67
Outros (detalhe outros em comentário)					-
Base de incidência	17.236.558,15	(882.776,92)	1.584.844,90	(1.340.691,05)	16.597.935,09
IRC	4.309.139,54	(220.694,23)	396.211,23	(335.172,76)	4.149.483,77
Derrama		408.844,53	39.621,12	(33.517,28)	414.948,38
Imposto diferido ativo reconhecido	4.309.139,54	188.150,30	435.832,35	(368.690,04)	4.564.432,15

A Águas do Oeste procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos resultantes dos acréscimos de custos para investimentos contratuais. De acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos são reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

Impostos diferidos passivos

Unidade: euros

	Saldo Inicial	Correcções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	25%	25%	25%	25%	25%
Taxa de derrama	-	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
Passivos por impostos diferidos					-
Outros					-
Ajustamentos transição-amortizações/ subsídios-investimento contratual não realizado		6.896.763,33	27.716,05	(236.537,56)	6.687.941,81
Diferença amortização fiscal/ contabilística/subsidio investimento contratual realizado	11.530.832,62	(6.317.330,07)		(993.650,40)	4.219.852,15
Desvio tarifário					-
Outros (detalhe outros em comentário)					-
Base de incidência	11.530.832,62	579.433,26	27.716,05	(1.230.187,96)	10.907.793,97
IRC	2.882.708,15	144.858,33	6.929,01	(307.546,99)	2.726.948,49
Derrama		302.756,65	692,90	(30.754,70)	272.694,85
Imposto diferido passivo reconhecido	2.882.708,15	447.614,97	7.621,91	(338.301,69)	2.999.643,34

Até 31 de dezembro de 2009 a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias estava adstrita às instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) na Diretriz Contabilística n.º 4/91, de 19 de dezembro, tendo sido aprovado pelas Autoridades Fiscais, a pedido da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., um entendimento que deu relevância em sede de IRC às instruções emanadas pela CNC na referida Diretriz Contabilística n.º 4/91. A partir de 1 de janeiro de 2010, com a revogação da Diretriz Contabilística n.º 4/91, pelo n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias passou a ser efetuada supletivamente (uma vez que do SNC não resultou nenhuma norma contabilística sobre os contratos de concessão) pela IFRIC 12, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 254/2009 da Comissão, de 25 de março de 2009.

Em termos gerais, a adoção da política contabilística emanada pela IFRIC 12, para efeitos de IRC, implicou para a Águas do Oeste o desconhecimento do montante das despesas capitalizáveis relativas ao investimento a realizar por via dos resultados transitados e o registo de uma provisão, conforme requerido na IFRIC 12, para as obrigações não regulares de manutenção e reparação de infraestruturas a efetuar no futuro, não sendo esta provisão aceite para efeitos fiscais, por não se encontrar prevista no artigo 39º do Código do IRC.

Este entendimento levou a que a Empresa tivesse procedido a ajustamentos com efeitos retroativos, desde o início da concessão, desconsiderando, por via de resultados transitados, as amortizações acumuladas dos investimentos a realizar, bem como a diferença entre as amortizações calculadas pelo prazo de concessão e pela aplicação do método de depleção e correspondente subsídio, aceites fiscalmente até à data da transição, gerando um encargo fiscal. As alterações contabilísticas que resultaram da adoção da IFRIC 12 deverão ser consideradas para efeitos fiscais retrospectivamente, desde o início de concessão, devendo a Águas do Oeste aplicar o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho. O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção da IFRIC 12, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (Exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. Contudo, a AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A., entendeu que este procedimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incurridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, foi entregue uma exposição junto dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão (até 2035), uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem pôr em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais. Assim, o valor apresentado pela Águas do Oeste respeita ao valor de imposto que deverá ser pago até ao final da Concessão.

Inventários

Unidade: euros

Prejuízos fiscais não relevados como impostos diferidos (por data de extinção)	31.12.2012
2012	-
2013	-
2014	-
2015	2.677.675,03
2016	411.100,97
2017	-
	3.088.776,00

9. Inventários

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Mercadorias		
Matérias-primas	22.992,71	49.320,29
Produtos acabados		
	22.992,71	49.320,29

10. Clientes

Atendendo ao prazo de vencimento das dívidas (2 anos) as empresas do Grupo têm vindo a desencadear os mecanismos legais que asseguram a recuperabilidade dos valores em causa.

No Conselho de Ministros de 14 de junho de 2012, foi aprovado o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), tem por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais até 31 de março de 2012.

O PAEL abrange todos os pagamentos em atraso há mais de 90 dias dos municípios, independentemente da sua natureza comercial ou administrativa, sendo os municípios aderentes autorizados a celebrar um contrato de empréstimo com o Estado nos termos e condições definidos nesta proposta de lei.

Os limites gerais de endividamento de médio e longo prazo, previsto na Lei das Finanças Locais, não prejudicam a contração de empréstimos ao abrigo do presente diploma. O fundo disponível para o financiamento do PAEL é de 1.000.000.000 euros. São 263 municípios que estão em condições de beneficiar do acordo assinado entre o Governo e as autarquias para uma linha de crédito de mil milhões de euros.

O PAEL divide-se em dois programas: o primeiro direcionado para autarquias em situação de desequilíbrio estrutural e com pedido de reequilíbrio financeiro apresentado ao Estado. Nesse caso, o contrato de financiamento pode chegar aos 100 por cento das dívidas. O segundo dirige-se às dívidas em atraso, pelo menos, há 90 dias, e os contratos podem cobrir entre 50 a 90 por cento das dívidas.

As autarquias que estabeleçam um contrato ao abrigo do PAEL são impostas um conjunto de obrigações, entre as quais multas no caso de existir um aumento do endividamento no período da execução do contrato.

A Administração da Águas do Oeste, acompanhou de perto (junto das "entidades interessadas") estas negociações, estando otimista quanto ao desfecho deste processo. É expetável que parte significativa das dívidas de clientes da Empresa, seja liquidada quando estes contratos forem assinados e disponibilizada a verba por parte do Governo Central aos municípios. A empresa tem conhecimento dos seguintes municípios com candidaturas ao PAEL: Alcobaça, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Lourinhã, Óbidos, Peniche, Rio Maior e Sobral de Monte Agraço.

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Clientes municípios - não corrente	5.619.907,00	2.043.214,01
Clientes municípios - corrente	27.126.441,70	28.887.285,68
Clientes outros	415.165,56	261.714,79
Devedores p/ acréscimos de rendimentos	6.218.168,37	4.234.230,80
	39.379.682,63	35.426.445,28

No valor referente à dívida corrente de municípios, está incluído o montante de 2.892.087,80 euros correspondente a valores associados à faturação, em 2011, do diferencial entre os valores mínimos garantidos e os valores faturados em 2010, corrigido de 408.161,90 euros, assim como o montante de 2.411.367,23 euros, que haviam sido faturados em 2010 ao município de Alcobaça, referente aos valores mínimos contratuais, em virtude da empresa ter sido impedida de iniciar o abastecimento apesar de se encontrar em condições de o fazer, corrigido de 90.454,81 euros.

No final de janeiro de 2013, dado o risco de prescrição da dívida, a empresa procedeu à abertura de processo de injunção aos municípios que não haviam pago os diferenciais entre os valores mínimos garantidos previstos no Contrato de Concessão e os valores faturados em 2010, assim como aos Serviços Municipalizados de Alcobaça que também não haviam pago as faturas.

Dada a indefinição de quais as tarifas a praticar na faturação dos valores mínimos garantidos, questão que tem sido abordada no âmbito da apresentação do Orçamento e Projeto tarifário e respetivos parecer da ERSAR e contraditório da AdO, e a necessidade de proceder à abertura dos processos de injunção, dado o risco de prescrição da dívida, a empresa optou por proceder, no caso dos valores de 2010, à faturação de acordo com a posição, ainda não definitiva, da ERSAR, que vai no sentido de que o valor mínimo garantido resulta da aplicação aos caudais anuais previstos, da tarifa adotada para o respetivo ano, no estudo de viabilidade económico-financeira, e não da tarifa aprovada e aplicada no ano de 2010.

Deste modo, a Águas do Oeste procedeu, em janeiro de 2013, à correção dos valores de 2010, resultando num acerto desfavorável para a empresa no montante de 498.616,70 euros. A empresa, embora apenas tenha procedido à emissão de notas de crédito para correção dos valores faturados de valores mínimos garantidos de 2010, em janeiro de 2013, fez refletir em resultados de 2012 esse acerto.

Está também reconhecido como dívida de clientes, os valores registados como acréscimo de rendimentos, no valor de 3.898.539,85 euros e de 2.188.371,21 euros referente ao diferencial entre o faturado de abastecimento de água e os valores mínimos garantidos respeitantes a 2011 e 2012, respetivamente, de acordo com o Decreto-Lei 195/2009 de 20 de agosto, assim como 629.874,00 euros referentes a caudal do período de 2005 a 2009, pelo facto de, em anos anteriores, se ter procedido à dedução de 5% aos caudais de abastecimento de água faturados a dois municípios.

A Águas do Oeste tem vindo a desenvolver esforços no sentido de resolver junto dos utilizadores/ clientes, a situação das dívidas vencidas, procurando estabelecer, em primeiro lugar, acordos de pagamento da dívida, tendo, contudo, em municípios em que tal não é possível, procedido à abertura de processos de injunção.

10.1 Clientes - municípios

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Clientes municípios	14.433.392,10	13.692.390,62
Clientes municípios TRH	160.168,31	176.493,54
Clientes municípios acordos - não corrente	5.619.907,00	2.043.214,01
Clientes municípios acordos- corrente	1.607.886,16	1.196.193,12
Clientes municípios injunções	9.481.547,50	12.988.164,77
Clientes municípios juros de mora	1.443.447,63	834.043,63
	32.746.348,70	30.930.499,69

10.2 Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente)

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Clientes municípios não correntes	5.619.907,00	2.043.214,01
Clientes municípios correntes	27.126.441,70	28.887.285,68
	32.746.348,70	30.930.499,69

Estão classificados como dívidas de municípios não correntes, os montantes respeitantes aos acordos de pagamento celebrados cujo pagamento se estende para além de 2013. A empresa celebrou acordos de pagamento a quatro anos com os municípios de Azambuja, Cadaval, Bombarral, Óbidos, Lourinhã e Rio Maior e com os Serviços Municipalizados de Nazaré e de Alcobaça.

10.3 Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Unidade: euros

	Vencido até n - 2	Vencido até n - 1	Vencido até n	Total Vencido	Não vencido	Total
Alcobaça	2.066.535,26	472.774,43	269.636,25	2.808.945,94	2.180.008,99	4.988.954,93
Alenquer	2.258.736,16	1.481.132,74	1.666.927,63	5.406.796,53	569.529,26	5.976.325,79
Arruda dos Vinhos	862.182,33	1.335.224,57	365.373,01	2.562.779,91	229.625,83	2.792.405,74
Azambuja	586.739,24			586.739,24	1.113.391,92	1.700.131,16
Azambuja (AdA)	-	801.972,52	352.483,47	1.154.455,99	318.064,14	1.472.520,13
Bombarral	-	11.833,11	52.088,61	63.921,72	1.784.463,88	1.848.385,60
Cadaval	-	-	2.369,39	2.369,39	660.564,07	662.933,46
Caldas da Rainha	-	513.571,18	-	513.571,18	152.034,04	665.605,22
Lourinhã	-	387.082,36	18,78	387.101,14	997.365,14	1.384.466,28
Mafra-Compagnie Générale des Eaux	-	-	-	-	230.083,39	230.083,39
Óbidos	110.403,28	793.660,49	278.072,82	1.182.136,59	831.488,07	2.013.624,66
Nazaré	1.748.816,28	939.962,62	1.045.282,83	3.734.061,73	571.956,11	4.306.017,84
Peniche	-	-	-	-	147.160,50	147.160,50
Rio Maior	-	366.946,41	30.518,11	397.464,52	841.257,35	1.238.721,87
Sobral de Monte Agraço	300.193,16	819.100,03	453.536,15	1.572.829,34	135.250,66	1.708.080,00
Torres Vedras	-	454.806,26	-	454.806,26	1.156.125,87	1.610.932,13
	7.933.605,71	8.378.066,72	4.516.307,05	20.827.979,48	11.918.369,22	32.746.348,70

11. Estado e outros entes públicos

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
IVA a receber	155.636,27	298.429,46
Outros	-	-
EOEP ativos	155.636,27	298.429,46
IVA a pagar	-	-
Retenções - IRS	(78.814,27)	(52.867,07)
Retenções - Segurança Social	(49.786,72)	(4.570,29)
TRH	(169.832,74)	(324.990,67)
Outros	(370,40)	(370,38)
EOEP passivos	(298.804,13)	(382.798,41)
	(143.167,86)	(84.368,95)

12. Outros ativos correntes

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Fundo de Coesão a receber	13.494.319,43	20.201.463,26
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	17.106,93	517.142,25
Outros devedores	445.117,89	456.567,91
Devedores por acréscimos de Rendimentos	1.600.053,86	988.759,57
Diferimento de encargos	62.010,68	10.369,82
	15.618.608,79	22.174.302,81

No que respeita aos valores a receber junto do fundo de coesão, estes resultam de investimento realizado totalmente concluído e cujo saldo final se espera receber durante o ano de 2013 e 2014. Compreende as candidaturas:

- FC 2000/PT/16/C/PE/001 - Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste - 1º Grupo de Projetos de Saneamento (Despoluição da Lagoa de Óbidos e S. Martinho do Porto + Nazaré);

- FC 2004/PT/16/C/PE/006 - Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste - 2º Grupo de Projetos de Saneamento;

- FC 2004/PT/16/C/PE/008 - Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste - 3ª Fase Abastecimento de Água.

13. Caixa e bancos

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Caixa	1.200,00	159.258,95
Depósitos à Ordem	1.738.736,01	1.155.690,69
Depósitos a Prazo	-	-
	1.739.936,01	1.314.949,64

14. Capital

Unidade: euros

		Capital Subscrito 31.12.2012	Capital Realizado 31.12.2012	Capital Subscrito 31.12.2011	Capital Realizado 31.12.2011
Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	15.300.000,00	15.300.000,00	15.300.000,00	15.300.000,00
Comunidade Intermunicipal do Oeste	0,02%	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Município de Alcobça	5,13%	1.540.190,00	1.540.190,00	1.540.190,00	1.274.159,60
Município de Alenquer	5,68%	1.702.670,00	1.702.670,00	1.702.670,00	1.702.670,00
Município de Arruda dos Vinhos	1,47%	439.665,00	439.665,00	439.665,00	439.665,00
Município de Azambuja	5,95%	1.784.885,00	1.784.885,00	1.784.885,00	1.784.885,00
Município de Bombarral	1,54%	462.200,00	462.200,00	462.200,00	462.200,00
Município de Cadaval	1,55%	465.230,00	465.230,00	465.230,00	465.230,00
Município de Caldas da Rainha	3,50%	1.051.340,00	1.051.340,00	1.051.340,00	1.051.340,00
Município de Lourinhã	4,02%	1.206.915,00	1.206.915,00	1.206.915,00	1.206.915,00
Município de Nazaré	1,56%	468.505,00	468.505,00	468.505,00	468.505,00
Município de Óbidos	1,67%	501.430,00	501.430,00	501.430,00	501.430,00
Município de Peniche	2,20%	660.685,00	660.685,00	660.685,00	660.685,00
Município de Rio Maior	2,63%	789.820,00	789.820,00	789.820,00	789.820,00
Município de Sobral de Monte Agraço	1,08%	324.910,00	324.910,00	324.910,00	324.910,00
Município de Torres Vedras	10,99%	3.296.555,00	3.296.555,00	3.296.555,00	3.296.555,00
	100,00%	30.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	29.733.969,60

14.1 Resultado por ação

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Resultado líquido	(3.168.668,35)	395.800,67
Número médio de ações (5,00 eur/ cada)	6.000.000,00	6.000.000,00
	(0,53)	0,07

14.2 Movimentos do período

Unidade: euros

	31.12.2011	Afet. Res. Líquido	Dividendos	Res. Líquido	31.12.2012
Reservas e outros ajustamentos	77.730,88	19.790,03			97.520,91
Resultados transitados	(6.650.558,35)	376.010,64			(6.274.547,71)
Resultado líquido do exercício	395.800,67	(395.800,67)		(3.168.668,35)	(3.168.668,35)
	(6.177.026,80)	-	-	(3.168.668,35)	(9.345.695,15)

15. Empréstimos

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Empréstimos Bancários BEI	122.734.310,93	114.949.923,88
Empréstimos Bancários - banca comercial	-	-
Empréstimos - Locação financeira	-	-
Empréstimos - Empresa-mãe	-	-
Não correntes	122.734.310,93	114.949.923,88
Empréstimos Bancários BEI	2.186.410,00	1.335.690,00
Empréstimos Bancários - banca comercial	12.316.994,80	14.299.245,71
Descobertos Bancários	-	1.392.856,08
Empréstimos - Empresa-mãe	8.000.000,00	10.000.000,00
Empréstimos - Locação financeira	-	-
Correntes	22.503.404,80	27.027.791,79
Total de empréstimos	145.237.715,73	141.977.715,67

15.1 Empréstimos por intervalos de maturidade

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Até 1 ano	22.503.404,80	27.027.791,79
De 1 a 2 anos	1.960.310,00	1.960.310,00
De 2 a 3 anos	2.668.110,00	2.668.110,00
De 3 a 4 anos	3.227.450,00	3.227.450,00
De 4 a 5 anos	3.941.640,00	3.941.640,00
Superior a 5 anos	110.936.800,93	103.152.413,88
	145.237.715,73	141.977.715,67

15.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Taxa de Juro variável		
Até 1 ano	20.767.914,80	26.006.381,79
De 1 a 2 anos	667.720,00	720.920,00
De 2 a 3 anos	778.800,00	667.720,00
Superior a 3 anos	29.327.744,40	30.093.203,75
	51.542.179,20	57.488.225,54
Taxa de Juro fixa	31.12.2012	31.12.2011
Até 1 ano	1.735.490,00	1.021.410,00
De 1 a 2 anos	1.292.590,00	1.465.490,00
De 2 a 3 anos	1.889.310,00	1.292.590,00
Superior a 3 anos	88.778.146,53	80.710.000,13
	93.695.536,53	84.489.490,13
	145.237.715,73	141.977.715,67

15.3 Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Expira num ano	6.683.005,20	700.754,29
Expira para lá de 1 ano	-	-

A 31 de dezembro de 2012, as linhas de crédito contratadas e não utilizadas, encontram-se aprovadas junto do BES.

15.4 Justo valor dos financiamentos

Unidade: euros

	Valor contabilístico 31.12.2012	Valor contabilístico 31.12.2011	Justo valor 31.12.2012	Justo valor 31.12.2011
Empréstimos Bancários BEI	125.664.310,00	117.000.000,00	51.008.812,59	47.872.323,82
Não correntes	125.664.310,00	117.000.000,00	51.008.812,59	47.872.323,82

As taxas de juro utilizadas para o apuramento do justo valor foram as seguintes:

- Ano de 2011: 8,40%
- Ano de 2012: 8,00%

16. Fornecedores e outros passivos não correntes

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Fornecedores de investimento	10.612.101,26	11.133.068,56
Dívida ao Município de Torres Vedras Infraestruturas arrendadas	1.122.248,91	1.167.861,36
Outras contas a pagar		
Outros fornecedores		
	11.734.350,17	12.300.929,92

O justo valor dos saldos acima apresentados é semelhante ao de balanço pois o valor temporal do desconto é pouco relevante.

Encontra-se registado em fornecedores de investimento o reconhecimento da dívida à EPAL pela aquisição das infraestruturas, de acordo com o contrato celebrado em 19 de dezembro de 2003, no valor de 10.021.895,29 euros, bem como 590.205,97 euros referentes a retenção a fornecedores, por conta de garantia de empreitadas e de prestações de serviços.

17. Acréscimos de gastos de investimento contratual

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Acréscimos de custos de investimento contratual	8.832.779,26	9.568.303,36
	8.832.779,26	9.568.303,36

O movimento ocorrido no ano foi o seguinte:

Unidade: euros

Acréscimos de custos de investimento contratual	
Saldo a 31 de dezembro de 2011	9.568.303,36
Aumento	1.584.844,90
Transferências	(2.320.369,00)
Saldo a 31 de dezembro de 2012	8.832.779,26

O montante de 2.320.369 euros, trata-se de o valor transferido para amortizações acumuladas de direitos de utilização de infraestruturas, respeitante ao valor das amortizações dos bens passados a firme durante o ano de 2012.

18. Subsídios ao investimento

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Fundo de Coesão	96.166.018,54	103.958.720,04
Integração de Património	-	-
Outros Subsídios	-	-
	96.166.018,54	103.958.720,04

O valor registado diz respeito a proveitos diferidos pelo reconhecimento do direito a subsídios do Fundo de Coesão.

O reconhecimento do subsídio é feito pela aplicação do critério definido ao abrigo dos contratos de concessão e das regras regulatórias, isto é, são considerados os investimentos realizados e a quota-parte anual do investimento a realizar no futuro.

A empresa adota a mesma metodologia das amortizações para o reconhecimento dos subsídios.

18.1 Movimentos do período

Unidade: euros

	31.12.2011	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2012
Fundo de Coesão	103.958.720,04	(3.657.425,95)		(4.135.275,55)	96.166.018,54
Integração de Património	-				-
Outros Subsídios	-				-
	103.958.720,04	(3.657.425,95)	-	(4.135.275,55)	96.166.018,54

A regularização de 4 milhões de euros, registada em 2012, respeita à correção do valor de despesa registado pela empresa em anos anteriores, considerada como elegível, após validação por parte do POVT de pedidos de pagamento e despesa apresentada.

19. Fornecedores correntes

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Fornecedores de investimentos	1.758.909,88	849.728,27
Fornecedores gerais	974.744,25	993.757,64
Fornecedores empresas do Grupo	3.496.377,56	2.163.106,89
Fornecedores faturas em receção e conferência	1.027.566,93	1.003.921,28
	7.257.598,62	5.010.514,08

20. Outros Passivos correntes

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Acréscimos com férias e subsídio de férias	220.529,26	228.733,14
Empresas do Grupo	2.590.044,02	2.231.892,54
Outros acréscimos e diferimentos	1.082.191,86	1.902.941,44
Outros credores	14.527,84	34.486,72
	3.907.292,98	4.398.053,84

21. Imposto sobre o rendimento

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Estimativa de imposto a receber	359.178,68	197.241,50
Estimativa de imposto a pagar	(12.092,62)	(13.236,58)
	347.086,06	184.004,92

21.1 Imposto do exercício

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Imposto corrente	12.092,62	13.235,39
Insuficiência de Estimativa para impostos	24.693,26	-
Imposto diferido	(138.357,42)	(295.437,15)
	(101.571,54)	(282.201,76)

21.2 Reconciliação entre base contabilística e base fiscal

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Resultados antes de impostos	(3.270.239,89)	113.598,91
Variações patrimoniais positivas	915.791,21	1.189.416,04
Variações patrimoniais negativas	(552.989,80)	-
Diferenças permanentes	428.277,01	(1.596.265,45)
Diferenças temporárias	1.083.824,36	1.567.257,00
Matéria coletável (Lucro Tributável)	(1.395.337,12)	1.274.006,50

21.3 Detalhe do apuramento de Imposto do Exercício

	31.12.2012	31.12.2011
Resultados antes de impostos	(3.270.239,89)	113.598,91
Taxas aplicáveis		
Taxa(s) de imposto até 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	n.a.	12,50%
Taxa(s) de imposto superior 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	25,00%	25,00%
Taxa(s) de Derrama Municipal	0,00%	0,00%
Taxa(s) de Derrama Estadual	2,50%	2,50%
Imposto sobre o rendimento	-	28.399,73
Derrama Municipal	-	-
Derrama Estadual	-	2.839,97
Total	-	31.239,70
Lucro tributável	(1.395.337,12)	1.274.006,50
Imposto sobre o rendimento	-	318.501,62
Derrama Municipal	-	-
Derrama Estadual	-	1.274.006,47
Total	-	1.592.508,10
Tributações autónomas	12.092,62	13.235,39
Insuficiência de estimativa de impostos	24.693,26	-
Imposto total	36.785,88	1.605.743,49
Taxa média	n.a.	126,04%

21.4 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

	31.12.2012	31.12.2011
Resultados antes de impostos	(3.270.239,89)	113.598,91
Taxas aplicáveis		
Taxa(s) de imposto até 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	n.a.	12,50%
Taxa(s) de imposto superior 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	25,00%	25,00%
Taxa(s) de Derrama Municipal	0,00%	0,00%
Taxa(s) de Derrama Estadual	0,00%	0,00%
Imposto sobre o rendimento	(817.559,97)	26.837,23
Encargos não dedutíveis	109.554,64	47.838,80
Rendimentos não tributáveis	(2.485,39)	(2.836,13)
Variações do efeito da transição	259.641,60	(685.778,68)
Prejuízos fiscais	312.491,80	318.501,62
Tributação autónoma	12.092,62	13.235,39
Insuficiência de estimativa	24.693,26	-
Imposto total	(101.571,43)	(282.201,76)
Taxa efetiva	3,11%	-248,42%

21.5 Prejuízos fiscais

Não existem diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas, e créditos fiscais não usados relativamente aos quais tenha sido reconhecido algum imposto diferido.

21.6 Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão

No decorrer de um Pedido de Informação Vinculativo (PIV) submetido pelo grupo AdP, foi entendimento das autoridades fiscais que os acréscimos de gastos do investimento contratual deixassem de ser fiscalmente aceites com a extinção do POC, e consequentemente da Diretriz Contabilística n.º 4, e, a sua substituição pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS/IAS). Saliente-se que a prática contabilística se mantém inalterada, tendo em conta o enquadramento contabilístico e regulatório a que a Águas do Oeste está vinculada. As alterações que resultaram do facto anteriormente descrito foram contabilizadas retrospectivamente, conforme preconizado nas normas, tendo a empresa aplicado o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho. O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção do novo normativo (IFRS), que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes.

A empresa é de opinião que este entendimento colocava em causa o princípio de balanceamento dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência do contrato de concessão celebrado com o Estado Português, não se justifica que a Concessionária tenha de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., procedeu à entrega de uma exposição em 5 de abril de 2011 junto da DGCI com conhecimento dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes dos ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem por em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais, onde se enquadra a Águas do Oeste.

Assim, este foi o procedimento adotado pela Águas do Oeste, nos seus registos contabilísticos dos exercícios de 2010 e 2011, bem como nos Modelo 22 (IRC) de 2010 e 2011.

No dia 31 de dezembro de 2012 foi aprovada a Lei n.º 66-B/2012, onde no seu art.º 255, onde se introduziu um regime transitório nos contratos de concessão de sistemas Multimunicipais, aditando para o efeito ao Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho o artigo 5º-A. De acordo com o disposto neste artigo 5º-A, para as entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos que beneficiaram da dedutibilidade fiscal das amortizações do investimento contratual não realizado até à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, o prazo de regularização dos efeitos nos capitais próprios decorrentes na adoção pela primeira vez da NCRF, corresponde aos períodos de tributação remanescentes do contrato de concessão em vigor no final de cada exercício.

De acordo ainda com o disposto no n.º 2 do artigo 5º-A esta alteração ao regime transitório prevista no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, tem natureza interpretativa, logo retroativa.

Assim a empresa, manteve o procedimento dos ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual pelo prazo remanescente da concessão concorram, em partes iguais, para a formação do lucro tributável, com exceção dos ajustamentos relacionados com o investimento já realizado à data da transição, onde estes ajustamentos concorrem para o lucro tributável, tal como está definido no Decreto-Lei n.º 159/2009, ou seja 5 anos.

A empresa, irá efetuar os procedimentos fiscais e legais, para proceder as alterações dos modelos 22, já entregues, não havendo lugar a pagamento de mais imposto, em virtude de existirem prejuízos fiscais de anos anteriores.

22. Vendas e prestação de serviços

22.1 Vendas

		Unidade: euros
	31.12.2012	31.12.2011
Vendas de água	18.789.872,86	20.590.587,30
Outras vendas		
Correção de exercícios anteriores	265.117,49	2.728.384,72
	19.054.990,35	23.318.972,02

A atividade da Águas do Oeste, durante o ano de 2012, foi inferior à do ano anterior; tendo sido vendidos menos 637.046,11 metros cúbicos, verificando-se o decréscimo, essencialmente, nos designados “municípios utilizadores em exclusivo”.

Relativamente a 2012, a Águas do Oeste procedeu de igual forma ao reconhecimento dos valores associados à diferença entre os volumes considerados nos contratos de fornecimento e os volumes consumidos e faturados. Dado que em 2012, a concessão da Empresa já ultrapassou o primeiro terço, a empresa apenas procedeu ao reconhecimento desses valores no caso dos “municípios clientes” e dos “utilizadores em exclusivo” em que tal tenha acontecido por motivo imputável ao utilizador; ou seja no caso em que os municípios estão a recorrer a captações próprias, são o caso os municípios de Óbidos e de Rio Maior; ou no caso em que o “município cliente” não consumiu o volume previsto no respetivo contrato de fornecimento, caso de Alcobça Neste sentido foi reconhecido o valor de 2.188.371,21 euros, tendo por base a tarifa aprovada e aplicada em 2012.

Ainda, no que respeita aos valores mínimos garantidos a Águas do Oeste, procedeu à correção dos valores de 2010, resultando num acerto desfavorável para a empresa no montante de 498.616,70 euros. Esta correção teve por base a posição, ainda não definitiva, da ERSAR, que vai no sentido de que o valor mínimo garantido resulta da aplicação aos caudais anuais previstos, da tarifa adotada para o respetivo ano, no estudo de viabilidade económico-financeira, e não da tarifa aprovada e aplicada no ano de 2010.

A Empresa em 2012, procedeu ainda à correção no montante de 294.183,05 euros, a favor da empresa, referente aos valores que havia provisionado em anos anteriores, respeitantes a caudal do período de 2005 a 2009, pelo facto de, em anos anteriores, se ter procedido à dedução de 5% aos caudais de abastecimento de água faturados a dois municípios.

22.2 Prestação de serviços

		Unidade: euros
	31.12.2012	31.12.2011
Prestação de serviços a municípios	10.824.320,84	10.258.329,55
Prestação de serviços a particulares	115.216,11	157.356,91
Correção de exercícios anteriores	9.358,59	
	10.948.895,54	10.415.686,46

A atividade de saneamento, durante o ano de 2012, foi inferior à do ano anterior em 431.057,44 metros cúbicos, apesar de mais infraestruturas em exploração, resultando o aumento do rendimento desta atividade somente do aumento da tarifa praticada face ao ano anterior. O decréscimo do volume de efluente recolhido e tratado, está associado a menores aflúncias ao Sistema Multimunicipal, decorrente de uma menor pluviosidade ocorrida face a 2011, verificando-se as variações negativas mais significativas, nos municípios que são faturados com base nos caudais medidos.

23. Gasto das vendas

		Unidade: euros
	31.12.2012	31.12.2011
CMVMC - Mercadorias	10.479.938,85	11.049.147,40
CMVMC - Matérias primas	28.611,81	12.710,00
CMVMC - Matérias subsidiárias	106.016,19	107.529,12
CMVMC - Diversos	21.011,94	47.470,62
TPPE - Ativos em curso	(175,63)	-
	10.635.403,16	11.216.857,14
Varição da produção	-	-
	10.635.403,16	11.216.857,14

No que respeita ao CMVMC-Mercadorias a variação positiva face ao ano anterior é explicada pelo facto de no ano anterior, a Epal ter procedido à faturação do diferencial entre os volumes mínimos previstos no contrato entre a Águas do Oeste e a Epal e os volumes efetivamente fornecidos, relativamente a 2010. Face a 2011 verifica-se um acréscimo do volume de água adquirido no montante de 380.059 metros cúbicos.

A Empresa à semelhança do procedimento seguido no ano anterior, reconheceu os valores de 2012 relativos ao diferencial até perfazer os volumes mínimos a pagar à Epal, bem como o "valor suplementar" a pagar à EPAL, tal como previsto no aditamento ao contrato assinado pelas partes, em janeiro de 2011, para fazer face ao menor consumo verificado desde o início do contrato, perfazendo no total o valor de 1.394.153,74 euros.

Face ao ano anterior, no consumo de reagentes verificou-se um acréscimo, decorrente não de um maior volume de atividade, mas das características dos efluentes a tratar.

24. Fornecimentos e serviços externos

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Subcontratos	295.695,58	657.995,03
Trabalhos especializados	1.874.711,03	1.832.081,09
Publicidade e propaganda	7.677,18	8.656,42
Vigilância e segurança	30.601,29	27.120,45
Honorários	9.832,67	23.133,06
Conservação e reparação	1.513.416,59	1.995.900,21
Ferramentas e utensílios de desg. rápido	40.935,16	26.967,45
Livros e documentação técnica	3.200,61	2.743,27
Material de escritório	20.173,62	13.313,30
Artigos para oferta	702,75	1.606,89
Energia	3.671.690,31	3.196.231,68
Combustíveis	191.419,40	285.384,02
Água	123.560,76	189.828,00
Outros fluídos	3.737,25	3.203,92
Deslocações e estadas	23.457,67	24.926,48
Rendas e alugueres	315.391,79	351.514,12
Comunicação	136.608,57	119.629,53
Seguros	347.025,36	361.423,82
Contencioso e notariado	7.722,88	2.717,15
Despesas de representação	2.185,18	2.869,82
Limpeza higiene e conforto	90.368,75	72.576,92
Reprodução documentos	3.359,26	6.010,24
Material laboratório	31.715,40	28.134,85
Material de Fotografia	-	-
Jornais e revistas	436,48	470,80
Jardinagem	65.585,86	55.114,69
Outros FSE's	197.751,24	205.898,70
Correções relativas a exercícios anteriores	100.357,03	40.807,72
	9.109.319,67	9.536.259,63
FSE's capitalizados	(190.016,90)	(218.194,29)
	8.919.302,77	9.318.065,34

Nos fornecimentos e serviços externos, salientam-se os que, face ao ano anterior, apresentam uma maior variação:

- **Subcontratos**

A variação positiva face ao ano anterior deve-se a menores gastos com a exploração em regime de *Outsourcing* das ETAR de Zambujeira e de Atouguia da Baleia, que passaram a ser exploradas diretamente pela empresa.

- **Trabalhos Especializados**

Nesta rubrica, a variação negativa, face a 2011, é justificada essencialmente por maiores gastos, de cerca de 163 mil euros, com tratamento de resíduos na atividade de Saneamento, resultado de maiores cargas poluentes na água residual que chegou às estações de

tratamento comparativamente ao que se verificou em anos anteriores, decorrente de um número significativo de descargas industriais anómalas nos sistemas municipais.

Contrariamente, verificou-se uma redução dos gastos com análises, de valor aproximado de 55 mil euros. A empresa continuou com o que já havia implementado em 2011, procedendo à alteração de metodologias, que implicaram a redução do número de análises realizadas face a anos anteriores.

Também face ao ano anterior, os encargos com *fee's* de gestão foram inferiores, em virtude de um menor volume de negócios face a 2011.

- **Conservação e Reparação**

Trata-se de uma rubrica cujo resultado depende, em grande medida, da ocorrência de situações não previstas e que afetam as suas infraestruturas.

A diminuição de gastos verificada, está relacionada, em parte, com menores gastos referentes a sinistros, fundamentalmente roubos e danos ocorridos nas ETAR da empresa no ano anterior.

- **Energia**

O aumento dos gastos com energia justifica-se, por um lado, pelo acréscimo do número de infraestruturas em exploração e pelo aumento do preço face ao ano anterior e, por outro, pelo maior consumo de energia, resultado de maiores cargas poluentes na água residual que chegou às estações de tratamento comparativamente ao que se verificou em anos anteriores, decorrente de um número significativo de descargas industriais anómalas nos sistemas municipais.

- **Combustíveis**

Na rubrica de combustíveis observa-se uma variação positiva, quer pela diminuição do consumo de gasóleo para geradores, pelo facto da EDP ter concretizado as ligações dos ramais de energia a algumas infraestruturas, quer pela diminuição do consumo de gasóleo para viaturas.

À semelhança do já realizado em 2011, a Empresa continuou a procurar otimização de rotinas e das rotas efetuadas, permitindo a redução dos quilómetros percorridos e a diminuição da média de litros consumida, tendo inclusive adquirido *software* de gestão de frota através de GPS, para o efeito.

- **Correções relativas a exercícios anteriores**

Nesta rubrica a variação é explicada, essencialmente, por gastos diversos referentes a anos anteriores, nomeadamente gastos incorridos pelo município de Azambuja debitados à Águas do Oeste, tais como eletricidade e reparações e trabalhos diversos.

A Águas do Oeste, continuou em 2012 a prosseguir as orientações emanadas para o Setor Empresarial do Estado, procedendo, sempre que possível e que não compromettesse a atividade desenvolvida, a um esforço de redução e contenção de custos.

25. Gastos com pessoal

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Remunerações	2.123.767,91	2.388.061,57
Encargos sociais sobre remunerações	440.198,88	477.377,99
Encargos com pensões	-	-
Outros custos com o pessoal	224.656,55	205.722,83
Correcções relativas a períodos anteriores	(29.365,71)	17.526,58
	2.759.257,63	3.088.688,97
Gastos com Pessoal capitalizados	(259.619,44)	(312.037,30)
	2.499.638,19	2.776.651,67

25.1 Quadro de pessoal

	31.12.2012	31.12.2011
Número médio de colaboradores durante o período		
Orgãos sociais	4	5
Trabalhadores efetivos e outros	131	132

	31.12.2012	31.12.2011
Número médio de colaboradores a 31 de dezembro		
Orgãos sociais	4	5
Trabalhadores efetivos e outros	130	132

Nos gastos com o pessoal é de referir a diminuição face ao ano anterior, em virtude de se ter procedido em conformidade com as medidas de contenção de despesas, nomeadamente com a redução das remunerações totais líquidas mensais. A empresa procedeu à aplicação das medidas previstas na lei 12-A/2010 de 30 de junho no que respeita às remunerações dos órgãos sociais, e aplicou a Lei 55-A/2010 de 31 de dezembro, mediante a redução das remunerações líquidas mensais superiores a 1.500 euros, assim como teve em consideração a Lei do Orçamento de Estado para 2013, no que respeita ao pagamento e constituição de provisão de subsídio de férias. Apesar de um aumento no número de infraestruturas em exploração, a empresa não aumentou o seu quadro de pessoal.

Face ao ano anterior é de referir a variação negativa em Outras Despesas com o Pessoal, sendo a variação justificada por maiores gastos com seguro de saúde e com formação.

Na rubrica TPPE – Ativos em curso, a variação está diretamente relacionada com uma menor capitalização de gastos com o pessoal, respeitantes ao Departamento de Estudos e Sistemas de Informação e à Direção de Infraestruturas.

26. Depreciações, amortizações e reversões do exercício

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Depreciação de propriedade de investimento		
Amortizações de ativos intangíveis	8.894.886,65	9.637.252,35
Acréscimos de custos do investimento contratual	1.584.844,90	2.227.458,18
Reversões de amortizações de ativos intangíveis		
	10.479.731,55	11.864.710,53

27. Outros gastos operacionais

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Impostos	314.932,57	267.369,78
Perdas em Ativos Intangíveis	-	-
Donativos	1.511,90	10.975,00
Diferenças de câmbio em operações não financeiras	-	-
Outros gastos operacionais	67.503,27	60.023,73
	383.947,74	338.368,51

O valor registado em imposto respeita em 193.893,37 euros a taxa da ERSAR, e em 101.082,48 euros a imposto de selo sobre o crédito.

28. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Rendimentos suplementares	166.000,05	32.578,24
Subsídios à exploração	-	-
Outros rendimentos e ganhos operacionais	11.905,67	451.100,73
Correções relativas a exercícios anteriores	54.667,69	(1.500,00)
	232.573,41	482.178,97

A variação face ao ano anterior em rendimentos suplementares decorre de maiores rendimentos com faturação a terceiros de encargos incorridos.

Em outros rendimentos e ganhos operacionais, estão reconhecidos os rendimentos com indemnizações de seguro de multiriscos, a variação face ao ano anterior é justificada por menores indemnizações registadas face a 2011.

No que respeita a correções de exercícios anteriores, o valor registado em 2012, resulta da anulação de cheques emitidos em anos anteriores, no âmbito dos processos de servidão e expropriação e que não foram descontados ou entregues, por alterações do traçado da obra ou por não se ter chegado acordo com os proprietários.

29. Gastos financeiros

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Juros suportados	5.946.842,25	5.203.142,20
Comissões bancárias	84.684,78	50.403,91
Desconto de dívidas	-	-
Outros gastos financeiros	778.012,12	808.235,87
	6.809.539,15	6.061.781,98
Gastos financeiros capitalizados	(371.674,20)	(973.588,40)
	6.437.864,95	5.088.193,58

Registaram-se maiores gastos financeiros face ao ano anterior sendo justificados por uma maior taxa efetiva de juro, associada a um maior nível de financiamento bancário de curto prazo e suprimentos, para compensar atrasos de pagamentos à Empresa, designadamente pelo Fundo de Coesão e por alguns clientes. Também face ao ano anterior os custos com comissões por utilização do crédito aumentou, face à atual conjuntura do País.

Apesar de a empresa ter incorrido com maiores juros, ocorreu uma menor capitalização de juros, fundamentalmente pelo facto do volume de investimento face ao ano anterior ser inferior:

30. Rendimentos financeiros

Unidade: euros

	31.12.2011	31.12.2011
Juros de atualização de dívida de clientes	-	-
Juros de atualização de dívida a fornecedores de ativos Intagíveis	-	-
Juros de mora	1.719.819,04	1.374.012,21
Outros juros	473.343,58	426.062,48
Correções de exercícios anteriores	(1.399,40)	
	2.191.763,22	1.800.074,69

O aumento verificado, face ao ano anterior, em juros de mora faturados aos municípios deve-se à deterioração da situação da dívida destes para com a empresa. A empresa pratica a taxa de juro da dívida comercial, que em 2012 foi de 8%, debitando juros de mora a todos os clientes que apresentem atrasos na faturação.

31. Transações com entidades relacionadas

Unidade: euros

	31.12.2012 Rendimentos	31.12.2012 Gastos	31.12.2011 Rendimentos	31.12.2011 Gastos
AdP SGPS	-	(2.209.198,82)	9.735,79	(1.947.959,31)
AdP Serviços	-	(279.835,59)	-	(257.590,36)
Aquasis	-	(53.089,00)	-	(102.835,00)
Simria	-	-	160,00	-
Sanest	-	-	160,00	-
Simtejo	-	-	160,00	-
Epal	-	(10.914.148,82)	-	(11.217.864,40)
Águas da Região de Aveiro	-	-	(5.360,83)	-
Valorsul	108.861,81	-	116.252,55	-
Municípios	10.833.679,43	(155.339,41)	10.258.329,55	(61.061,76)
Paulo José Salvador Ferreira	-	(3.893,22)	-	(3.761,24)

Unidade: euros

	31.12.2012 Ativos	31.12.2012 Passivos	31.12.2011 Ativos	31.12.2011 Passivos
AdP SGPS	-	(7.550.853,29)	-	(9.495.947,93)
AdP Serviços	-	(58.241,66)	2.625,00	(72.332,74)
Aquasis	-	(33.991,05)	-	(11.740,97)
Epal	-	(16.868.822,10)	-	(15.622.894,52)
Águas da Região de Aveiro	-	-	-	-
Valorsul	357.320,57	-	223.445,29	-
Municípios	38.970.047,12	(1.226.257,86)	35.191.549,37	1.261.863,17
Paulo José Salvador Ferreira	-	-	-	-

Os montantes registados em ativo e em rendimentos, dizem respeito a atividade regulada – Serviços em “alta” – abastecimento de água e recolha e tratamento de efluentes.

Os montantes registados em gastos, dizem respeito a aquisição de água à Epal para venda, aquisição de serviços partilhados nas áreas de sistemas de informação; serviços de engenharia; marketing e comunicação; compras e apoio geral; serviços jurídicos; Recursos Humanos; e de serviços financeiros e de contabilidade. Encontram-se também registados em gastos os valores decorrentes de operações financeiras, nomeadamente os suportados com juros decorrentes do apoio de tesouraria existente disponibilizado pela AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A., assim como os gastos inerentes à montagem e gestão do financiamento obtido junto do BEI.

Os montantes registados em passivo, dizem respeito à integração das infraestruturas na concessão, a pagar aos Municípios e Epal, conforme o definido nos contratos de concessão, empréstimo contraído junto da AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A., assim como os valores em dívida à data de 31 de dezembro de 2012 decorrente da aquisição de água, serviços partilhados e operações financeiras.

32. Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem 317.083.555,33 euros dos quais 278.454.694,10 euros já se encontram realizados.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta do quadro seguinte:

Designação	Entidade	Preços do contrato	Valores já faturados por conta da adjudicação	Responsabilidade não relevada no Balanço
Empreitada de Construção da ETAR de Torres Vedras e do Emissário do Paúl	Consórcio Aquino/Lena/MSF	5.906.633,86	5.906.633,86	87.000,00
Empreitada de Reabilitação das ETAR Independentes da Lagoa de Óbidos + ETAR (Pitar) 1º fase (Lote B)	EFACEC	4.972.572,41	4.418.982,59	55.000,00
Empreitada de Execução da ETAR de São Martinho do Porto	JOCA	3.806.366,87	3.806.366,87	116.000,00
Empreitada de Execução da ETAR da Charneca	JOCA	3.785.586,50	3.785.586,50	35.000,00
Prestação de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Oeste (*)	Manvia/Efacec	2.799.948,79	1.742.410,75	1.057.538,04
Empreitada de Remodelação das ETAR de Pataias/ Alpedriz e Benedita	Ecotécnica	1.595.149,86	1.521.640,00	66.000,00
Empreitada de Concepção/Construção da ETAR do Paço e Sistema de Saneamento do Paço - II Fase	Ecotécnica	1.295.520,12	1.011.294,49	284.225,63
Empreitada de Execução de Emissários e Intercetores AdO - Candidaturas FC2000/PT/16/C/PE/001 e FC2004/PT/16/C/PE/006	Linhares e Vidal	965.952,56	751.334,88	60.617,68
Recolha, transporte e compostagem das lamas na área de intervenção da AdO	Cespa	364.185,00	14.610,00	349.575,00
Empreitada de Execução do Sistema de Saneamento de Azambuja	Linhares e Vidal	282.630,76	181.168,42	101.462,34
Empreitada de Ampliação do Sistema de Saneamento de Maceira (Subsistemas de Sobreiro Curvo, Serpigeira e A-dos-Cunhados)	Ambiagua	216.565,79	96.770,67	119.795,12
Empreitada de Construção - EE Compactas	ABB	194.004,38	179.836,83	14.167,55
Recolha, transporte e valorização agrícola das lamas, na área de intervenção da AdO	Terra Fértil	194.002,00	33.717,50	160.284,50
Controlo analítico do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Oeste - Águas do Oeste, S.A. - Lote B - Controlo Analítico do Sistema de Saneamento de Águas Residuais	Globalab	74.854,00	-	74.854,00
Limpeza e higienização de Infraestruturas da Águas do Oeste S.A.	Nova Serviços	74.586,00	-	74.586,00
Manutenção de espaços verdes em Infraestruturas da Águas do Oeste S.A.	Verdena	64.508,40	-	64.508,40
Controlo analítico do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Oeste - Águas do Oeste, S.A. - Lote A - Controlo Analítico do Sistema de Abastecimento de Água	Globalab	54.036,50	-	54.036,50
Prestação de serviços para locação em regime de aluguer operacional de duas unidades Xerox ColorQube 9301	DigitOeste	28.784,80	9.561,60	19.223,20
Sistema de Informação Geográfica - Manutenção do Software de base e dos módulos aplicativos da solução G/Interaqua	Aquasis	24.300,00	16.200,00	8.100,00
Manutenção dos meios de primeira intervenção	SafetyÁgueda	21.000,00	13.786,42	7.213,58
Recolha, transporte de lamas desidratadas e areias, produzidas na área de intervenção da AdO, a destino final.	Triu	15.640,00	-	15.640,00
Prestação Serviços de Controlo de Pragas em Instalações da Águas do Oeste, S.A.	Leiripraga	6.087,00	-	6.087,00
		26.742.915,60	23.489.901,38	2.830.914,54

33. Ativos e passivos contingentes

33.1 Garantias prestadas

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
03/162/05384	BPI	EDP	Relações Comerciais da Entidade Reguladora do Sector Elétrico-Fornecimento de energia elétrica às instalações do Carregal	3.959,30 €	11/jun/03	Possível
303 337	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Alcobaca	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projeto de despoluição da Bacia Hidográfica do Rio Tornada.	294.656,46 €	1/ago/03	Possível
303 610	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Alcobaca	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das expropriações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projeto de despoluição da Bacia Hidográfica do Rio Tornada.	109.776,63 €	13/ago/03	Possível
303 762	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projeto de despoluição da Lagoa de Óbidos	8.338,67 €	22/ago/03	Possível
308 571	BES	I.E.P-Instituto das Estradas de Portugal	Garantir, nos termos do contrato de empreitada, o integral, pontual e regular cumprimento das obrigações emergentes do respetivo contrato, de lei ou regulamento aplicáveis à empreitada.	25.500,00 €	13/jan/04	Possível
309 354	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Cadaval	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projeto de despoluição da Lagoa de Óbidos.	438.000,00 €	15/abr/04	Possível
309 355	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Bombarral	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projeto de despoluição da Lagoa de Óbidos.	380.000,00 €	15/abr/04	Possível
309 356	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projeto de despoluição da Lagoa de Óbidos.	200.000,00 €	15/abr/04	Possível
310 415	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Cadaval	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de expropriações e dos trabalhos de construção no sistema de despoluição da Lagoa de Óbidos.	22.321,89 €	27/mai/04	Possível
310 416	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Bombarral	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de expropriações e dos trabalhos de construção no sistema de despoluição da Lagoa de Óbidos.	28.187,37 €	27/mai/04	Possível
310 417	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de expropriações e dos trabalhos de construção no sistema de despoluição da Lagoa de Óbidos.	3.065,19 €	27/mai/04	Possível
311 361	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de servidões administrativas no sistema de despoluição da bacia hidográfica de Torres Vedras	233.662,00 €	12/jul/04	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
311 696	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de serviços administrativos no sistema de saneamento de Maxial/ Aldeia Grande no concelho de Torres Vedras.	119.022,80 €	23/jul/04	Possível
317 510	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução do trabalho de reposição do pavimento das estradas, em condições consideráveis aceitáveis, em virtude da Empreitada de Execução do Sistema de Saneamento de Runa.	231.690,00 €	11/abr/05	Possível
317 511	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução do trabalho de reposição do pavimento das estradas, em condições consideráveis aceitáveis, em virtude da Empreitada de Execução do Sistema de Saneamento de Gosundeira.	100.000,00 €	11/abr/05	Possível
319 639	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos na EN 114- Travessia da Vala entre o Km 21+000 e o Km 21+600 da Estrada Nacional 114.	45.000,00 €	5/jul/05	Possível
319 640	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos na EN 8-4 Travessia da Vala entre o Km 0+050 e o Km 0+180 e entre o Km 1+300 e o km 1+800 da Estrada Nacional 8-4.	47.250,00 €	5/jul/05	Possível
319 641	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos na EN 8- Travessia da Vala entre o Km 75+600 e o Km 75+700 da Estrada Nacional 8.	15.000,00 €	5/jul/05	Possível
319 642	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos nos pontos quilométricos: Travessias EN 248 Km 11+830; Km 12+100; Km 14+000; Km 14+400; Km 14+495; Km 0+900 da Estrada Nacional 248 ;Vala EN115: Km 54+600 a 55+100; EN 248: Km 11+800 a 15+100 e EN 248-2 Km 0+000 a 0+9.	166.850,00 €	5/jul/05	Possível
319 815	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 114 ao Km 14+450.	1.000,00 €	7/jul/05	Possível
319 814	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 114 ao Km 23+500.	1.000,00 €	13/jul/05	Possível
319 698	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 115 ao Km 2+200.	3.000,00 €	7/jul/05	Possível
320 151	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 374 ao Km 4+950 e o Km 6+442; Km 7+480 e o Km 9+800 e travessias perpendiculares aos Kms 7+381;7+480;8+340 e 9+800.	154.880,00 €	25/jul/05	Possível
320 236	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Gosundeira.	58.002,21 €	29/jul/05	Possível
320 237	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Runa.	156.110,21 €	29/jul/05	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
320 239	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Cartaxo	Caucionar o fundo indispensável para pagamento de indemnizações referentes às servidões administrativas sobre os imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Alcoentre.	86.190,17 €	29/jul/05	Possível
320 293	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Silveira	206.238,43 €	1/ago/05	Possível
320 294	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Mafra	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Silveira.	133,93 €	1/ago/05	Possível
320 295	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Dois Portos.	231.516,20 €	1/ago/05	Possível
320 296	BES	Juíz do Tribunal de Sobral de Monte Agraço	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Dois Portos.	12.303,31 €	1/ago/05	Possível
320 297	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Alenquer	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Cadafais.	47.812,30 €	1/ago/05	Possível
321 182	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento do Concelho de Torres Vedras, Turcifal e Freiria.	25.225,00 €	13/set/05	Possível
321 183	BES	Juíz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Runa.	35.595,92 €	13/set/05	Possível
321 990	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução de trabalhos nas travessias EN 248-2 do Km 3+900 ao Km 4+000-D.	166.500,00 €	17/out/05	Possível
322 213	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução de trabalhos na EN 366 ao Km 4+100; Km8+700-E; EN 1-5 do Km1+500 ao Km 2+500 e EN 115 do Km 19+550 ao Km 19+750, abertura da vala e travessias da EN 1-5 ao Km 2+600 e EN 366 ao Km 4+650 e Km 8+200.	280.000,00 €	26/out/05	Possível
322 214	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução de trabalhos nas travessias EN 248-2 do Km 4+000-D Abertura de Vala Longitudinal e Travessia.	5.000,00 €	26/out/05	Possível
323 088	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água 2 - Zona Centro-Lote A, na EN 114, Travessia por PH ao Km 17+250.	1.650,00 €	5/dez/05	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
323 185	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água 2 Lote B EN 8-2Km 2+000/Km 2+200(Pralélismo) e Km 2+200 (Travessia).	30.000,00 €	9/dez/05	Possível
323 360	BES	Meritíssimo Juíz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações sobre os imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento Maxial.	62.724,36 €	16/dez/05	Possível
323 592	BES	Meritíssimo Juíz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Dois Portos.	70.000,00 €	27/dez/05	Possível
323 602	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água 2 Lote B - Troço Delgada Gaeiras, Local IP6 Km 18+250 nó com a A8/IC 1 (Travessia sobre a Obra de Arte).	600,00 €	27/dez/05	Possível
323 997	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água Zona Centro-Lote B-Troço Delgada Gaeiras.	45.000,00 €	18/jan/06	Possível
324 274	BES	Meritíssimo Juíz do Tribunal da Comarca de Azambuja	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Alcoentre.	1.169,00 €	1/fev/06	Possível
324 275	BES	Meritíssimo Juíz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Silveira.	6.500,00 €	1/fev/06	Possível
324 276	BES	Meritíssimo Juíz do Tribunal da Comarca de Sobral de Monte Agraço	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Gosundeira.	6.000,00 €	1/fev/06	Possível
324 462	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água Zona Centro-Lote B-Troço Delgada Gaeiras.	262.500,00 €	9/fev/06	Possível
324 492	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água Zona Centro-Lote B-Troço Silveira /Delgada.	114.000,00 €	9/fev/06	Possível
327 784	BES	Meritíssimo Juíz do Tribunal da Comarca de Sobral de Monte Agraço	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Pontes de Monfalim.	65.469,68 €	3/jul/06	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
327 785	BES	Meretíssimo Juíz do Tribunal da Comarca de Arruda dos Vinhos	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Pontes de Monfalim.	16.233,03 €	3/jul/06	Possível
328 474	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Abastecimento de Água à Zona Centro - Lote B, licenciamento para instalação de condutas e vala sob viaduto, Local: A8 Km 70+100 Viaduto nº. 101.	5.700,00 €	10/ago/06	Possível
329 784	BES	E.PE-Estradas de Portugal - Direção de Estradas de Leiria	Execução dos trabalhos de Abastecimento de Água II - Zona Norte - Troços Figueiredo Casal do Rei da Rainha.	256.750,00 €	27/out/06	Possível
331 782	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução da Abertura de Vala na EN 374 do Km 5 + 200 ao Km 5 + 340 e Travessias ao Km 3 + 900 e ao Km 5 + 340.	7.000,00 €	12/jan/07	Possível
332 157	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a execução dos trabalhos relativos á Empreitada de Abastecimento de Água II - Troço Casais Maria Delfina - Silheira, local EN 114-Km 50,800 ao Km 51,000 + (Paralelismo) e Km 51,00 Atravessamento.	21.843,38 €	2/fev/07	Possível
332 749	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	"Execução dos trabalhos entre o km 67+235 - A8".	3.675,00 €	6/mar/07	Possível
332 750	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	"Execução dos trabalhos entre o km 23+700 e o km 24+300 EN 114 e km 76+800 A8".	45.000,00 €	6/mar/07	Possível
334 661	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução de Trabalhos de Água II Parte IV e VI, na EN 8-6 Km 2 + 390/Km 2+657 e Km 5+213 / Km 5+273 (paralelismo); EN 8-6 Km 12+190 e EN 8 Km 118+243 (Travessia por Perfuração Horizontal).	32.400,00 €	5/jun/07	Possível
337 125	BES	E.P-Estradas de Portugal Direção de Leiria	Execução dos trabalhos relativos à empreitada no IP6 Km 1+426 Km 2+125.	11.707,50 €	11/out/07	Possível
337 126	BES	Juíz do Tribunal de Caldas da Rainha	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II.	1.386,90 €	11/out/07	Possível
337 127	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Torres Vedras.	52.765,20 €	11/out/07	Possível
337 128	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Vale da Borra.	5.004,00 €	11/out/07	Possível
337 129	BES	Juíz do Tribunal de Peniche	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Bufarda.	730,50 €	11/out/07	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
337 130	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Cadafais".	632,50 €	11/ out/07	Possível
337 182	BES	Juíz do Tribunal de Bombarral	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento I".	1.222,25 €	11/ out/07	Possível
337 183	BES	Juíz do Tribunal de Cladas da Rainha	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento I".	171,75 €	11/ out/07	Possível
337 185	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Palhacana-Palaios".	4.713,50 €	11/ out/07	Possível
337 189	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Porto da Luz".	4.115,38 €	11/ out/07	Possível
337 195	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Runa".	3.393,68 €	11/ out/07	Possível
337 198	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento da Aldeia Gavinha".	275,50 €	11/ out/07	Possível
337 200	BES	Juíz do Tribunal da Nazaré	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II".	4.123,00 €	11/ out/07	Possível
337 202	BES	Juíz do Tribunal de Alcobça	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II".	13.451,00 €	11/ out/07	Possível
337 205	BES	Juíz do Tribunal de Rio Maior	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II".	13.526,61 €	11/ out/07	Possível
337 208	BES	Juíz do Tribunal de Santarém	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II".	7.428,09 €	11/ out/07	Possível
337 209	BES	Juíz do Tribunal de Azambuja	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II".	4.007,40 €	11/ out/07	Possível
337 210	BES	Juíz do Tribunal do Cadaval	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento I".	1.254,64 €	11/ out/07	Possível
339 638	BES	E.P.-Estradas da Portugal Direcção de Leiria	"Sistema de Abastecimento de Água I - Zona Centro - Lote B, Travessia por perfuração Horizontal - Local A8 Km 67+100".	17.550,00 €	7/ fev/08	Possível
339 983	BES	E.P.-Estradas da Portugal Direcção de Leiria	"Execução de trabalhos de Água I - Zona Centro - Lote B, local: A8 Km 74+000".	13.500,00 €	26/ fev/08	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
340 165	BES	E.P.-Estradas da Portugal Direcção de Leiria	"Construção do Sistema de Abastecimento de Água II (Zona Norte) - Troço Senhora da Luz - Alcobaça - EN 8 - 6 Km 11+ 890 Km 12 + 190 (Paralelismo) Alteração do traçado da Conduta Adutora".	22.500,00 €	4/mar/08	Possível
340 889	BES	E.P.-Estradas de Potrugal Direcção de Leiria	"Sistema de Abastecimento de Água II, Parte IV e VI - Travessia da A8 Km 108+650".	8.926,50 €	7/abr/08	Possível
341 836	BES	Juíz do Tribunal do Cadaval	" Fundo Indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento do Rio Real".	98.502,88 €	23/ mai/08	Possível
341 834	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	"Fundo Indispensavel para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento do Rio Real".	4.144,08 €	23/ mai/08	Possível
341 833	BES	Juíz do Tribunal de Bombarral	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento do Rio Real".	90.899,39 €	23/ mai/08	Possível
341 832	BES	Juíz do Tribunal de Rio Maior	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Rio Maior".	3.848,33 €	23/ mai/08	Possível
341 831	BES	Juíz do Tribunal de Azambuja	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Vila Nova/Maçussa".	28.025,97 €	23/ mai/08	Possível
341 837	BES	Juíz do Tribunal de Azambuja	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Aveiras/Virtudes".	6.036,75 €	23/ mai/08	Possível
347 740	BES	EP-Estradas de Portugal	"Empreitada de EN 115-4 e EN 115-3".	31.000,00 €	20/jan/09	Possível
347 888	BES	EP-Estradas de Portugal	"Trabalhos na ETAR de Pontes de Monfalim, En 248-2 ao Km 0+163 ao Km 0+240-D, Abertura de Vala Longitudinal e Travessias.	5.000,00 €	5/fev/09	Possível
348 455	BES	EP-Estradas de Portugal	"Trabalhos da Empreitada de Construção da Ampliação do Sistema de Saneamento de Rio Maior; Conduta Elevatória de Vale de Óbidos - Travessia por Perfuração Mecânica do IC2 ao Km 69,6300".	5.000,00 €	16/fev/09	Possível
349 781	BES	EP-Estradas de Portugal	Abertura de Vala na EN242 Km 5+755 ao Km 36+600 LD (Nazaré)".	47.700,00 €	13/abr/09	Possível
349 782	BES	EDP-Distribuição Energia	"Caução de depósito de garantia necessária para a receção provisória da Linha de Interligação a 74,4 KVA/69,19 KW - ETAR de Cadafais (PFE: 290 000 047 774)".	3.829,00 €	13/abr/09	Possível
349 783	BES	EDP-Distribuição Energia	"Caução de depósito de garantia necessária para a receção provisória da Linha de Interligação a 116,25 KVA/108,11 KW - ETAR do Turcifal (PFE: 290 000 047 773)".	5.935,00 €	13/abr/09	Possível
349 784	BES	EDP-Distribuição Energia	"Caução de depósito de garantia necessária para a receção provisória da Linha de Interligação a 46,5 KVA/43,24 KW - ETAR de Porto da Luz (PFE: 290 000 047 772)".	2.425,00 €	13/abr/09	Possível
349 785	BES	EDP-Distribuição Energia	"Caução de depósito de garantia necessária para a receção provisória da Linha de Interligação a 80 KVA/74,4 KW - ETAR de Alcoentre (PFE: 290 000 039 051)".	3.829,00 €	13/abr/09	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
350 034	BES	ARH- Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	"Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o nº 2 do artº 49º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio, no que diz respeito à ETAR do Turcifal, sita no Lugar de Colaria, freguesia de Turcifal, Concelho de Torres Vedras".	12.500,00 €	23/ abr/09	Possível
350 035	BES	ARH- Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	"Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o nº 2 do artº 49º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio, no que diz respeito à ETAR do Maxial, sita no Lugar de Maxial, freguesia de Maxial, Concelho de Torres Vedras".	12.500,00 €	23/ abr/09	Possível
350 033	BES	ARH- Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	"Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o nº 2 do artº 49º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio, no que diz respeito à ETAR das Gaeiras, sita no Lugar de Caxinas, freguesia de Gaeiras, Concelho de Óbidos".	11.250,00 €	23/ abr/09	Possível
351 614	BES	ARH- Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	"Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o nº 2 do artº 49º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio, no que diz respeito à ETAR de Vila Nova da Rainha, freguesia de Vila Nova da Rainha, Concelho de Azambuja".	5.000,00 €	30/ jun/09	Possível
351 615	BES	ARH- Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	"Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o nº 2 do artº 49º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio, no que diz respeito à ETAR de Vila Facaia/Ramalhal, situada no lugar de Ramalhal (Casal de Espadaneia), Freguesia de Ramalhal, Concelho de Torres Vedras".	9.375,00 €	30-06- 20090	Possível
351 616	BES	ARH- Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	"Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o nº 2 do artº 49º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio, no que diz respeito à ETAR de Porto Dinheiro, situada no lugar de Porto Dinheiro, freguesia de Ribamar, Concelho de Lourinhã".	6.250,00 €	30/ jun/09	Possível
351 617	BES	ARH- Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	"Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o nº 2 do artº 49º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio, no que diz respeito à ETAR de A-dos-Negros, freguesia de Ados-negros, Concelho de Óbidos".	8.750,00 €	30-06- 200	Possível
352 077	BES	ARH- Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	"Garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à Drenagem e Tratamento de Efluentes ou pelo Incumprimento das disposições legais e regulamentos a ele aplicável, de acordo com o nº 2 do artº 49º do Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio, no que diz respeito à ETAR de Palaços/Palhacana, situada no lugar de Ribafria, Freguesia de Ribafria, Concelho de Alenquer".	4.375,00 €	16/ jul/09	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
353 573	BES	E.P. - Estradas de Portugal, SA - Delegação Regional de Lisboa	"Trabalhos de Abertura de Vala Longitudinal na EN 3 do Km 2 + 590 ao Km 1 + 900-D".	20.700,00 €	2/ out/09	Possível
353 770	BES	EDP-Distribuição Energia	"Linha de Interligação a 160 Kva - ETAR de Runa (PFE: 290 000 047 777)".	857,64 €	1/ out/09	Possível
353 771	BES	EDP-Distribuição Energia	"Linha de Interligação a 160 Kva - ETAR da Gozundeira (PFE: 290 000 049 183)".	740,88 €	1/ out/09	Possível
353 772	BES	EDP-Distribuição Energia	"Linha de Interligação a 160 Kva - ETAR do Maxial (PFE: 290 000 047 776)."	555,96 €	1/ out/09	Possível
354 046	BES	Juíz do Tribunal da Nazaré	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento da Nazaré".	1.460,00 €	15/ out/09	Possível
354 047	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento da Maceira".	21.937,30 €	15/ out/09	Possível
354 052	BES	Juíz do Tribunal de Vila Franca de Xira	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Arruda dos Vinhos".	15.100,00 €	15/ out/09	Possível
354 051	BES	Juíz do Tribunal de Caldas da Rainha	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento da Margem Norte".	1.890,00 €	15/ out/09	Possível
354 050	BES	Juíz do Tribunal de Peniche	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Atouguia da Baleia".	13.300,00 €	15/ out/09	Possível
354 049	BES	Juíz do Tribunal de Vila Franca de Xira	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Santiago dos Velhos".	9.500,00 €	15/ out/09	Possível
354 048	BES	Juíz do Tribunal da Lourinhã	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Zambujeira".	30.050,00 €	15/ out/09	Possível
359 910	BES	EP-Estradas de Portugal	"Abertura de Vala Longitudinal e Travessias (sobre berma e/ou valeta) EN 3 do Km 8+510 ao KM 10+175 - D".	50.850,00 €	5/jul/10	Possível
359 911	BES	EDP-Distribuição Energia	"Ligação de Média Tensão do PS NZR 127 - Estrada Camarária - Nazaré (Requisição nº 290000057566)".	403,00 €	5/jul/10	Possível
359 913	BES	EDP-Distribuição Energia	"Ligação de Média Tensão do PS NZR 126 - Estrada Nacional - Nazaré (Requisição nº 290000059124)".	757,50 €	5/jul/10	Possível
359 983	BES	EP-Estradas de Portugal	"Abertura de Vala Longitudinal (Berma) e Travessias por Perfuração, EN 115-2 do Km 0+000 ao Km 900D e EN 115 do Km 33+600 ao 33+900D".	10.800,00 €	5/jul/10	Possível
360 499	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Torres Vedras, integrado no Sistema de Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Sizandro".	77.100,00 €	28/ jul/10	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
375 059	BES	EDP-Distribuição Energia	"Caução necessária para a recepção provisória da Linha Interligação a 160 Kwa - ETAR de Dois Portos (PFE: 29000004775)".	2.528,14 €	28/ mar/12	Possível
377 368	BES	EP-Estradas de Portugal	"Empreitada do Sistema de Saneamento de Alcoentre - Travessia por Perfuração Mecânica EN1 ao Km 57+650".	5.000,00 €	5/jul/12	Possível
377 369	BES	EP-Estradas de Portugal	"Empreitada de Ampliação do Real Travessia por Perfuração Mecânica EN 248 aos Km 6 + 100 e 8 + 700".	5.000,00 €	5/jul/12	Possível
377 471	BES	EP-Estradas de Portugal	"Abertura e preenchimento de valas a levar efeito na EN 115, no Interceptor de Palhais do Sistema de Saneamento do Real".	5.000,00 €	9/jul/12	Possível
377 937	BES	EP-Estradas de Portugal	"Abertura e Preenchimento de valas a leva efeito na EN 374 do Sistema de Saneamento de Dois Portos".	5.000,00 €	3/ ago/12	Possível
379 412	BES	EP-Estradas de Portugal	"Abertura e preenchimento de valas a levar efeito na "EN8 Km 70 + 400, Ampliação do Real".	1.000,00 €	2/ out/12	Possível

33.2 Processos judiciais

A  guas do Oeste, S.A., com referência   data de 31 de dezembro de 2012, tem dois litígios judiciais:

- Processo n.  516/09.3TBRMR (Tribunal Judicial de Rio Maior – 2.  Juízo):
Descrição do litígio: Os Autores  lvoro Santos e Carlos Santos intentaram uma ação de reivindicação, sob a forma de processo sumário, no âmbito da qual requerem a condenação da águas do Oeste, S.A. na restituic o da propriedade de uma parcela da qual são proprietários, na qual esta instalou uma conduta de água, requerendo ainda que a  guas do Oeste retire a referida conduta. **Valor da ação:** O valor da ação é de 70.000,00 euros. **Posição da ação em 2012.12.31:** Em fase de julgamento.
- Processo n.  1211/12. IBELRA (Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria):
Descrição do litígio: Ação Administrativa Comum, forma ordinária, em que a Autora é a empresa Asibel- Construções, S.A., relativa aos contratos de "Empreitada de Construção do Sistema de  guas Residuais de Maxial / Aldeia Grande" e de "Empreitada de Construção do Sistema de Saneamento de Alcoentre". **Valor proposto da Ação:** O valor da ação é de 1.838.439,20 euros. **Posição da ação em 2012.12.31:** Em fase de contestação.

Não foram criadas provisões para os montantes constantes nos processos uma vez que se entende que não são devidos ou exigíveis quaisquer valores.

34. Informações exigidas por diplomas legais

Art. .397.  do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade águas do Oeste, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art. .324.  do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade águas do Oeste, S.A., não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.  21.  do Decreto-Lei n.é.411/91, de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem   Seguranç  Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2012, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuar  em janeiro do ano seguinte.

35. Rendimento garantido

O Contrato de Concessão prevê a remuneração anual dos capitais próprios afetos ao projeto, a uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro portuguesas a 10 anos acrescida de 3 pontos percentuais, a título de prémio de risco. Em 2012 a taxa apurada foi de 10,46% e o montante acumulado de remuneração, à data de 31 de dezembro de 2012, ascendia a 22.887.406,19 euros.

Unidade: euros

	31.12.2012	31.12.2011
Capital social realizado	30.000.000,00	29.733.969,60
Reserva legal	97.520,91	77.730,88
Rendimento Acumulado N-I	17.936.707,37	12.256.825,86
Base de incidência	48.034.228,28	42.068.526,34
Taxa de juro	7,46%	10,24%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
	10,46%	13,24%
Remuneração acionista do ano	4.996.553,52	5.569.872,88

A evolução dos valores apurados pode ser analisada como se segue:

Unidade: euros

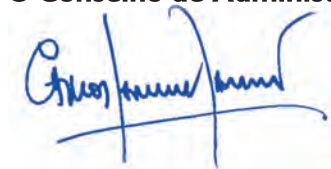
Remuneração em dívida por ano	Valor Anual	Valor Acumulado
2001	86.014,19	86.014,19
2002	188.086,95	274.101,14
2003	263.104,36	537.205,50
2004	297.992,89	835.198,39
2005	320.047,69	1.155.246,08
2006	921.491,29	2.076.737,37
2007	2.063.115,40	4.139.852,77
2008	2.420.511,12	6.560.363,89
2009	2.537.728,24	9.098.092,13
2010	3.255.880,18	12.353.972,31
2011	5.582.735,06	17.936.707,37
2012	4.996.553,52	22.933.260,89

A sua liquidação deverá ocorrer, nos termos do Contrato de Concessão, sob a forma de dividendos, quando a tal houver lugar.

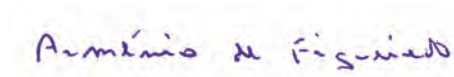
36. Eventos subsequentes

Em 25 de janeiro de 2013 por despacho do Ministério da Agricultura, do Mar e do Ordenamento do Território, foi determinado que a taxa de referência para a rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos seria de 7,46%.

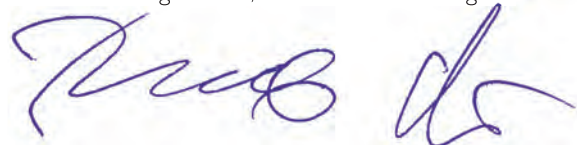
O Conselho de Administração



Carlos Manuel Martins, Presidente



Arménio de Figueiredo, Administrador-Delegado



Fernando José da Costa, Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Vogal



Carlos Manuel Soares Miguel, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Vogal

O Técnico Oficial de Contas



Maria Leonor Pinto Nóbrega



Certificação Legal das Contas



**Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.**
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Oeste, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 297.088.508 Euros e um total de capital próprio de 20.654.305 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.168.668 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

Sociedade Anónima - Capital Social 1.105.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 9011 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários - Contribuinte 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - A member firm of Ernst & Young Global Limited

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Conforme divulgado na nota 10 do anexo às demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de clientes inclui o montante de 10.892 milhares de Euros, relativos ao diferencial de facturação de valores de caudais mínimos acordados, que Empresa reconheceu nas demonstrações financeiras ao abrigo do disposto no DL 195/2009 de 20 de Agosto, e em consonância com o Projecto de Parecer emitido pelo regulador no âmbito do Orçamento do Projecto Tarifário para o ano de 2012, cuja forma e data de recuperação é incerta. Consequentemente, não estamos em condições de nos pronunciarmos sobre a recuperabilidade dos valores mencionados, cujo montante total ascende a aproximadamente 10.892 milhares de Euros.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo n.º 7 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas do Oeste, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

10. Sem afectar a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para os seguintes factos:

10.1 Conforme descrito no Decreto-Lei que regula a actividade da Empresa e no contrato de concessão, as tarifas e os preços devem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a reflectir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Empresa optou por não reflectir esta situação nas demonstrações financeiras.

10.2 A Empresa utiliza nas suas estimativas a informação mais actualizada sobre a concessão, nomeadamente no que concerne aos valores do investimento e caudais, as quais, ainda que não tenham sido submetidas à aprovação do Concedente, têm vindo a ser incorporados e aprovados pelo Concedente no âmbito da preparação do Orçamento de Projecto Tarifário. Na eventualidade do referido estudo de viabilidade económica e financeira não vir a ser aprovado pelo Concedente, a revisão das estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras poderá ter impacto nas mesmas.

Lisboa, 08 de Março de 2013

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'R. A. S. Martins'.

Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)



Relatório e Parecer do Fiscal Único



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas do Oeste, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Aferir sobre o cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, designadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei nº64-B/2011, de 30 de Dezembro;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas com reserva e com ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Sociedade Anónima - Capital Social 1.105.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 9011 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários - Contribuinte 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - A member firm of Ernst & Young Global Limited

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização de Águas do Oeste, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2012 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos accionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2012 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2012, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis se salvaguardada a reserva incluída na Certificação Legal das Contas;
- (d) Excepto quanto ao prazo médio de pagamentos, a avaliação do nível de cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado divulgada no Relatório de Gestão, designadamente o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei nº64-B/2011, de 30 de Dezembro, merece a nossa concordância.

Lisboa, 08 de Março de 2013

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'R 15'.

Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

Contactos:

Águas do Oeste, S.A.
Convento de S. Miguel das Gaeiras
2510 – 718 Óbidos
Tel.: + 351 262 955 200
Fax: + 351 262 955 201
E-mail: geral@aguasdooeste.com
www.aguasdooeste.pt

Edição:

Águas do Oeste, S.A.

Design Gráfico:

AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais S.A.
Direção de Marketing e Comunicação

Maquetização:

Várzea da Rainha Impressores – Óbidos



Ver certificados n.ºs PT08/02358, PT08/02463 e PT11/03801